



**BANCO SANTANDER, S.A. e
empresas controladas do Grupo Santander**

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras
intermediárias condensadas consolidadas em 31 de março de 2018

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS CONSOLIDADAS

Aos Acionistas do Banco Santander, S.A., conforme solicitação da Diretoria:

Relatório sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas em anexo (doravante, as demonstrações financeiras intermediárias) do Banco Santander, S.A. (doravante, a Controladora) e suas empresas controladas (doravante, o Grupo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as notas explicativas, todas elas condensadas e consolidadas, correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018. Os Administradores da Controladora são responsáveis pela elaboração de tais demonstrações financeiras intermediárias de acordo com a norma contábil *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, para a preparação de informações financeiras intermediárias consolidadas. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre estas demonstrações financeiras intermediárias com base na nossa revisão.

Alcance da revisão

Nossa revisão foi elaborada de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Revisão 2410, Revisão de Informações Financeiras Intermediárias realizada pelo Auditor Independente do Grupo. Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de processos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é substancialmente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com a norma reguladora da auditoria contábil vigente na Espanha e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria contábil sobre as demonstrações financeiras intermediárias em anexo.

Conclusão

Com base em nossa revisão que, em momento algum pode ser entendida como uma auditoria contábil, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas em anexo correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018 não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com os requisitos estabelecidos pela norma contábil *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, para a preparação de demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Parágrafos de ênfase

Chamamos a atenção para a nota 1.b em anexo, que menciona que as citadas demonstrações financeiras intermediárias do Grupo foram elaboradas de acordo com o disposto na IAS 34, e por conseguinte, não incluem todas as informações exigidas para demonstrações financeiras consolidadas completas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e, por conseguinte, para uma adequada compreensão dessas demonstrações financeiras intermediárias, deverão ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas anuais do Grupo correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esta questão não modifica nossa conclusão.

Adicionalmente, chamamos a atenção para a nota 1.b em anexo, das demonstrações financeiras intermediárias, que menciona que o Grupo tem como política apresentar suas informações financeiras, para seu uso geral nos mercados em que atua, em euros. Os montantes convertidos para reais são incluídos exclusivamente para atender os requisitos da Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM). Portanto, nossa revisão considerou a conversão dos montantes em euros para reais, sem que tenha chegado ao nosso conhecimento nenhum assunto que nos leve a acreditar que tal conversão não tenha sido realizada, em todos seus aspectos relevantes, de acordo com as bases de apresentação descritas na nota mencionada anteriormente. Esta questão não modifica nossa conclusão.

Por último, conforme descrito na nota 2 das demonstrações financeiras intermediárias, que fazem referência à estimativa dos ajustes da compra do Banco Popular, S.A. e suas controladas, em relação ao cumprimento da norma contábil vigente e de acordo com o disposto no parágrafo 45 da IFRS 3 “Combinações de Negócios”, a entidade adquirente tem um prazo de um ano a partir da data de aquisição para ajustar os saldos provisionados reconhecidos em uma combinação de negócios. Nesse sentido, as valorizações realizadas pelos Administradores da empresa controladora é a melhor estimativa disponível na data de elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias; embora, o Grupo não espere mudanças significativas neste valor até o final do prazo disponível para considerar a avaliação como definitiva. Essa questão não modifica nossa conclusão.

Outras questões

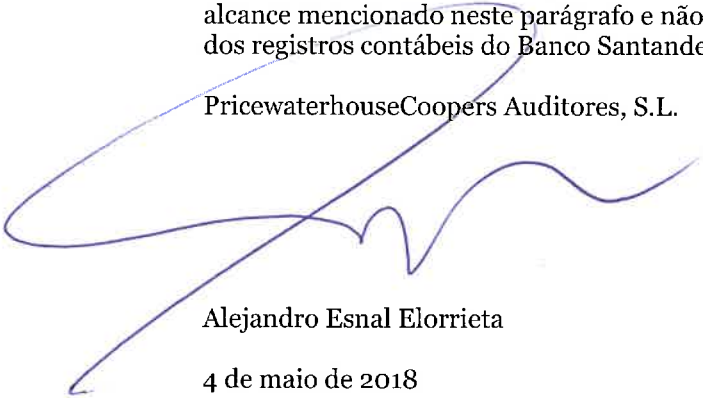
As demonstrações financeiras objeto deste relatório foram elaboradas exclusivamente para atender os requisitos da Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM), em decorrência da negociação de valores mobiliários em mercados regulados do Brasil, que exige a apresentação de demonstrações financeiras intermediárias elaboradas de acordo com a norma contábil *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, em reais e em português do Brasil. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.



Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

O relatório da Administração intermediário consolidado em anexo correspondente ao trimestre findo em 31 de março de 2018 contém as explicações que os Administradores da Controladora consideram oportunas sobre a situação do Banco Santander, S.A. e suas empresas controladas, a evolução de seus negócios e sobre outros assuntos, não sendo parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias. Verificamos que as informações contábeis contidas no citado relatório da Administração intermediário consolidado estão de acordo com as das demonstrações financeiras intermediárias correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018. Nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório da Administração intermediário consolidado com o alcance mencionado neste parágrafo e não inclui a revisão de informações distintas das obtidas a partir dos registros contábeis do Banco Santander, S.A. e suas empresas controladas.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L.



Alejandro Esnal Elorrieta

4 de maio de 2018

Banco Santander, S.A. e empresas do Grupo Santander

Demonstrações Financeiras Intermediárias
Condensadas Consolidadas
correspondentes ao trimestre findo em 31
de março de 2018

GRUPO SANTANDER

BALANÇOS CONDENSADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Milhões de euros)

ATIVO (*)	Nota	31-03-2018	31-12-2017 (**)
CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCO CENTRAL E OUTROS BANCOS		100.673	110.995
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	5	124.591	125.458
ATIVOS FINANCEIROS NÃO DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO AVALIADOS OBRIGATORIAMENTE EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS	5	5.082	
ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS	5	53.132	34.782
ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES EM OUTRO RESULTADO ABRANGENTE	5	123.285	
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	5		133.271
ATIVOS FINANCEIROS A CUSTO AMORTIZADO	5	915.454	
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	5		903.013
INVESTIMENTOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	5		13.491
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING		7.718	8.537
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - HEDGE ACCOUNTING		1.136	1.287
INVESTIMENTOS EM NEGÓCIOS CONJUNTOS E COLIGADAS		9.155	6.184
Negócios conjuntos		1.997	1.987
Instituições associadas		7.158	4.197
ATIVOS ABRANGIDOS POR CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO		347	341
ATIVOS TANGÍVEIS	7	21.912	22.974
Imobilizado tangível		20.201	20.650
Para uso próprio		8.073	8.279
Cedidos em leasing operacional		12.128	12.371
Investimentos imobiliários		1.711	2.324
Das quais:cedido em arrendamento operacional		1.313	1.332
ATIVOS INTANGÍVEIS	8	28.523	28.683
Ágio		25.612	25.769
Outros ativos intangíveis		2.911	2.914
ATIVOS DE IMPOSTOS		29.667	30.243
Ativos de impostos correntes		5.950	7.033
Ativos de impostos diferidos		23.717	23.210
OUTROS ATIVOS		11.887	9.766
Contratos de seguros vinculados a pensões		233	239
Estoque		156	1.964
Outros ativos		11.498	7.563
ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	6	5.908	15.280
TOTAL DO ATIVO		1.438.470	1.444.305

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante do balanço condensado consolidado em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

BALANÇOS CONDENSADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Milhões de euros)

PASSIVO (*)	Nota	31-03-2018	31-12-2017 (**)
PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	9	95.172	107.624
PASSIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS	9	59.706	59.616
PASSIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO	9	1.134.513	1.126.069
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING		8.073	8.044
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - HEDGE ACCOUNTING		327	330
PASSIVOS ABRANGIDOS POR CONTRATOS DE SEGURO OU RESSEGURO		850	1.117
PROVISÕES		14.284	14.489
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	10	6.177	6.345
Outras remunerações de funcionários a longo prazo	10	1.498	1.686
Obrigações legais e passivos contingentes	10	3.210	3.181
Compromissos e garantias concedidos		848	617
Outras provisões	10	2.551	2.660
PASSIVOS DE IMPOSTOS		7.901	7.592
Passivos de impostos correntes		2.750	2.755
Passivos de impostos diferidos		5.151	4.837
OUTROS PASSIVOS		12.178	12.591
PASSIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA		-	-
TOTAL DO PASSIVO		1.333.004	1.337.472
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.451	116.265
CAPITAL	11	8.068	8.068
Capital desembolsado		8.068	8.068
Capital não desembolsado exigido		-	-
PRÊMIO DE EMISSÃO		51.053	51.053
INSTRUMENTOS DE PATRIMÔNIO DISTINTOS DE CAPITAL		533	525
Componente de patrimônio líquido dos instrumentos financeiros compostos		-	-
Outros instrumentos de patrimônio emitidos		533	525
OUTROS ITENS DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO		203	216
GANHOS ACUMULADOS		56.971	53.437
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		-	-
OUTRAS RESERVAS		(1.395)	(1.602)
(-) AÇÕES PRÓPRIAS		(36)	(22)
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA	3	2.054	6.619
(-) DIVIDENDOS PROPOSTOS		-	(2.029)
OUTRO RESULTADO ABRANGENTE		(22.483)	(21.776)
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS	11	(3.235)	(4.034)
ITENS QUE PODEM SER RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS	11	(19.248)	(17.742)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES (participações não controladores)		10.498	12.344
Outro resultado abrangente		(1.226)	(1.436)
Outros elementos		11.724	13.780
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (*)		105.466	106.833
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.438.470	1.444.305
PROMEMÓRIA: EXPOSIÇÕES FORA DE BALANÇO	14		
Compromissos de empréstimo concedidos		217.319	207.671
Garantias financeiras concedidas		16.221	14.499
Outros compromissos concedidos		63.670	64.917

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante do balanço condensado consolidado em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

BALANÇOS CONDENSADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Milhões de reais)

ATIVO (*)	Nota	31-03-2018	31-12-2017 (**)
CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCO CENTRAL E OUTROS BANCOS		412.134	440.972
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	5	510.057	498.432
ATIVOS FINANCEIROS NÃO DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO AVALIADOS OBRIGATORIAMENTE EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS	5	20.807	
ATIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS	5	217.514	138.180
ATIVOS FINANCEIROS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES EM OUTRO RESULTADO ABRANGENTE	5	504.706	
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	5		529.474
ATIVOS FINANCEIROS A CUSTO AMORTIZADO	5	3.747.685	
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	5		3.587.580
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	5		53.599
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING		31.595	33.915
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - HEDGE ACCOUNTING		4.652	5.112
INVESTIMENTOS EM NEGÓCIOS CONJUNTOS E COLIGADAS		37.481	24.567
Negócios conjuntos		8.177	7.894
Instituições associadas		29.304	16.673
ATIVOS ABRANGIDOS POR CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO		1.422	1.356
ATIVOS TANGÍVEIS	7	89.701	91.277
Imobilizado tangível		82.695	82.042
Para uso próprio		33.047	32.893
Cedidos em leasing operacional		49.648	49.149
Investimentos imobiliários		7.006	9.235
Das quais:cedido em arrendamento operacional		5.374	5.292
ATIVOS INTANGÍVEIS	8	116.768	113.955
Ágio		104.849	102.376
Outros ativos intangíveis		11.919	11.579
ATIVOS DE IMPOSTOS		121.452	120.154
Ativos de impostos correntes		24.358	27.944
Ativos de impostos diferidos		97.094	92.210
OUTROS ATIVOS		48.654	38.792
Contratos de seguros vinculados a pensões		954	948
Estoque		640	7.804
Outros ativos		47.060	30.040
ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA	6	24.184	60.707
TOTAL DO ATIVO		5.888.812	5.738.072

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante do balanço condensado consolidado em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

BALANÇOS CONDENSADOS CONSOLIDADOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Milhões de reais)

PASSIVO (*)	Nota	31-03-2018	31-12-2017 (**)
PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	9	389.614	427.578
PASSIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS EM VALOR JUSTO COM ALTERAÇÕES NOS RESULTADOS	9	244.427	236.851
PASSIVOS FINANCEIROS PELO CUSTO AMORTIZADO	9	4.644.476	4.473.759
DERIVATIVOS – HEDGE ACCOUNTING		33.049	31.956
ALTERAÇÕES DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - HEDGE ACCOUNTING		1.338	1.311
PASSIVOS ABRANGIDOS POR CONTRATOS DE SEGURO OU RESSEGURO		3.481	4.439
PROVISÕES		58.477	57.566
Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego	10	25.287	25.208
Outras remunerações de funcionários a longo prazo	10	6.131	6.700
Obrigações legais e passivos contingentes	10	13.140	12.640
Compromissos e garantias concedidos		3.472	2.449
Outras provisões	10	10.447	10.569
PASSIVOS DE IMPOSTOS		32.345	30.161
Passivos de impostos correntes		11.257	10.946
Passivos de impostos diferidos		21.088	19.215
OUTROS PASSIVOS		49.852	50.022
PASSIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA		-	-
TOTAL DO PASSIVO		5.457.059	5.313.643
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.756	310.634
CAPITAL	11	21.195	21.195
Capital desembolsado		21.195	21.195
Capital não desembolsado exigido		-	-
PRÊMIO DE EMISSÃO		129.805	129.805
INSTRUMENTOS DE PATRIMÔNIO DISTINTOS DE CAPITAL		2.120	2.085
Componente de patrimônio líquido dos instrumentos financeiros compostos		-	-
Outros instrumentos de patrimônio emitidos		2.120	2.085
OUTROS ITENS DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO		602	641
GANHOS ACUMULADOS		158.032	145.308
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		-	-
OUTRAS RESERVAS		(4.038)	(4.808)
(-) AÇÕES PRÓPRIAS		(149)	(87)
LUCRO ATRIBUÍVEL À CONTROLADORA	3	8.189	23.789
(-) DIVIDENDOS PROPOSTOS		-	(7.294)
OUTRO RESULTADO ABRANGENTE		73.020	64.754
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS	11	(13.246)	(16.029)
ITENS QUE PODEM SER RECLASSIFICADOS NOS RESULTADOS	11	86.266	80.783
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES (participações não controladores)		42.977	49.041
Outro resultado abrangente		13.803	11.610
Outros elementos		29.174	37.431
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (*)		431.753	424.429
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.888.812	5.738.072
PROMEMÓRIA: EXPOSIÇÕES FORA DE BALANÇO	14		
Compromissos de empréstimo concedidos		889.660	825.057
Garantias financeiras concedidas		66.406	57.602
Outros compromissos concedidos		260.652	257.910

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante do balanço condensado consolidado em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONDENSADA CONSOLIDADA CORRESPONDENTE AOS TRIMESTRES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**
(Milhões de euros)

(*)	Nota	(Débito) Crédito	
		01-01-2018 a 31-03-2018	01-01-2017 a 31-03-2017 (**)
Receitas de juros		13.340	14.523
Despesas de juros		(4.886)	(6.121)
Margem de juros		8.454	8.402
Receitas de dividendos		35	41
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial		178	133
Receitas de comissões		3.738	3.587
Despesas por comissões		(784)	(743)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados		127	156
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação		449	769
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados		5	-
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		16	(12)
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos		(29)	(37)
Diferenças de câmbio líquidas		(73)	(304)
Outras receitas operacionais		411	427
Outras despesas operacionais		(390)	(404)
Receitas de ativos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro		910	743
Despesas de passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro		(896)	(729)
Margem bruta		12.151	12.029
Despesas administrativas		(5.151)	(4.914)
<i>Despesas com pessoal</i>		<i>(3.000)</i>	<i>(2.912)</i>
<i>Outras despesas administrativas</i>		<i>(2.151)</i>	<i>(2.002)</i>
Amortização		(613)	(629)
Provisões ou reversão de provisões		(370)	(665)
Provisão para perdas com ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados alterações nos resultados		(2.297)	(2.416)
<i>Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente</i>		<i>(10)</i>	-
<i>Ativos financeiros a custo amortizado</i>	5	<i>(2.287)</i>	-
<i>Ativos financeiros avaliados por custo</i>		-	(7)
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>		-	-
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	5	-	(2.409)
<i>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</i>		-	-
Provisão para perdas com investimentos em negócios conjuntos ou associadas		-	-
Provisão ou reversão com ativos não financeiros		(9)	(51)
<i>Ativos tangíveis</i>		<i>(10)</i>	<i>(12)</i>
<i>Ativos intangíveis</i>		-	-
<i>Outros</i>		<i>1</i>	<i>(39)</i>
Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros, líquidos		20	11
Deságio reconhecido no resultado		-	-
Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas	6	(42)	(54)
Ganhos ou perdas antes de impostos		3.689	3.311
Despesas ou receitas de impostos sobre os resultados das atividades continuadas		(1.280)	(1.125)
Ganhos ou perdas depois de impostos		2.409	2.186
Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas		-	-
Resultado do período		2.409	2.186
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)		355	319
Atribuível aos proprietários da controladora		2.054	1.867
Lucro por ação	3		
Básico		0,12	0,12
Diluído		0,12	0,12

(*) Ver detalhes sobre os impactos da adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações do resultado condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONDENSADA CONSOLIDADA CORRESPONDENTE AOS TRIMESTRES
FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017**
(Milhões de reais)

(*)	Nota	(Débito) Crédito	
		01-01-2018 a 31-03-2018	01-01-2017 a 31-03-2017 (**)
Receitas de juros		53.195	48.593
Despesas de juros		(19.484)	(20.481)
Margem de juros		33.711	28.112
Receitas de dividendos		139	137
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial		710	445
Receitas de comissões		14.907	12.001
Despesas por comissões		(3.125)	(2.486)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados		506	521
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação		1.790	2.575
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados		22	-
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		63	(39)
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos		(115)	(122)
Diferenças de câmbio líquidas		(302)	(1.016)
Outras receitas operacionais		1.639	1.429
Outras despesas operacionais		(1.553)	(1.351)
Receitas de ativos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro		3.629	2.485
Despesas de passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro		(3.572)	(2.440)
Margem bruta		48.449	40.251
Despesas administrativas		(20.540)	(16.444)
<i>Despesas com pessoal</i>		<i>(11.962)</i>	<i>(9.744)</i>
<i>Outras despesas administrativas</i>		<i>(8.578)</i>	<i>(6.700)</i>
Amortização		(2.443)	(2.104)
Provisões ou reversão de provisões		(1.475)	(2.225)
Provisão para perdas com ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados alterações nos resultados		(9.157)	(8.085)
<i>Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente</i>		<i>(38)</i>	-
<i>Ativos financeiros a custo amortizado</i>	5	<i>(9.119)</i>	-
<i>Ativos financeiros avaliados por custo</i>		-	(25)
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda</i>		-	-
<i>Empréstimos e recebíveis</i>	5	-	(8.060)
<i>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</i>		-	-
Provisão para perdas com investimentos em negócios conjuntos ou associadas		-	-
Provisão ou reversão com ativos não financeiros		(35)	(172)
<i>Ativos tangíveis</i>		<i>(40)</i>	<i>(41)</i>
<i>Ativos intangíveis</i>		<i>-</i>	<i>-</i>
<i>Outros</i>		<i>5</i>	<i>(131)</i>
Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros, líquidos		78	36
Deságio reconhecido no resultado		-	-
Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas	6	(166)	(179)
Ganhos ou perdas antes de impostos		14.711	11.078
Despesas ou receitas de impostos sobre os resultados das atividades continuadas		(5.104)	(3.763)
Ganhos ou perdas depois de impostos		9.607	7.315
Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas		-	-
Resultado do período		9.607	7.315
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)		1.418	1.067
Atribuível aos proprietários da controladora		8.189	6.248
Lucro por ação	3	-	-
Básico		0,48	0,41
Diluído		0,48	0,41

(*) Ver detalhes sobre os impactos da adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações do resultado condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE CONDENSADAS
CONSOLIDADAS CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM DE
MARÇO DE 2018 E 2017
(Milhões de euros)**

(*)	Nota	01-01-2018 a 31-03-2018	01-01-2017 a 31-03-2017 (**)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.409	2.186
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS DO RESULTADO ABRANGENTE		(447)	175
Itens que não serão reclassificados nos resultados		32	82
Prejuízos ou lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	11	235	65
Ativos não correntes mantidos para venda		-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		(98)	-
Prejuízos ou lucros resultantes de hedge accounting de instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente, líquidos		-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente (hedge)		-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente (hedge)		-	-
Alterações do valor justo dos passivos financeiros em valor justo com alterações em resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito		(37)	-
Imposto de renda relativo aos itens que não serão reclassificados		(68)	17
Itens que podem ser reclassificados nos resultados		(479)	93
Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva)	11	(115)	(677)
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		(115)	(677)
Transferido a resultados		-	-
Outras reclassificações		-	-
Conversão de divisas	11	(739)	783
Ganhos ou perdas por diferenças de câmbio contabilizadas no patrimônio líquido		(739)	783
Transferido a resultados		-	-
Outras reclassificações		-	-
Hedge de fluxos de caixa (parte efetiva)		(150)	(325)
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		(622)	(180)
Transferido a resultados		472	(145)
Transferido pelo montante escriturado inicial dos derivativos		-	-
Outras reclassificações		-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	11	-	349
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		-	535
Transferido a resultados		-	(186)
Outras reclassificações		-	-
Instrumentos de hedge (elementos não designados)		-	-
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		-	-
Transferido a resultados		-	-
Outras reclassificações		-	-
Instrumentos de dívida em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	11	669	-
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		779	-
Transferido a resultados		(110)	-
Outras reclassificações		-	-
Ativos não correntes mantidos para venda		-	-
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		-	-
Transferido a resultados		-	-
Outras reclassificações		-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		(4)	35
Imposto de renda relativo aos itens que podem ser reclassificados ganhos ou perdas		(140)	(72)
Resultado abrangente total do período		1.962	2.361
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)		324	577
Atribuível aos proprietários da controladora		1.638	1.784

(*) Ver detalhes sobre os impactos da adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações do resultado abrangente condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE CONDENSADAS
CONSOLIDADAS CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM DE
MARÇO DE 2018 E 2017
(Milhões de reais)**

(*)	Nota	01-01-2018 a 31-03-2018	01-01-2017 a 31-03-2017 (**)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		9.607	7.315
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS DO RESULTADO ABRANGENTE		10.659	(4.627)
Itens que não serão reclassificados nos resultados		127	274
Prejuízos ou lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	11	937	217
Ativos não correntes mantidos para venda		-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		(391)	
Prejuízos ou lucros resultantes de hedge accounting de instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente, líquidos		-	
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente (hedge)		-	
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente (hedge)		-	
Alterações do valor justo dos passivos financeiros em valor justo com alterações em resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito		(148)	
Imposto de renda relativo aos itens que não serão reclassificados		(271)	57
Itens que podem ser reclassificados nos resultados		10.532	(4.901)
Hedge de investimentos líquidos em negócios no Exterior (parte efetiva)	11	(459)	(2.265)
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		(459)	(2.265)
Transferido a resultados		-	-
Outras reclassificações		-	-
Conversão de divisas	11	9.495	(2.593)
Ganhos ou perdas por diferenças de câmbio contabilizadas no patrimônio líquido		9.495	(2.593)
Transferido a resultados		-	-
Outras reclassificações		-	-
Hedge de fluxos de caixa (parte efetiva)		(598)	(1.087)
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		(2.480)	(602)
Transferido a resultados		1.882	(485)
Transferido pelo montante escriturado inicial dos derivativos		-	-
Outras reclassificações		-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	11		1.168
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido			1.790
Transferido a resultados			(622)
Outras reclassificações			-
Instrumentos de hedge (elementos não designados)		-	
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		-	
Transferido a resultados		-	
Outras reclassificações		-	
Instrumentos de dívida em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	11	2.668	
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		3.107	
Transferido a resultados		(439)	
Outras reclassificações		-	
Ativos não correntes mantidos para venda		-	-
Ganhos ou perdas de valor contabilizados no patrimônio líquido		-	-
Transferido a resultados		-	-
Outras reclassificações		-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas dos investimentos em negócios conjuntos e coligadas		(16)	117
Imposto de renda relativo aos itens que podem ser reclassificados ganhos ou perdas		(558)	(241)
Resultado abrangente total do período		20.266	2.688
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)		2.652	1.352
Atribuível aos proprietários da controladora		17.614	1.336

(*) Ver detalhes sobre os impactos da adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações do resultado abrangente condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Milhões de euros)

(*)	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio distintos de capital	Outros itens de patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de reavaliação	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado abrangente	Participação de acionistas não controladores (Participações não controladores)		Total
												Outro resultado abrangente	Outros elementos	
Saldo de fechamento em 31/12/2017 (**)	8.068	51.053	525	216	53.437	-	(1.602)	(22)	6.619	(2.029)	(21.776)	(1.436)	13.780	106.833
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	112	-	-	-	(291)	241	(1.533)	(1.471)
Saldo de abertura em 01/01/2018 (**)	8.068	51.053	525	216	53.437	-	(1.490)	(22)	6.619	(2.029)	(22.067)	(1.195)	12.247	105.362
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	2.054	-	(416)	(31)	355	1.962
Outras variações do patrimônio líquido	-	-	8	(13)	3.534	-	95	(14)	(6.619)	2.029	-	-	(878)	(1.858)
Emissão de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	-	-	(968)	-	-	-	-	-	-	-	(111)	(1.079)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(397)	-	-	-	-	-	(397)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	383	-	-	-	-	-	383
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	4.502	-	88	-	(6.619)	2.029	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(835)	(835)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(13)	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	8	-	-	-	7	-	-	-	-	-	55	70
Saldo de fechamento em 31/03/2018	8.068	51.053	533	203	56.971	-	(1.395)	(36)	2.054	-	(22.483)	(1.226)	11.724	105.466

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações condensadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao trimestre findo 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Milhões de reais)

(*)	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio distintos de capital	Outros itens de patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de reavaliação	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado abrangente	Participação de acionistas não controladores (Participações não controladores)		Total
												Outro resultado abrangente	Outros elementos	
Saldo de fechamento em 31/12/2017 (**)	21.195	129.805	2.085	641	145.308	-	(4.808)	(87)	23.789	(7.294)	64.754	11.610	37.431	424.429
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	448	-	-	-	(1.159)	959	(6.091)	(5.843)
Saldo de abertura em 01/01/2018 (**)	21.195	129.805	2.085	641	145.308	-	(4.360)	(87)	23.789	(7.294)	63.595	12.569	31.340	418.586
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	8.189	-	9.425	1.234	1.418	20.266
Outras variações do patrimônio líquido	-	-	35	(39)	12.724	-	322	(62)	(23.789)	7.294	-	-	(3.584)	(7.099)
Emissão de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	-	-	(3.480)	-	-	-	-	-	-	-	(442)	(3.922)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(1.582)	-	-	-	-	-	(1.582)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	1.520	-	-	-	-	-	1.520
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	16.204	-	291	-	(23.789)	7.294	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.415)	(3.415)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(39)	-	-	-	-	-	-	-	-	39	-
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	35	-	-	-	31	-	-	-	-	-	234	300
Saldo de fechamento em 31/03/2018	21.195	129.805	2.120	602	158.032	-	(4.038)	(149)	8.189	-	73.020	13.803	29.174	431.753

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações condensadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao trimestre findo 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Milhões de euros)

(*)	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio distintos de capital	Outros itens de patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de reavaliação	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado abrangente	Participação de acionistas não controladores (Participações não controladores)		Total
												Outro resultado abrangente	Outros elementos	
Saldo de fechamento em 31/12/2016 (**)	7.291	44.912	-	240	49.953	-	(949)	(7)	6.204	(1.667)	(15.039)	(853)	12.614	102.699
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 01/01/2017 (**)	7.291	44.912	-	240	49.953	-	(949)	(7)	6.204	(1.667)	(15.039)	(853)	12.614	102.699
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.867	-	(83)	258	319	2.361
Outras variações do patrimônio líquido	-	-	-	(45)	6.066	-	44	1	(6.204)	-	-	-	(53)	(191)
Emissão de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85)	(85)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(406)	-	-	-	-	-	(406)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(9)	407	-	-	-	-	-	398
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	6.066	-	138	-	(6.204)	-	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	(24)	-	-	(85)	-	-	-	-	-	15	(94)
Saldo de fechamento em 31/03/17 (**)	7.291	44.912	-	195	56.019	-	(905)	(6)	1.867	(1.667)	(15.122)	(595)	12.880	104.869

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações condensadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao trimestre findo 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Milhões de reais)

(*)	Capital	Prêmio de emissão	Instrumentos de patrimônio distintos de capital	Outros itens de patrimônio líquido	Ganhos acumulados	Reservas de reavaliação	Outras reservas	(-) Ações próprias	Resultado atribuível aos proprietários da controladora	(-) Dividendos propostos	Outro resultado abrangente	Participação de acionistas não controladores (Participações não controladores)		Total
												Outro resultado abrangente	Outros elementos	
Saldo de fechamento em 31/12/2016 (**)	18.277	106.783	-	630	131.976	-	(2.446)	(23)	23.767	(6.384)	39.378	7.026	33.319	352.303
Efeitos da correção de erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos das alterações nas políticas contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de abertura em 01/01/2017 (**)	18.277	106.783	-	630	131.976	-	(2.446)	(23)	23.767	(6.384)	39.378	7.026	33.319	352.303
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	6.248	-	(4.912)	285	1.067	2.688
Outras variações do patrimônio líquido	-	-	-	(117)	23.244	-	282	2	(23.767)	-	-	-	(177)	(533)
Emissão de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissão de outros instrumentos de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercício ou vencimento de outros instrumentos de patrimônio emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de dívida em patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução do capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Dividendos (ou remunerações aos sócios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(286)	(286)
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(1.359)	-	-	-	-	-	(1.359)
Venda ou cancelamento de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(29)	1.361	-	-	-	-	-	1.332
Reclassificação de instrumentos financeiros do patrimônio líquido ao passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de instrumentos financeiros do passivo ao patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre componentes do patrimônio líquido	-	-	-	-	23.244	-	523	-	(23.767)	-	-	-	-	-
Aumento ou (-) diminuição do patrimônio líquido resultante de combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	(54)	-	-	-	-	-	-	-	-	71	17
Outros aumentos ou (-) diminuições do patrimônio líquido	-	-	-	(63)	-	-	(212)	-	-	-	-	-	53	(222)
Saldo de fechamento em 31/03/17 (**)	18.277	106.783	-	513	155.220	-	(2.164)	(21)	6.248	(6.384)	34.466	7.311	34.209	354.458

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações condensadas consolidadas das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao trimestre findo 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONDENSADAS

CONSOLIDADAS CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Milhões de euros)

(*)	Nota	31-03-2018	31-03-2017 (**)
A. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(18.719)	(993)
Resultado do período		2.409	2.186
Ajustes para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais:		5.505	6.018
Amortização		613	629
Outros ajustes		4.892	5.389
Aumento/(diminuição) líquida nos ativos operacionais:		18.900	9.883
Ativos financeiros mantidos para negociação		(1.900)	(6.515)
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados		417	-
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		11.204	13.984
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		(2.934)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	526
Ativos financeiros a custo amortizado		9.864	-
Empréstimos e recebíveis		-	3.157
Outros ativos operacionais		2.249	(1.269)
Aumento/(diminuição) líquida nos passivos operacionais -		(7.253)	1.437
Passivos financeiros mantidos para negociação		(13.191)	(10.061)
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		(279)	15.374
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado		8.192	(2.838)
Outros passivos financeiros		(1.975)	(1.038)
Cobranças/(Pagamentos) por impostos sobre ganhos		(480)	(751)
B. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		7.484	(1.002)
Investimentos:		2.438	2.278
Ativos tangíveis	7	2.137	1.731
Ativos intangíveis		299	327
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas		2	-
Instituições dependentes e outras unidades de negócio	2	-	220
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda		-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	-
Outros pagamentos relacionados a atividades de investimento		-	-
Alienações:		9.922	1.276
Ativos tangíveis	7	1.232	944
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas		446	2
Instituições dependentes e outras unidades de negócio		-	-
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda	6	8.244	296
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	34
Outras cobranças relacionadas a atividades de investimento		-	-
C. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.201	(110)
Investimentos:		1.932	1.555
Dividendos	3	968	802
Passivos subordinados		437	247
Amortização de instrumentos de patrimônio próprio		-	-
Aquisição de instrumentos de patrimônio próprio		397	406
Outros pagamentos relacionados a atividades de financiamento		130	100
Alienações:		3.133	1.445
Passivos subordinados		2.750	1.050
Emissão de instrumentos de patrimônio próprio	11	-	-
Alienação de instrumentos de patrimônio próprio		383	395
Outras cobranças relacionadas a atividades de financiamento		-	-
D. EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO		(288)	455
E. AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		(10.322)	(1.650)
F. CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		110.995	76.454
G. CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		100.673	74.804
COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO			
Caixa		7.207	7.558
Saldos equivalentes ao caixa em bancos centrais		78.497	53.804
Outros ativos financeiros		14.969	13.442
Menos - Adiantamentos reembolsáveis à vista		-	-
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		100.673	74.804
Do qual: caixa restrita		-	-

(*) Ver detalhes sobre os impactos da adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

GRUPO SANTANDER

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONDENSADAS
CONSOLIDADAS CORRESPONDENTES AOS TRIMESTRES FINDOS
EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017
(Milhões de reais)

(*)	Nota	31-03-2018	31-03-2017 (**)
A. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(74.645)	(3.325)
Resultado do período		9.607	7.315
Ajustes para obter os fluxos de caixa das atividades operacionais:		21.951	20.136
Amortização		2.443	2.104
Outros ajustes		19.508	18.032
Aumento/(diminuição) líquida nos ativos operacionais:		75.366	33.074
Ativos financeiros mantidos para negociação		(7.577)	(21.799)
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados		1.663	
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		44.678	46.790
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		(11.700)	
Ativos financeiros disponíveis para venda			1.762
Ativos financeiros a custo amortizado		39.334	
Empréstimos e recebíveis			10.563
Outros ativos operacionais		8.968	(4.242)
Aumento/(diminuição) líquida nos passivos operacionais -		(28.923)	4.809
Passivos financeiros mantidos para negociação		(52.601)	(33.664)
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		(1.113)	51.441
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado		32.667	(9.496)
Outros passivos financeiros		(7.876)	(3.472)
Cobranças/(Pagamentos) por impostos sobre ganhos		(1.914)	(2.511)
B. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		29.845	(3.349)
Investimentos:		9.722	7.622
Ativos tangíveis	7	8.522	5.792
Ativos intangíveis		1.192	1.094
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas		8	-
Instituições dependentes e outras unidades de negócio	2	-	736
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda		-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	-
Outros pagamentos relacionados a atividades de investimento		-	-
Alienações:		39.567	4.273
Ativos tangíveis	7	4.914	3.160
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas		1.779	8
Instituições dependentes e outras unidades de negócio		-	-
Ativos não correntes e passivos classificados como mantidos para venda	6	32.874	992
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	113
Outras cobranças relacionadas a atividades de investimento		-	-
C. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		4.811	(360)
Investimentos:		7.675	5.193
Dividendos	3	3.823	2.690
Passivos subordinados		1.748	826
Amortização de instrumentos de patrimônio próprio		-	-
Aquisição de instrumentos de patrimônio próprio		1.582	1.359
Outros pagamentos relacionados a atividades de financiamento		522	318
Alienações:		12.486	4.833
Passivos subordinados		10.966	3.513
Emissão de instrumentos de patrimônio próprio	11	-	-
Alienação de instrumentos de patrimônio próprio		1.520	1.320
Outras cobranças relacionadas a atividades de financiamento		-	-
D. EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO		11.151	(2.405)
E. AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		(28.838)	(9.439)
F. CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO		440.972	262.275
G. CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		412.134	252.836
COMPONENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO			
Caixa		29.504	25.546
Saldos equivalentes ao caixa em bancos centrais		321.350	181.858
Outros ativos financeiros		61.280	45.432
Menos - Adiantamentos reembolsáveis à vista		-	-
TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		412.134	252.836
Do qual: caixa restrita		-	-

(*) Ver detalhes sobre os impactos da adoção da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) São apresentados única e exclusivamente para fins comparativos (Nota 1.e).

As notas explicativas de 1 a 16 em anexo são parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Banco Santander, S.A. e empresas do Grupo Santander

Notas explicativas das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018

1. Introdução, bases de apresentação da demonstração financeira intermediária condensada consolidada e outras informações

a) *Introdução*

O Banco Santander, S.A. (doravante Banco ou Banco Santander) é uma instituição de direito privado, sujeita às normas e regulamentos das instituições bancárias operantes na Espanha. Os Estatutos sociais e demais informações públicas sobre o Banco podem ser consultados no site www.santander.com, bem como em sua sede, situado em Paseo de Pereda, nº 9-12, Santander, Espanha.

Além das operações que realiza diretamente, o Banco é líder de um grupo de instituições dependentes, dedicadas a diversas atividades e que constituem, junto deste, o Grupo Santander (doravante Grupo ou Grupo Santander).

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas (doravante as demonstrações financeiras intermediárias) do Grupo correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018 foram elaboradas e aprovadas por seus administradores na reunião realizada em 3 de maio de 2018. As demonstrações anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício de 2017 foram aprovadas pela assembleia geral de acionistas do Banco realizada em 23 de março de 2018.

b) *Bases de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias*

De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, todas as sociedades regidas pelo Direito de um estado-membro da União Europeia e cujos valores mobiliários sejam negociados em um mercado regulado de algum dos Estados que a compõem deverão apresentar suas demonstrações financeiras anuais consolidadas correspondentes aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2005, conforme as Normas Internacionais de Informação Financeira (doravante NIIF ou IFRS – International Financial Reporting Standards) que tenham sido adotadas previamente pela União Europeia, doravante, NIIF-EU ou EU-IFRS. Com o objetivo de adaptar o regime contábil das instituições de crédito espanholas a essa norma, o Banco da Espanha publicou a Circular 4/2004, de 22 de dezembro, sobre Normas de Informação Financeira Pública e Reservada e Modelos de Demonstrações Financeiras, revogada em 1 de janeiro de 2018 em virtude da Circular 4/2017, de 27 de novembro de 2017, do Banco de España.

As demonstrações financeiras anuais consolidadas correspondentes ao exercício de 2017 do Grupo foram elaboradas de acordo com os requisitos e as disposições específicas estabelecidas na instrução nº 480/2009, da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e preparadas pela administração do Banco (em reunião do seu Conselho de Administração de 13 de fevereiro de 2018) de acordo com o estabelecido pelas Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia, levando em consideração a Circular 4/2004 do Banco de España e em cumprimento às Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pelo International Accounting Standards Board (NIIF – IASB), aplicando os princípios de consolidação, políticas contábeis e critérios de avaliação descritos na Nota 2 do relatório dessas demonstrações anuais consolidadas, de forma que refletiam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e dos resultados de suas operações, dos resultados abrangentes, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, consolidados no exercício de 2017.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e são apresentadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade (doravante NIC ou IAS – International Accounting Standards) 34, Informação Financeira Intermediária para a preparação de demonstrações financeiras intermediárias condensadas e abrangem informações referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

De acordo com o estabelecido pela NIC 34, as informações financeiras intermediárias são elaboradas somente com a intenção de atualizar o conteúdo das últimas demonstrações financeiras anuais consolidadas, enfatizando as novas atividades, incidências e circunstâncias ocorridas durante o trimestre e não duplicando as informações publicadas previamente nas últimas demonstrações anuais consolidadas. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações exigidas em demonstrações financeiras consolidadas completas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira e, por conseguinte, para uma adequada compreensão das informações incluídas nestas demonstrações financeiras intermediárias, elas devem ser lidas em consonância com a demonstração financeira consolidada do Grupo correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017.

A política do Grupo é apresentar, para utilização nos diferentes mercados, suas demonstrações financeiras intermediárias usando o Euro como moeda de apresentação. Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas para atender os requisitos e as disposições específicas estabelecidas na Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil, em decorrência da negociação de valores mobiliários em mercados regulados do Brasil, que exige a apresentação de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com a norma de informação financeira NIC 34 emitida pelo IASB, em reais e em português do Brasil. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas podem não ser adequadas para outros propósitos.

Por isso, considerando que tanto a moeda funcional do Banco como sua gestão estão definidos com base no euro, os montantes apresentados em reais que são incluídos exclusivamente para cumprir os requisitos da Instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil e modificações posteriores, podem não ser representativos da evolução patrimonial do Grupo em situação de movimentos significativos entre o euro e o real.

Os saldos foram convertidos para reais conforme os critérios indicados na Nota 2.a das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas ao exercício 2017, elaboradas para atender os requisitos e as disposições específicas contidas na Instrução 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil. Conforme indicado na mencionada Nota, por razões práticas, os montantes do balanço foram convertidos aplicando a taxa de câmbio de fechamento, o patrimônio líquido com a taxa histórica e as receitas e despesas foram convertidas aplicando a taxa de câmbio médio do período. A aplicação dessa taxa de câmbio ou a correspondente na data de cada transação não leva a diferenças significativas nas demonstrações financeiras intermediárias do Grupo.

As políticas e os métodos contábeis utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias são os mesmos que os aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício 2017, com exceção das normas que entraram em vigor durante o primeiro trimestre de 2018, que são detalhadas a seguir, e considerando a Circular 4/2017, de 27 de novembro, do Banco de España, que revoga a Circular 4/2004, de 22 de dezembro, com data de 1 de janeiro de 2018.

- IFRS 9 Instrumentos financeiros – Classificação e avaliação, coberturas e depreciações

Em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor a Norma IFRS 9 Instrumentos financeiros. A IFRS 9 estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração tanto dos instrumentos financeiros como de determinados tipos de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Os requisitos mencionados podem ser aplicados de forma retrospectiva, ajustando o balanço de abertura em 1 de janeiro de 2018, não sendo necessária uma nova expressão das demonstrações financeiras comparativas.

A adoção da IFRS 9 implicou alterações nas políticas contábeis do Grupo para o reconhecimento, a classificação e a avaliação dos ativos e passivos financeiros e a redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros. A IFRS 9 também modifica significativamente outras normas relacionadas com instrumentos financeiros como a NIIF 7 “Instrumentos financeiros: Divulgação”.

Os principais aspectos contidos na nova norma são:

- a) Classificação de instrumentos financeiros: o critério de classificação dos ativos financeiros depende tanto do modelo de negócio para sua gestão como das características de seus fluxos contratuais. Com base no que precede, o ativo será avaliado a custo amortizado, em valor justo com alterações em outro resultado abrangente ou em valor justo com alterações no resultado do período. Além disso, a IFRS 9 estabelece a opção de designar um instrumento em valor justo com alterações nos resultados sob determinadas condições. O Grupo Santander utiliza os seguintes critérios para a classificação de instrumentos financeiros de dívida:
 - Custo amortizado: instrumentos financeiros sob um modelo de negócio cujo objetivo é cobrar os fluxos de principal e juros, sobre os quais não existem vendas significativas não justificadas e o valor justo não é um elemento-chave na gestão destes ativos. Nesse sentido, consideram-se vendas não justificadas aquelas distintas das relacionadas com um aumento do risco de crédito, do ativo, necessidades de financiamento não previstas (cenários de estresse de liquidez), ou inclusive quando são significativas em valor, no caso de deixar de cumprir os critérios de crédito especificados na política de investimento. Adicionalmente, as características dos seus fluxos contratuais representam substancialmente um “contrato básico de financiamento”.
 - Valor justo com alterações em outro resultado abrangente: instrumentos financeiros englobados em um modelo de negócio cujo objetivo se alcança através de créditos dos fluxos de principal e juros e da venda de tais ativos, sendo o valor justo um elemento chave na gestão destes ativos. Adicionalmente, as características dos seus fluxos contratuais representam substancialmente um “contrato básico de financiamento”.
 - Valor justo com alterações no resultado do período: instrumentos financeiros incluídos em um modelo de negócio cujo objetivo não se alcança através dos mencionados anteriormente, sendo o valor justo um elemento chave na gestão destes ativos, e instrumentos financeiros cujas características dos seus fluxos contratuais não representam substancialmente um “contrato básico de financiamento”.

A principal atividade do Grupo Santander é a concessão de operações de banco comercial, não concentrando sua exposição em torno de produtos financeiros complexos. O principal objetivo do Grupo é buscar uma implementação homogênea da classificação de instrumentos financeiros nas carteiras estabelecidas de acordo com a IFRS 9; para isso, foram desenvolvidos guias de critérios para permitir uma classificação homogênea em todas as unidades do Grupo. Adicionalmente, o Grupo realizou uma análise das suas carteiras sob esses critérios com o objetivo de associar os instrumentos financeiros à sua carteira correspondente de acordo com a IFRS 9. (Ver tabela de classificação e avaliação dos instrumentos financeiros).

Os ativos de renda variável são contabilizados conforme a IFRS 9 em valor justo com alterações no resultado, a menos que a instituição opte, no caso de ativos não negociáveis, por classificá-los de forma irrevogável em valor justo com alterações em outro resultado abrangente.

Os critérios estabelecidos pela IAS 39 para a classificação e avaliação de passivos financeiros são mantidos substancialmente de acordo com a IFRS 9. Não obstante, na maior parte dos casos, as alterações no valor justo dos passivos financeiros designados em valor justo com alterações no resultado, provocadas pelo risco de crédito da instituição, são registradas no patrimônio líquido.

- b) Redução ao valor recuperável (impairment) por risco de crédito: a principal novidade com respeito à norma anterior consiste em que o novo padrão contábil introduz o conceito de perda esperada enquanto o modelo anterior (IAS 39) era fundamentado na perda incorrida.
- Perímetro de aplicação: o modelo de impairment de ativos da IFRS 9 aplica-se aos ativos financeiros avaliados a custo amortizado, aos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente, a créditos por leasing, bem como às garantias concedidas e aos compromissos não avaliados em valor justo.
 - Utilização de soluções práticas na IFRS 9: a IFRS 9 abrange uma série de soluções práticas que podem ser empregadas pelas instituições a fim de facilitar sua implementação. Contudo, para alcançar uma implementação completa e de alto nível da norma, e seguindo as melhores práticas do setor, estas soluções práticas não serão utilizadas de forma generalizada:
 - Presunção refutável de aumento significativo do risco a partir de 30 dias de inadimplência: este limite é utilizado como um indicador adicional, mas não como um indicador primário do aumento significativo do risco. Adicionalmente, existem alguns casos no Grupo em que foi refutado seu uso por estudos que evidenciam uma baixa correlação do aumento significativo do risco com este limite de atraso.
 - Ativos com baixo risco de crédito na data de relatório: em geral, o Grupo analisa a existência de aumento significativo do risco em todos seus instrumentos financeiros.
 - Metodologia de cálculo de impairment: a carteira de instrumentos financeiros sujeitos a impairment será dividida em três categorias ou estágios, atendendo à fase em que se encontre cada instrumento referente ao seu nível de risco de crédito:
 - Estágio 1: são os instrumentos financeiros nos quais não se identifica um aumento significativo do risco desde seu reconhecimento inicial. Nesse caso, a provisão reflete as perdas de crédito esperadas, que resultam de possíveis inadimplências no decurso dos 12 meses seguintes à data de relatório.
 - Estágio 2: se tiver ocorrido um aumento significativo do risco desde a data em que foi reconhecido inicialmente, sem que a perda tenha se materializado, o instrumento financeiro se enquadrará nesta fase. Neste caso, a provisão para perda reflete as perdas esperadas por defaults ao longo da vida residual do instrumento financeiro.

- Estágio 3: um instrumento financeiro é classificado nesta fase quando mostra sinais efetivos de deterioração como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que serão materializados em uma perda. Neste caso, a provisão para perda reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual estimada do instrumento financeiro.

Além disso, na data da apresentação, o Grupo reconhecerá somente as alterações acumuladas nas perdas de crédito esperadas durante o tempo de vida do ativo desde o reconhecimento inicial como uma correção de valor por perdas para ativos financeiros com impairment do valor do crédito originados ou comprados.

A metodologia requerida para a quantificação da perda esperada por eventos de crédito se baseia em uma consideração não tendenciosa e ponderada pela probabilidade de ocorrência de um leque de até cinco possíveis cenários futuros que possam impactar a cobrança dos fluxos de caixa contratuais, considerando sempre tanto o valor temporal do dinheiro como todas as informações disponíveis e relevantes sobre fatos passados, condições atuais e previsões de evolução dos fatores macroeconômicos que se demonstrem relevantes para estimar este valor (por exemplo: PIB (Produto Interno Bruto), preços dos imóveis residenciais, índice de desemprego, etc.).

A estimativa das perdas esperadas requer um alto componente de avaliação especializada e deve ser apoiada por informação passada, presente e futura. Neste sentido, as estimativas de perda esperada consideram múltiplos cenários macroeconômicos, cuja probabilidade se avalia considerando fatos passados, a situação presente e tendências futuras sobre fatores macroeconômicos como o PIB ou o índice de desemprego.

O Grupo já utiliza informações futuras em processos regulatórios e de gestão interna, incorporando diversos cenários. Neste sentido, o Grupo tem aproveitado sua experiência na gestão de informações futuras, mantendo a consistência com as informações usadas nos demais processos.

Para avaliar os parâmetros empregados para estimar as provisões para perdas [EAD (Exposure at Default), PD (Probability of Default), LGD (Loss Given Default) e taxa de desconto], o Grupo se baseou em sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo de parâmetros tanto no âmbito regulatório quanto para efeitos de gestão. O Grupo é consciente das diferenças existentes entre tais modelos e os requisitos da NIIF 9 em matéria de provisões para perdas. Consequentemente, o Grupo tem concentrado seus esforços na adaptação a tais particularidades no desenvolvimento dos modelos de provisões para impairment sob a NIIF 9.

- Determinação de aumento significativo do risco de crédito: para determinar se um instrumento financeiro teve aumento de risco de crédito desde o reconhecimento inicial, procedendo com sua classificação na Fase 2, o Grupo considera os seguintes critérios:

Critérios quantitativos	Analisa-se e quantificam-se as mudanças do risco de um descumprimento durante toda a vida esperada do instrumento financeiro com respeito ao seu nível de crédito em seu reconhecimento inicial. Para determinar se essa mudança é significativa, enquadrando o instrumento dentro da Fase 2, cada unidade do Grupo definiu os limites quantitativos a considerar em cada uma das suas carteiras, tendo em conta as diretrizes corporativas e assegurando uma interpretação consistente entre as diferentes regiões.
-------------------------	--

Critérios qualitativos	Adicionalmente aos critérios quantitativos indicados, utilizam-se diversos indicadores, que estão alinhados com os empregados pelo Grupo na gestão ordinária do risco de crédito (p.e. posições irregulares por mais de 30 dias, refinanciamentos, etc.). Cada unidade do Grupo definiu tais indicadores qualitativos, para cada uma das suas carteiras, em função das particularidades e práticas ordinárias de gestão, em linha com as políticas atualmente em vigor. O uso destes critérios qualitativos se complementa com a utilização de uma experiente avaliação especializada.
------------------------	--

- Definição de default: a definição implementada para fim de cálculo de provisões para perdas é consistente com a utilizada pelo Grupo para o desenvolvimento dos modelos avançados para o cálculo das necessidades de capital regulatório.
 - Vida esperada do instrumento financeiro: para a estimativa levam-se em conta todos os termos contratuais (p.ex. pagamentos antecipados, duração, opções de compra, etc.), sendo o período contratual (incluindo as opções de ampliação) o período máximo a considerar para avaliar as perdas com crédito esperadas. No caso de instrumentos financeiros com vencimento contratual não definido e com componente de saldo disponível (p.ex. cartões de crédito), a vida esperada se estima considerando o período durante o qual a instituição está exposta ao risco de crédito e a eficácia das práticas de gestão que mitigam tal exposição.
 - Registro de impairment: a principal novidade com respeito à norma anterior consiste em que, no caso dos ativos mensurados a valor justo com alterações em outro resultado abrangente, reflete a parte das alterações no valor justo devido a prejuízos de crédito esperados na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a variação, refletindo o restante da avaliação em outro resultado abrangente.
- c) Hedge accounting: a IFRS 9 inclui novos requisitos em hedge accounting que têm dois objetivos: simplificar os requisitos atuais e alinhar o hedge accounting com a gestão de riscos, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros de derivativos que poderiam ser considerados como instrumentos de hedge. Além disso, são necessários detalhamentos adicionais que proporcionem informações úteis sobre o efeito do hedge accounting nas demonstrações financeiras, bem como na estratégia de gestão de riscos da instituição. O tratamento das macrocoberturas está sendo desenvolvido como um projeto separado da IFRS 9. As instituições têm a opção de continuar aplicando o estabelecido pela IAS 39 com respeito às coberturas contábeis até a conclusão desse projeto. De acordo com a análise efetuada antes da entrada em vigor da norma, o Grupo considerou aplicar a IAS 39 nas suas coberturas contábeis.

Para o detalhamento das notas, as modificações relativas à NIIF 7 foram aplicadas somente para o período atual. O detalhamento das notas do período de informação de comparação mantém o detalhamento aplicável no exercício anterior.

A seguir, apresentamos o detalhamento relativo ao impacto da adoção da IFRS 9 no Grupo:

a) Classificação e avaliação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir mostra uma comparação entre a IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 e a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 dos instrumentos financeiros reclassificados de acordo com as novas exigências da IFRS 9 quanto à classificação e à avaliação (sem perdas), bem como seu valor contábil:

IAS 39			IFRS 9	
Balanco	Carteira	Valor contábil (milhões de euros)	Carteira	Valor contábil (milhões de euros)
Instrumentos de patrimônio	Ativos financeiros disponíveis para venda (incluindo aqueles que eram avaliados pelo custo em dezembro)	2.154	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	1.651
			Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	533
Instrumentos de dívida	Empréstimos e recebíveis	1.537	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	1.497
		457	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	486
	Ativos financeiros disponíveis para venda	96	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	96
		6.589	Ativos financeiros a custo amortizado	6.704
		203	Ativos financeiros mantidos para negociação	203
	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	199	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	199
	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	13.491	Ativos financeiros a custo amortizado	13.491
Empréstimos e adiantamentos	Empréstimos e recebíveis	9.864	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	296
			Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	9.577
	Empréstimos e recebíveis	1.069	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	1.107
	Ativos financeiros mantidos para negociação	43		
	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	1.152	Ativos financeiros a custo amortizado	1.102
Derivativos	Derivativos – hedge accounting (Passivo)	10	Derivativos - Passivos financeiros mantidos para negociação	10

	IAS 39		IFRS 9	
Balço	Carteira	Valor contábil (milhões de reais)	Carteira	Valor contábil (milhões de reais)
Instrumentos de patrimônio	Ativos financeiros disponíveis para venda (incluindo aqueles que eram avaliados pelo custo em dezembro)	8.558	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	6.561
			Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	2.119
Instrumentos de dívida	Empréstimos e recebíveis	6.107	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	5.951
		1.814	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	1.931
	Ativos financeiros disponíveis para venda	380	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	380
		26.180	Ativos financeiros a custo amortizado	26.636
		805	Ativos financeiros mantidos para negociação	805
	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	790	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	790
	Ativos financeiros mantidos até o vencimento	53.599	Ativos financeiros a custo amortizado	53.599
Empréstimos e adiantamentos	Empréstimos e recebíveis	39.190	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	1.176
	Empréstimos e recebíveis	4.244	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	38.052
			Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	4.396
			Ativos financeiros mantidos para negociação	172
Derivativos	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	4.578	Ativos financeiros a custo amortizado	4.380
	Derivativos – hedge accounting (Passivo)	41	Derivativos - Passivos financeiros mantidos para negociação	41

b) Conciliação dos ajustes de impairment da IAS 39 para a IFRS 9

A tabela a seguir mostra uma conciliação entre a IAS 39, em 31 de dezembro de 2017, e a IFRS 9, em 1 de janeiro de 2018, das correções de valor por impairment dos instrumentos financeiros de acordo com as novas exigências da IFRS 9:

	Milhões de euros		
	IAS 39 31-12-2017	Impacto do impairment	IFRS 9 01-01-2018
Ativos financeiros a custo amortizado	24.682	1.974	26.656
Empréstimos e adiantamentos	23.952	2.002	25.954
Instrumentos de dívida	730	(28)	702
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	2	2
Instrumentos de dívida	-	2	2
Compromissos e garantias concedidos	617	197	814
Total	25.299	2.173	27.472

Além disso, existe um impacto por impairment em Investimentos em negócios conjuntos e associadas de 34 milhões de euros.

	Milhões de reais		
	IAS 39 31-12-2017	Impacto do impairment	IFRS 9 01-01-2018
Ativos financeiros a custo amortizado	98.060	7.843	105.903
Empréstimos e adiantamentos	95.159	7.955	103.114
Instrumentos de dívida	2.901	(112)	2.789
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	6	6
Instrumentos de dívida	-	6	6
Compromissos e garantias concedidos	2.449	784	3.233
Total	100.509	8.633	109.142

Além disso, existe um impacto por impairment em Investimentos em negócios conjuntos e associadas de 134 milhões de reais.

c) Conciliação do balanço da IAS 39 para a IFRS 9

Apresentamos a seguir os detalhes da conciliação do balanço intermediário condensado consolidado conforme a NIC 39, em 31 de dezembro de 2017, para a NIIF 9, em 1 de janeiro de 2018, destacando os impactos da classificação e avaliação, e do impairment uma vez adotada a NIIF 9:

ATIVO (milhões de euros)	IAS 39 31-12-2017	Mudança de nomenclatura (*)	Impacto da classificação e avaliação	Impacto de impairment	IFRS 9 01-01-2018
Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à vista	110.995	-	-	-	110.995
Ativos financeiros mantidos para negociação	125.458	-	160	-	125.618
Derivativos	57.243	-	-	-	57.243
Instrumentos de patrimônio	21.353	-	-	-	21.353
Instrumentos de dívida	36.351	-	203	-	36.554
Empréstimos e adiantamentos	10.511	-	(43)	-	10.468
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alteração nos resultados		933	3.739 (c)	-	4.672
Instrumentos de patrimônio		933	1.651	-	2.584
Instrumentos de dívida		-	1.792	-	1.792
Empréstimos e adiantamentos		-	296	-	296
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	34.782	(933)	8.226	-	42.075
Instrumentos de patrimônio	933	(933)	-	-	-
Instrumentos de dívida	3.485	-	(199)	-	3.286
Empréstimos e adiantamentos	30.364	-	8.425 (a)	-	38.789
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		124.229	2.126	(2)	126.353
Instrumentos de patrimônio		2.636	533	-	3.169
Instrumentos de dívida		121.593	486	(2)	122.077
Empréstimos e adiantamentos		-	1.107	-	1.107
Ativos financeiros disponíveis para venda	133.271	(124.229)	(9.042)	-	
Instrumentos de patrimônio	4.790	(2.636)	(2.154) (c)	-	-
Instrumentos de dívida	128.481	(121.593)	(6.888) (b)	-	-
Ativos financeiros a custo amortizado		890.094 (a)	21.297	(1.982)(d)	909.409
Instrumentos de dívida		15.557 (b)	20.195 (b)	20	35.772
Empréstimos e adiantamentos		874.537	1.102	(2.002)	873.637
Empréstimos e recebíveis	903.013	(890.094) (a)	(12.927)	8	
Instrumentos de dívida	17.543	(15.557)	(1.994) (c)	8	-
Empréstimos e adiantamentos	885.470	(874.537)	(10.933) (a)	-	-
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	13.491	-	(13.491) (b)	-	-
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	6.184	-	-	(34)	6.150
Outros ativos (**)	117.111	-	6	680 (e)	117.797
TOTAL DO ATIVO	1.444.305	-	94	(1.330)	1.443.069

(*) Devido à entrada em vigor da Circular 4/2017 do Banco de España.

(**) Inclui Derivativos - Hedge Accounting, Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros, Ativos abrangidos por contratos de seguro e resseguro, Ativos tangíveis, Ativos intangíveis, Ativos de impostos, Outros ativos e Ativos não correntes classificados como mantidos para venda.

a) Os montantes classificados na seção "Empréstimos e recebíveis" em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados para a seção "Ativos financeiros a custo amortizado". Não obstante, o Grupo mantinha uma carteira de empréstimos e recebíveis no valor aproximado de 8.600 milhões de euros, procedentes principalmente do Brasil, a qual estava designada pelo custo amortizado; como consequência da aplicação inicial da IFRS 9, essa carteira foi designada em valor justo e, portanto, foi classificada na seção "Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados".

b) Os instrumentos classificados na seção "Investimentos mantidos até o vencimento" em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados na seção "Ativos financeiros pelo custo amortizado" como consequência da modificação de denominação desta carteira decorrente da entrada em vigor da IFRS 9. Além disso, após a revisão dos modelos de negócio das carteiras de liquidez das diferentes regiões, o Grupo identificou determinados grupos de ativos classificados em 31 de dezembro na seção "Ativos financeiros disponíveis para venda", procedentes principalmente do México, Brasil e do negócio de Consumer, cuja gestão está orientada a manter os instrumentos financeiros em carteira até os respectivos vencimentos. Por isso, estes grupos de ativos foram reclassificados para a seção "Ativos financeiros pelo custo amortizado".

c) O Grupo reclassificou para a seção "Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados" os instrumentos financeiros que não satisfazem o teste SPPI (Somente pagamento de principal e juros) classificados em 31 de dezembro de 2017 principalmente nas seções "Empréstimos e recebíveis" e "Ativos financeiros disponíveis para venda", procedentes principalmente do Reino Unido e da Espanha.

d) Corresponde ao aumento das provisões por impairment do valor dos ativos incluídos na seção "Ativos financeiros pelo custo amortizado" decorrente da modificação de política contábil.

e) Corresponde ao efeito fiscal do aumento das provisões por impairment comentadas no ponto d.

PASSIVO (milhões de euros)	IAS 39 31-12-2017	Mudança de nomenclatura	Impacto da classificação o e avaliação	Impacto de impairment	IFRS 9 01-01-2018
Passivos financeiros mantidos para negociação	107.624	-	10	-	107.634
Derivativos	57.892	-	10	-	57.902
Posições em títulos de curto prazo	20.979	-	-	-	20.979
Depósitos	28.753	-	-	-	28.753
Instrumentos de dívida emitidos	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	59.616	-	-	-	59.616
Depósitos	55.971	-	-	-	55.971
Instrumentos de dívida emitidos	3.056	-	-	-	3.056
Outros passivos financeiros	589	-	-	-	589
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	1.126.069	-	-	-	1.126.069
Depósitos	883.320	-	-	-	883.320
Instrumentos de dívida emitidos	214.910	-	-	-	214.910
Outros passivos financeiros	27.839	-	-	-	27.839
Derivativos – hedge accounting	8.044	-	(10)	-	8.034
Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros	330	-	-	-	330
Provisões	14.489	-	-	197	14.686
Compromissos e garantias concedidos	617	-	-	197	814
Outras provisões (*)	13.872	-	-	-	13.872
Outros passivos (**)	21.300	-	41	(3)	21.338
TOTAL DO PASSIVO	1.337.472	-	41	194	1.337.707

(*) Inclui Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego, Outras remunerações de funcionários a longo prazo, Obrigações legais e passivos contingentes e outras provisões (que inclui avais e outros passivos contingentes).

(**) Inclui Passivos abrangidos por contratos de seguro e resseguro, Passivos de impostos, Outros passivos e Passivos mantidos para venda.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhões de euros)	IAS 39 31-12-2017	Mudança de nomenclatura	Impacto da classificação e avaliação	Impacto de impairment	IFRS 9 01-01- 2018
Patrimônio Líquido	116.265	-	91	(1.401)	114.955
Capital	8.068	-	-	-	8.068
Prêmio de emissão	51.053	-	-	-	51.053
Instrumentos de patrimônio emitidos distintos de capital	525	-	-	-	525
Outros itens de patrimônio líquido	216	-	-	-	216
Ganhos acumulados	53.437	-	-	-	53.437
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-
Outras reservas	(1.602)	-	91	(1.401)	(2.912)
Ações próprias	(22)	-	-	-	(22)
Resultado atribuível à controladora	6.619	-	-	-	6.619
Dividendos propostos	(2.029)	-	-	-	(2.029)
Outro resultado abrangente	(21.776)	-	(53)	-	(21.829)
Itens que não serão reclassificados nos resultados	(4.034)	919	(152)	-	(3.267)
Prejuízos ou lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	(4.033)	-	-	-	(4.033)
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-
Participação em outros resultados abrangentes de investimentos em negócios conjuntos e associadas	(1)	5	(5)	-	(1)
Outros ajustes de avaliação	-	-	-	-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	914	(141)	-	773
Ineficácia das coberturas de valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	-	-	-	-
Alterações do valor justo dos passivos financeiros em valor justo com alterações em resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito	-	-	(6)	-	(6)
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	(17.742)	(919)	99	-	(18.562)
Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva)	(4.311)	-	-	-	(4.311)
Conversão de divisas	(15.430)	-	-	-	(15.430)
Derivativos utilizados como hedge. Hedge de fluxos de caixa (parte efetiva)	152	-	-	-	152
Alterações do valor justo dos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	1.154	99	-	1.253
Instrumentos de hedge (elementos não designados)	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.068	(2.068)	-	-	-
Instrumentos de dívida	1.154	(1.154)	-	-	-
Instrumentos de patrimônio	914	(914)	-	-	-
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas em investimentos em negócios conjuntos e associadas	(221)	(5)	-	-	(226)
Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)	12.344	-	15	(123)	12.236
Outro resultado abrangente	(1.436)	-	3	-	(1.433)
Outros elementos	13.780	-	12	(123)	13.669
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	106.833	-	53	(1.524)	105.362
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.444.305	-	94	(1.330)	1.443.069

ATIVO (milhões de reais)	IAS 39 31-12-2017	Mudança de nomenclatura (*)	Impacto da classificação e avaliação	Impacto de impairment	IFRS 9 01-01-2018
Caixa, saldos em caixa em bancos centrais e outros depósitos à vista	440.972	-	-	(2)	440.970
Ativos financeiros mantidos para negociação	498.432	-	633	-	499.065
Derivativos	227.421	-	-	-	227.421
Instrumentos de patrimônio	84.832	-	-	-	84.832
Instrumentos de dívida	144.419	-	805	-	145.224
Empréstimos e adiantamentos	41.760	-	(172)	-	41.588
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alteração nos resultados		3.705	14.858 (c)	-	18.563
Instrumentos de patrimônio		3.705	6.561	-	10.266
Instrumentos de dívida		-	7.121	-	7.121
Empréstimos e adiantamentos		-	1.176	-	1.176
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	138.180	(3.705)	32.684	-	167.159
Instrumentos de patrimônio	3.705	(3.705)	-	-	
Instrumentos de dívida	13.844	-	(790)	-	13.054
Empréstimos e adiantamentos	120.631	-	33.474 (a)	-	154.105
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		493.551	8.446	(6)	501.991
Instrumentos de patrimônio		10.473	2.119	-	12.592
Instrumentos de dívida		483.078	1.931	(6)	485.003
Empréstimos e adiantamentos		-	4.396	-	4.396
Ativos financeiros disponíveis para venda	529.474	(493.551)	(35.923)	-	
Instrumentos de patrimônio	19.031	(10.473)	(8.558) (c)	-	
Instrumentos de dívida	510.443	(483.078)	(27.365) (b)	-	
Ativos financeiros a custo amortizado		3.536.258 (a)	84.615	(7.876)(d)	3.612.997
Instrumentos de dívida		61.808 (b)	80.235(b)	79	142.122
Empréstimos e adiantamentos		3.474.450	4.380	(7.955)	3.470.875
Empréstimos e recebíveis	3.587.580	(3.536.258) (a)	(51.355)	33	
Instrumentos de dívida	69.696	(61.808)	(7.921) (c)	33	
Empréstimos e adiantamentos	3.517.884	(3.474.450)	(43.434) (a)	-	
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	53.599	-	(53.599) (b)	-	-
Investimentos em negócios conjuntos e coligadas	24.567	-	-	(134)	24.433
Outros ativos (**)	465.268	-	21	2.705 (e)	467.994
TOTAL DO ATIVO	5.738.072	-	380	(5.280)	5.733.172

(*) Devido à entrada em vigor da Circular 4/2017 do Banco de Espanha.

(**) Inclui Derivativos - Hedge Accounting, Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros, Ativos abrangidos por contratos de seguro e resseguro, Ativos tangíveis, Ativos intangíveis, Ativos de impostos, Outros ativos e Ativos não correntes mantidos para venda.

- Os montantes classificados na seção "Empréstimos e recebíveis" em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados para a seção "Ativos financeiros a custo amortizado". Não obstante, o Grupo mantinha uma carteira de empréstimos e recebíveis no valor aproximado de 35.207 milhões de reais, procedentes principalmente do Brasil, a qual estava designada pelo custo amortizado; como consequência da aplicação inicial da IFRS 9, essa carteira foi designada em valor justo, por conseguinte, foi classificada na seção "Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados".
- Os instrumentos classificados na seção "Investimentos mantidos até o vencimento" em 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados na seção "Ativos financeiros pelo custo amortizado" como consequência da modificação de denominação desta carteira decorrente da entrada em vigor da IFRS 9. Além disso, após a revisão dos modelos de negócio das carteiras de liquidez das diferentes regiões, o Grupo identificou determinados grupos de ativos classificados em 31 de dezembro na seção "Ativos financeiros disponíveis para venda", procedentes principalmente do México, Brasil e do negócio de Consumer, cuja gestão está orientada a manter os instrumentos financeiros em carteira até os respectivos vencimentos. Por isso, estes grupos de ativos foram reclassificados para a seção "Ativos financeiros pelo custo amortizado".
- O Grupo reclassificou para a seção "Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados" os instrumentos financeiros que não satisfazem o teste SPPI (Somente pagamento de principal e juros) classificados em 31 de dezembro de 2017 principalmente nas seções "Empréstimos e recebíveis" e "Ativos financeiros disponíveis para venda", procedentes principalmente do Reino Unido e da Espanha.
- Corresponde ao aumento das provisões por impairment do valor dos ativos incluídos na seção "Ativos financeiros pelo custo amortizado" decorrente da modificação de política contábil.
- Corresponde ao efeito fiscal do aumento das provisões por impairment comentadas no ponto d.

PASSIVO (milhões de reais)	IAS 39 31-12-2017	Mudança de nomenclatura	Impacto da classificação o e avaliação	Impacto de impairment	IFRS 9 01-01-2018
Passivos financeiros mantidos para negociação	427.578	-	41	-	427.619
Derivativos	230.000	-	41	-	230.041
Posições em títulos de curto prazo	83.348	-	-	-	83.348
Depósitos	114.230	-	-	-	114.230
Instrumentos de dívida emitidos	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	236.851	-	-	-	236.851
Depósitos	222.369	-	-	-	222.369
Instrumentos de dívida emitidos	12.143	-	-	-	12.143
Outros passivos financeiros	2.339	-	-	-	2.339
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	4.473.759	-	-	-	4.473.759
Depósitos	3.509.343	-	-	-	3.509.343
Instrumentos de dívida emitidos	853.816	-	-	-	853.816
Outros passivos financeiros	110.600	-	-	-	110.600
Derivativos – hedge accounting	31.956	-	(41)	-	31.915
Alterações do valor justo dos itens cobertos de uma carteira com cobertura do risco de taxa de juros	1.311	-	-	-	1.311
Provisões	57.566	-	-	784	58.350
Compromissos e garantias concedidos	2.449	-	-	784	3.233
Outras provisões (*)	55.117	-	-	-	55.117
Outros passivos (**)	84.622	-	170	(11)	84.781
TOTAL DO PASSIVO	5.313.643	-	170	773	5.314.586

(*) Inclui Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego, Outras remunerações de funcionários a longo prazo, Obrigações legais e passivos contingentes e outras provisões (que inclui avais e outros passivos contingentes).

(**) Inclui Passivos abrangidos por contratos de seguro e resseguro, Passivos de impostos, Outros passivos e Passivos mantidos para venda.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhões de reais)	IAS 39 31-12-2017	Mudança de nomenclatura	Impacto da classificação e avaliação	Impacto de impairment	IFRS 9 01-01- 2018
Patrimônio Líquido	310.634	-	365	(5.568)	305.431
Capital	21.195	-	-	-	21.195
Prêmio de emissão	129.805	-	-	-	129.805
Instrumentos de patrimônio emitidos distintos de capital	2.085	-	-	-	2.085
Outros itens de patrimônio líquido	641	-	-	-	641
Ganhos acumulados	145.308	-	-	-	145.308
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-
Outras reservas	(4.808)	-	365	(5.568)	(10.011)
Ações próprias	(87)	-	-	-	(87)
Resultado atribuível à controladora	23.789	-	-	-	23.789
Dividendos propostos	(7.294)	-	-	-	(7.294)
Outro resultado abrangente	64.754	-	(214)	2	64.542
Itens que não serão reclassificados nos resultados	(16.029)	3.649	(608)	-	(12.988)
Prejuízos ou lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	(16.023)	-	-	-	(16.023)
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-
Participação em outros resultados abrangentes de investimentos em negócios conjuntos e associadas	(6)	19	(16)	-	(3)
Outros ajustes de avaliação	-	-	-	-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	3.630	(568)	-	3.062
Ineficácia das coberturas de valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	-	-	-	-
Alterações do valor justo dos passivos financeiros em valor justo com alterações em resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito	-	-	(24)	-	(24)
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	80.783	(3.649)	394	2	77.530
Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva)	(17.127)	-	-	-	(17.127)
Conversão de divisas	89.971	-	-	-	89.971
Derivativos utilizados como hedge. Hedge de fluxos de caixa (parte efetiva)	604	-	-	-	604
Alterações do valor justo dos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	4.583	394	2	4.979
Instrumentos de hedge (elementos não designados)	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.213	(8.213)	-	-	-
Instrumentos de dívida	4.583	(4.583)	-	-	-
Instrumentos de patrimônio	3.630	(3.630)	-	-	-
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas em investimentos em negócios conjuntos e associadas	(878)	(19)	-	-	(897)
Participação de acionistas não controladores (participações não controladores)	49.041	-	59	(487)	48.613
Outro resultado abrangente	11.610	-	12	-	11.622
Outros elementos	37.431	-	47	(487)	36.991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	424.429	-	210	(6.053)	418.586
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.738.072	-	380	(5.280)	5.733.172

- NIIF 15 Receitas procedentes de contratos com clientes (obrigatória para períodos anuais com início em 1 de janeiro de 2018) - nova norma de reconhecimento de receitas com clientes. Substitui as seguintes normas e interpretações vigentes atualmente: NIC 18 - Receitas de operações em continuidade, NIC 11 - Contratos de construção, CINIIF 13 - Programas de fidelização de clientes, CINIIF 15 - Acordos para a construção de imóveis, CINIIF 18 - Transferências de ativos procedentes de clientes e SIC-31 - Receitas - Permutas de serviços de publicidade. De acordo com a NIIF 15, o modelo central de reconhecimento de receitas é estruturado em torno dos cinco passos a seguir: identificar o contrato com o cliente, identificar as obrigações separadas do contrato, determinar o preço da transação, distribuir o preço da transação entre as obrigações identificadas e contabilizar as receitas ou à medida que as obrigações são satisfeitas.

- Esclarecimentos para a NIIF 15 sobre receitas procedentes de contratos com clientes.

Não foram observados efeitos significativos nas demonstrações financeiras intermediárias do Grupo em decorrência da aplicação da norma contábil mencionada.

- Modificação para a NIIF 4 “Contratos de seguros” aplicando a IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” (obrigatória para períodos anuais que comecem a partir de 1 de janeiro de 2018). O objetivo da modificação é dar a todas as empresas que emitem contratos de seguros a opção de reconhecer em outros resultados abrangentes, em lugar de ganhos ou perdas, a volatilidade que poderia surgir quando é aplicada a IFRS 9, para os novos contratos antes da adoção da norma de seguros e dar às empresas cujas atividades estão relacionadas em sua maioria com seguros uma isenção temporária opcional da aplicação da IFRS 9 até o ano 2021. As entidades que diferirem a aplicação da IFRS 9 continuarão aplicando a norma existente de Instrumentos Financeiros IAS 39.

Não se aplica o diferimento da citada norma ao não se cumprirem as condições requeridas para tanto.

- Modificação para a NIIF 2 Classificação e avaliação das transações com pagamentos baseados em ações. as emendas referem-se às seguintes áreas: (a) A contabilidade para os efeitos que as condições para a consolidação da concessão têm nas transações de pagamento baseado em ações liquidado em numerário.(b) A classificação das transações de pagamento baseado em ações com características de liquidação líquida para as obrigações de retenção de impostos; e (c) A contabilidade para a modificação dos termos e condições do pagamento baseado em ações que modificam a transação de liquidada em numerário para liquidada em patrimônio.
- Modificação NIC 40 Transferências de investimentos imobiliários - introduzem modificações nos requisitos existentes ou trazem alguma orientação complementar sobre a aplicação de tais requisitos.
- Melhorias nas NIIF Ciclo 2014-2016 – introduzem modificações menores nas normas NIIF 1, referentes à eliminação das isenções a curto prazo para as entidades que adotarem a NIIF pela primeira vez, e a NIC 28, sobre a avaliação de um investimento em uma coligada ou um negócio conjunto em valor justo.
- Modificação para a IFRS 9 Instrumentos financeiros - foi publicado um esclarecimento sobre o tratamento de determinadas opções de pagamento antecipado em relação à avaliação dos fluxos contratuais de principal e juros dos instrumentos financeiros.
- Interpretação CINIIF 22 Transações e contraprestações antecipadas em moeda estrangeira - Quando uma instituição recebe um adiantamento para reconhecer as receitas associadas na conta de resultados, reconhece tanto a contraprestação recebida como um passivo não monetário (receitas diferidas ou passivos por contratos) na demonstração da posição financeira com a taxa de câmbio à vista, de acordo com a NIC 21 Efeitos das variações nas taxas de câmbio da moeda estrangeira.

Quando as receitas diferidas são reconhecidas posteriormente como receitas na demonstração dos resultados, questiona-se se sua mensuração deve refletir: o valor com o qual foi reconhecida originalmente a receita diferida, ou seja, quando a contraprestação foi originalmente recebida; ou o valor da contraprestação recebida é convertido com a taxa de câmbio vigente na data em que o elemento não monetário é gerado como receita na demonstração dos resultados, gerando um lucro ou perda cambial que reflete a diferença entre o valor da contraprestação recebida traduzido para (i) a taxa de câmbio à vista vigente no momento de seu recebimento e (ii) para a taxa de câmbio à vista vigente quando se reconhece na demonstração dos resultados como receita ou despesa.

Não foram observados efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo em decorrência da aplicação das modificações e melhorias nestas normas contábeis.

Outras normas

A NIIF 16 (data de entrada em vigor é para os períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2019, com a opção de adoção antecipada daquela que o Grupo não utilizou) estabelece os princípios para o reconhecimento, avaliação, apresentação e detalhamento de leasings, com o objetivo de garantir que tanto o arrendatário como o arrendador disponibilizam informações relevantes que representam uma apresentação adequada de tais operações. A Norma prevê um único modelo de contabilidade para o arrendatário, segundo o qual esse deve reconhecer os ativos e passivos correspondentes a todos os leasings, a menos que o prazo do leasing seja de 12 meses ou inferior ou que o valor do ativo subjacente seja baixo.

O Grupo continua avançando na identificação de todos os casos de contratos de leasing nos diversos países, na definição dos diferentes critérios a serem considerados na transição e na avaliação do cálculo dos possíveis impactos da primeira aplicação. Além disso, estão sendo avaliadas as exigências e implicações da nova norma em relação a sistemas e processos, controle interno, políticas contábeis e reporting.

c) Estimativas realizadas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são sensíveis aos princípios e políticas contábeis, critérios de avaliação e estimativas seguidos pelos administradores do Banco para a elaboração das demonstrações financeiras intermediárias. Os principais princípios e políticas contábeis e critérios de avaliação são indicados na Nota 2 das demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício 2017, com exceção dos indicados nestas demonstrações financeiras intermediárias devido às normas que entraram em vigor durante o primeiro trimestre do exercício 2018.

Nas demonstrações financeiras intermediárias utilizaram-se ocasionalmente estimativas realizadas pela alta administração do Banco e das instituições consolidadas para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos registrados. Basicamente, estas estimativas, realizadas em função da melhor informação disponível, referem-se a:

1. Despesas com imposto de renda que, de acordo com a NIC 34, são reconhecidas em períodos intermediários sobre a base da melhor estimativa da alíquota média ponderada que o Grupo espera para o período anual;
2. As perdas por imparidade de determinados ativos – ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente, ativos financeiros a custo amortizado, ativos não correntes classificados como mantidos para venda, investimentos, ativos tangíveis e ativos intangíveis;

3. Premissas empregadas no cálculo dos passivos e compromissos por benefícios pós-emprego e outras obrigações;
4. Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis;
5. Avaliação do ágio;
6. Provisões e a consideração de passivos contingentes;
7. Valor justo de determinados ativos e passivos não negociados com frequência; e
8. Possibilidade de recuperação dos ativos por impostos diferidos.
9. O valor justo dos ativos identificados adquiridos e os passivos assumidos em combinações de negócio de acordo com a NIIF 3.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018 não ocorreram alterações significativas nas estimativas realizadas no encerramento do exercício 2017 distintas daquelas indicadas nestas demonstrações financeiras intermediárias.

d) Ativos e passivos contingentes

Na Nota 2.o das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017, são fornecidas informações sobre os ativos e passivos contingentes na referida data. Entre 31 de dezembro de 2017 e a data de elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias não ocorreram alterações significativas nos ativos e passivos contingentes do Grupo.

e) Comparação das informações

Em julho de 2014, o IASB publicou a NIIF 9 que, em conjunto com as modificações posteriores, foi adotada pelo Grupo de acordo com a norma a partir de 1 de janeiro de 2018. Como permite a própria norma, o Grupo optou por não reapresentar as demonstrações financeiras comparativas, não tendo reapresentado de acordo com esses critérios as informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017 nem as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de forma que não podem ser comparadas. No entanto, a Nota 1.b., inclui uma reconciliação dos saldos em 31 de dezembro de 2017 de acordo com a NIC 39 e os correspondentes saldos em 1 de janeiro de 2018 de acordo com a IFRS 9.

Da mesma forma, com o objetivo de adaptar o regime contábil das entidades de crédito espanholas às modificações resultantes da adoção da NIIF 15 e da IFRS 9, em 6 de dezembro de 2017, foi publicada a Circular 4/2017, de 27 de novembro, do Banco de España, que revoga a Circular 4/2004, de 22 de dezembro, para os exercícios com início em 1 de janeiro de 2018. Assim, a adoção desta Circular modificou a discriminação e a apresentação de determinadas seções das demonstrações financeiras, para se adaptarem à mencionada IFRS 9. As informações correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram reapresentadas de acordo com a mencionada Circular.

Durante o primeiro trimestre de 2018, o Grupo modificou a política contábil de reconhecimento da participação de acionistas não controladores em operações de redução de participação sem perda de controle. De acordo com as normas internacionais de contabilidade, o ágio associado a estas transações deve ser mantido no balanço. A participação de acionistas não controladores resultantes da redução na participação pode ser contabilizada pela sua participação nos ativos líquidos identificáveis ou atribuindo-lhes o ágio associado à participação vendida. Neste sentido, o Grupo optou por contabilizar participação de acionistas não controladores pela sua participação nos ativos líquidos. A aplicação da modificação de política contábil, sem impacto no patrimônio líquido, foi realizada em 1 de janeiro de 2018.

Portanto, as informações contidas nestas demonstrações financeiras intermediárias correspondentes a 2017 são apresentadas, única e exclusivamente, para efeitos de comparação com as informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018, com exceção do comentário anterior (ver Nota 1.b. relativa à aplicação da IFRS 9).

As informações da Nota 3 relativas às ações em circulação no trimestre findo em 31 de março de 2017 foram reformuladas devido ao aumento de capital descrito na Nota 11.a em conformidade com a norma aplicável.

Por último, para interpretar a evolução dos saldos relativos a 31 de dezembro de 2017, deve-se considerar o efeito da taxa de câmbio decorrente do volume de saldos em moeda estrangeira mantido pelo Grupo, dada sua diversidade geográfica (ver Nota 51.b das demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017) e a valorização/desvalorização sofrida pelas diferentes moedas em relação ao euro no primeiro trimestre de 2018: peso mexicano (5,04%), dólar dos EUA (-2,66%), real (-2,95%), libra esterlina (1,41%), peso chileno (-0,85%) e zloty polonês (-0,80%); bem como a evolução das taxas de câmbio médias entre períodos comparáveis: peso mexicano (-6,33%), dólar dos EUA (-13,37%), real (-16,09%), libra esterlina (-2,64%), peso chileno (-5,66%) e zloty polonês (3,38%).

f) Sazonalidade das transações do Grupo

Tendo em vista as atividades realizadas pelas empresas do Grupo, as transações não contam com um caráter cíclico ou sazonal. Por este motivo, não incluem discriminações específicas nas notas explicativas das demonstrações financeiras condensadas consolidadas correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

g) Importância relativa

Ao determinar a informação a ser divulgada sobre os diferentes itens das demonstrações financeiras intermediárias ou outros assuntos, o Grupo, de acordo com a NIC 34, considerou a importância relativa em relação às demonstrações financeiras intermediárias correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

h) Fatos posteriores

Desde 1º de abril de 2018 até a data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias correspondentes ao primeiro trimestre de 2018, cabe destacar o seguinte fato relevante no Grupo:

- O Banco Santander comunicou que seu Conselho de Administração, bem como o do Banco Popular Español, S.A.U. ("Banco Popular"), aprovaram a fusão por absorção deste último pelo Banco Santander, de acordo com o procedimento estabelecido nos artigos 49 e 51 da Lei de Modificações Estruturais (a "Fusão").

Consequentemente, os respectivos conselhos de administração decidiram aprovar e subscrever o projeto comum de fusão por absorção do Banco Popular (sociedade absorvida) por parte do Banco Santander (sociedade absorvente). O Banco Santander tem participação direta de 100% no Banco Popular.

De acordo com o previsto no referido projeto, no momento da execução da Fusão, e após a obtenção da autorização necessária por parte do Ministro da Economia, Indústria e Competitividade, e uma vez satisfeitas (ou, se for o caso, renunciadas) as demais condições suspensivas às quais está sujeita a Fusão, o Banco Santander adquirirá, por sucessão universal, a totalidade dos direitos e obrigações do Banco Popular, incluindo os que tenham sido adquiridos do Banco Pastor, S.A.U. e do Popular Banca Privada, S.A.U. em virtude da fusão por absorção destes últimos pelo Banco Popular, que foi também aprovada por seus respectivos conselhos de administração e cujo registro está sujeito à efetividade da Fusão.

i) Demonstrações de fluxo de caixa condensadas consolidadas

Nas demonstrações dos fluxo de caixa condensadas consolidadas, as seguintes expressões são utilizadas com o sentido indicado abaixo:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de montantes em espécie e de seus equivalentes; sendo estes entendidos como os investimentos a curto prazo de liquidez elevada e baixo risco de alterações em seu valor.

O Grupo considera como caixa ou equivalentes de caixa os saldos registrados nas contas Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos sem restrições à vista do balanço condensado consolidado.

- Atividades operacionais: atividades típicas das instituições de crédito, assim como outras atividades que não podem ser classificadas como de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: as de aquisição, alienação ou transferência por outros meios de ativos a longo prazo e outros investimentos não incluídos no caixa e seus equivalentes.
- Atividades de financiamento: atividades que provocam alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

2. Grupo Santander

Nos Anexos I, II e III da demonstração financeira consolidada correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017 são fornecidas informações relevantes sobre as sociedades do Grupo nesta data e sobre aquelas avaliadas pelo método da participação.

Além disso, a Nota 3 as referidas demonstrações financeiras consolidadas descreve as aquisições e vendas de sociedades mais significativas efetuadas pelo Grupo durante os exercícios de 2017, 2016 e 2015.

A seguir, são descritas as operações mais significativas realizadas no primeiro trimestre de 2018 ou com execução pendente em 31 de março de 2018:

i. Aquisição do Banco Popular Español, S.A.

Com relação à estimativa dos ajustes de compra do Banco Popular, S.A. e suas empresas controladas pela Controladora, de acordo com a NIIF 3, o Grupo avaliou os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em valor justo. Esse valor justo é provisório, de acordo com a norma aplicável, devido ao período transcorrido desde a transação e à complexidade da sua avaliação. Contudo, o Grupo não espera que existam mudanças significativas no montante até a finalização do prazo de que dispõe para considerar a avaliação como definitiva.

A operação foi autorizada pelas diferentes autoridades reguladoras e de defesa de competência competentes nas jurisdições em que o Banco Popular tinha presença, encontrando-se pendente nesta data apenas a autorização regulatória relativa à aquisição indireta de algumas das filiais do Banco Popular domiciliadas nos Estados Unidos.

ii. Acordo de venda do negócio imobiliário do Banco Popular

Em relação aos negócios imobiliários do Banco Popular, em 8 de agosto de 2017 o Banco Santander comunicou a operação com o fundo Blackstone relativa à aquisição pelo fundo de 51% e, portanto, do controle do citado negócio imobiliário integrado por uma carteira de imóveis retomados, sociedades detentoras de ativos imobiliários, créditos duvidosos procedentes do setor imobiliário e outros ativos relacionados com esta atividade do Banco Popular e suas agências (incluindo ativos fiscais diferidos) registrados em determinadas datas concretas (31 de março ou 30 de abril de 2017).

O acordo foi celebrado depois que a Comissão Europeia autorizou sem impor restrições a aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander para fins do direito da concorrência.

Uma vez obtidas as autorizações regulatórias necessárias, a operação foi concluída em 22 de março de 2018. A operação consistiu na criação de várias sociedades, sendo a matriz a Project Quasar Investments 2017, S.L., na qual o Banco Popular mantém 49% do capital social e o Blackstone os 51% restantes, e para a qual o Banco Popular e algumas filiais transferiram o negócio constituído pelos ativos mencionados e sua participação no capital da Aliseda Servicios de Gestión Inmobiliaria, S.L. O preço atribuído aos ativos aportados é de aproximadamente 10.000 milhões de euros (40.938 milhões de reais), financiando o veículo aproximadamente 70% do preço com dívida bancária. No momento do fechamento da transação, a participação de 49% no capital da entidade foi registrado no balanço consolidado do Grupo no valor de 1.566 milhão de euros (6.412 milhões de reais) na seção de "Investimentos em negócios conjuntos e associadas – entidades associadas", sem impacto significativo na demonstração dos resultados do Grupo.

iii. Venda da participação de 49% na WiZink

Em 26 de março de 2018, o Grupo comunicou que suas filiais Banco Popular Español, S.A. ("Popular") e Banco Santander Totta, S.A. ("Santander Totta") haviam alcançado um acordo com entidades administradas pela Varde Partners, Inc. ("Varde") e com o WiZink Bank, S.A. ("WiZink") pelo qual:

- i. O Popular venderá à Varde sua participação de 49% na WiZink e,
- ii. O Popular e o Santander Totta adquirirão o negócio de cartões de crédito e débito comercializados pelo Popular na Espanha e em Portugal que o WiZink havia adquirido, em 2014 e 2016, respectivamente, do Popular.

Com estas operações, o Grupo Santander retoma o negócio de cartões de débito e crédito do Banco Popular, o que permite melhorar a estratégia comercial, facilitando o processo de integração do Banco Popular.

As operações estão sujeitas às autorizações regulatórias pertinentes e a outras condições habituais desse tipo de operação. O Santander estima que as duas operações serão concluídas no segundo semestre de 2018.

iv. Aquisição do negócio de banco de varejo e banco privado do Deutsche Bank Polska, S.A.

Em 14 de dezembro de 2017, o Grupo comunicou que sua filial Bank Zachodni WBK S.A., em conjunto com o Banco Santander, S.A., havia alcançado um acordo com o Deutsche Bank, A.G. para a aquisição (por meio de um *carve out*) do negócio de banco de varejo e banco privado do Deutsche Bank Polska, S.A., excluindo a carteira de crédito imobiliário em moeda estrangeira e o negócio do CIB (Corporate & Investment Banking), e incluindo a empresa de gestão de ativos denominada DB Securities, S.A. (Polônia), no montante importe estimado de 305 milhões de euros (1.249 milhão de reais), que será pago em dinheiro e novas ações do Bank Zachodni WBK S.A., mediante a aquisição de aproximadamente 10% das ações do Deutsche Bank Polska, S.A. e a cisão parcial do Deutsche Bank Polska, S.A., para o Bank Zachodni WBK S.A., com a consequente ampliação de capital no Bank Zachodni WBK S.A., que será subscrita pelo Deutsche Bank, A.G.

A operação foi autorizada em 2 de março pelo regulador de concorrência da Polônia, porém, continua pendente das correspondentes autorizações do regulador bancário polonês e da aprovação das Assembleias Gerais de Acionistas do Bank Zachodni WBK S.A. e do Deutsche Bank Polska, S.A.

3. Sistema de remuneração aos acionistas e lucro por ação

a) Sistema de remuneração aos acionistas

Remuneração em dinheiro paga aos acionistas do Banco nos três primeiros meses de 2018 e 2017:

	31-03-18			31-03-17		
	% sobre o Nominal	Euros por ação	Montante (Milhões de euros)	% sobre o Nominal	Euros por ação	Montante (Milhões de euros)
Remuneração com base nos resultados	12,00%	0,0600	968	11,00%	0,0550	802
Dividendos com contrapartida de reservas ou prêmio de emissão	-	-	-	-	-	-
Remuneração em espécie	-	-	-	-	-	-
Remuneração total paga	12,00%	0,0600	968	11,00%	0,0550	802

	31-03-18			31-03-17		
	% sobre o Nominal	Reais por ação	Montante (Milhões de reais)	% sobre o Nominal	Reais por ação	Montante (Milhões de reais)
Remuneração com base nos resultados	12,00%	0,2369	3.823	11,00%	0,1677	2.690
Dividendos com contrapartida de reservas ou prêmio de emissão	-	-	-	-	-	-
Remuneração em espécie	-	-	-	-	-	-
Remuneração total paga	12,00%	0,2369	3.823	11,00%	0,1677	2.690

b) Lucro por ação de operações em continuidade e descontinuadas

i. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação do período é determinado dividindo o resultado líquido do primeiro trimestre atribuído ao Grupo, ajustado pelo montante depois dos impostos correspondente à remuneração registrada no patrimônio das participações preferenciais contingentemente conversíveis e das obrigações perpétuas contingentemente amortizáveis, se for o caso, pelo número médio ponderado das ações em circulação durante esse período, excluindo o número médio das ações em tesouraria mantidas ao longo do mesmo período.

Assim, o lucro básico por ação foi determinado da seguinte forma:

	31-03-18	31-03-17
Resultado atribuído aos proprietários da controladora (milhões de euros)	2.054	1.867
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (milhões de euros)	(124)	(84)
	1.930	1.783
<i>Do qual:</i>		
<i>Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas (líquido de minoritários) (milhões de euros)</i>	-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de PPC) (milhões de euros)</i>	1.930	1.783
Número médio ponderado de ações em circulação	16.131.707.130	14.823.596.418
Lucro básico por ação (euros)	0,12	0,12
Do qual: de atividades descontinuadas (euros)	-	-
de operações em continuidade (euros)	0,12	0,12

	31-03-18	31-03-17
Resultado atribuível aos proprietários da controladora (milhões de reais)	8.189	6.248
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (milhões de reais)	(501)	(181)
	7.688	6.067
<i>Do qual:</i>		
<i>Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas (líquido de minoritários) (milhões de reais)</i>	-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de PPC) (milhões de reais)</i>	7.688	6.067
Número médio ponderado de ações em circulação	16.131.707.130	14.823.596.418
Lucro básico por ação (reais)	0,48	0,41
Do qual: de atividades descontinuadas (reais)	-	-
de operações em continuidade (reais)	0,48	0,41

ii. Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação do período é determinado dividindo o resultado líquido do primeiro trimestre atribuído ao Grupo, ajustado pelo montante depois dos impostos correspondente à remuneração registrada no patrimônio das participações preferenciais contingentemente conversíveis e das obrigações perpétuas contingentemente amortizáveis, se for o caso, pelo número médio ponderado das ações em circulação durante esse período, excluindo o número médio das ações em tesouraria e ajustados por todos os efeitos de diluição inerentes às ações ordinárias potenciais (opções sobre ações, warrants e dívida conversível).

Assim, o lucro diluído por ação foi determinado da seguinte forma:

	31-03-18	31-03-17
Resultado atribuído aos proprietários da controladora (milhões de euros)	2.054	1.867
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (milhões de euros)	(124)	(84)
Efeito de diluição das alterações nos resultados do período decorrentes da conversão potencial de ações ordinárias	-	-
	1.930	1.783
<i>Do qual:</i>		
<i>Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas (líquido de minoritários) (milhões de euros)</i>	-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de PPC) (milhões de euros)</i>	1.930	1.783
Número médio ponderado de ações em circulação	16.131.707.130	14.823.596.418
Efeito de diluição de Direitos sobre opções/ações	49.144.617	45.808.283
Número médio ajustado de ações	16.180.851.747	14.869.404.701
Lucro diluído por ação (euros)	0,12	0,12
<i>Do qual: de atividades descontinuadas (euros)</i>	-	-
<i>de operações em continuidade (euros)</i>	<i>0,12</i>	<i>0,12</i>

	31-03-18	31-03-17
Resultado atribuível aos proprietários da controladora (milhões de reais)	8.189	6.248
Remuneração de participações preferenciais contingentemente conversíveis (milhões de reais)	(501)	(181)
Efeito de diluição das alterações nos resultados do período decorrentes da conversão potencial de ações ordinárias	-	-
	7.688	6.067
<i>Do qual:</i>		
<i>Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas (líquido de minoritários) (milhões de reais)</i>	-	-
<i>Resultado de operações em continuidade (líquido de PPC) (milhões de reais)</i>	7.688	6.067
Número médio ponderado de ações em circulação	16.131.707.130	14.823.596.418
Efeito de diluição de Direitos sobre opções/ações	49.144.617	45.808.283
Número médio ajustado de ações	16.180.851.747	14.869.404.701
Lucro diluído por ação (reais)	0,48	0,41
<i>Do qual: de atividades descontinuadas (reais)</i>	-	-
<i>de operações em continuidade (reais)</i>	<i>0,48</i>	<i>0,41</i>

A operação de aumento de capital descrita na nota 11.a terá um impacto no lucro básico e diluído por ação do período anterior devido à alteração do número de ações em circulação. Assim, a informação relativa ao trimestre findo em 31 de março de 2017 foi representada conforme a norma aplicável.

4. Remunerações e outros benefícios do Conselho de Administração do Banco e da Administração

A Nota 5 da demonstração financeira consolidada do Grupo correspondente ao exercício anual findo em domingo, 31 de dezembro de 2017 descreve as remunerações e outros benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração do Banco e à alta administração durante os exercícios de 2017 e 2016.

A seguir, apresentamos um resumo dos dados mais significativos de tais remunerações e benefícios correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

Remunerações dos membros do Conselho de Administração (1)

	Milhares de euros	
	31-03-18	31-03-17
Membros do Conselho de Administração:		
Natureza da remuneração		
Remuneração salarial fixa dos diretores executivos	1.439	1.741
Remuneração variável em espécie dos diretores executivos	-	-
Ajudas de custo dos diretores	266	211
Gratificações estipuladas pelos estatutos (atribuição anual)	878	933
Outros (salvo prêmios por seguros)	358	507
Subtotal	2.941	3.392
Operações sobre ações e/ou outros instrumentos financeiros	-	-
	2.941	3.392

	Milhares de reais	
	31-03-18	31-03-17
Membros do Conselho de Administração:		
Natureza da remuneração		
Remuneração salarial fixa dos diretores executivos	5.738	5.825
Remuneração variável em espécie dos diretores executivos	-	-
Ajudas de custo dos diretores	1.060	705
Gratificações estipuladas pelos estatutos (atribuição anual)	3.499	3.122
Outros (salvo prêmios por seguros)	1.428	1.696
Subtotal	11.725	11.348
Operações sobre ações e/ou outros instrumentos financeiros	-	-
	11.725	11.348

(1) O relatório anual do exercício 2018 incluirá informações individualizadas e de todas as categorias relativas à remuneração de todos os diretores, incluindo os executivos.

Outros benefícios dos membros do Conselho de Administração

	Milhares de euros	
	31-03-18	31-03-17
Membros do Conselho de Administração:		
Outros benefícios		
Adiantamentos	-	-
Créditos concedidos	86	121
Fundos e Planos de pensões: Provisões e/ou contribuições (1)	1.409	1.224
Fundos e Planos de pensões: Direitos acumulados (2)	75.793	121.413
Prêmios de seguros de vida	405	579
Garantias constituídas a favor dos diretores	-	-

	Milhares de reais	
	31-03-18	31-03-17
Membros do Conselho de Administração:		
Outros benefícios		
Adiantamentos	-	-
Créditos concedidos	352	408
Fundos e Planos de pensões: Provisões e/ou contribuições (1)	5.619	4.096
Fundos e Planos de pensões: Direitos acumulados (2)	302.238	406.245
Prêmios de seguros de vida	1.615	1.937
Garantias constituídas a favor dos diretores	-	-

(1) Correspondem às provisões e/ou contribuições efetuadas nos primeiros trimestres de 2018 e 2017, a título de aposentadorias e benefícios complementares de viuvez, orfandade e invalidez permanente.

(2) Corresponde aos direitos acumulados pelos diretores em relação à aposentadoria. Inclui também, para fins informativos, os direitos acumulados por Rodrigo Echenique Gordillo, ainda que tais direitos correspondiam ao Sr. Echenique antes de sua designação como diretor executivo. Além disso, antigos membros do conselho tinham, em 31 de março de 2018 e em 31 de março de 2017, direitos acumulados desta natureza no valor de 78.565 milhares de euros (313.294 milhares de reais) e 82.522 milhares de euros (276.118 milhares de reais), respectivamente.

Remunerações da Alta Administração (1) (2)

A tabela a seguir mostra os valores correspondentes à remuneração no primeiro trimestre dos membros que compõem a alta administração do Banco em 31 de março de 2018 e de 2017, excluindo aquelas correspondentes aos administradores executivos:

	Milhares de euros	
	31-03-18	31-03-17
Alta Administração: Total de remunerações recebidas pela alta administração	8.081	5.234

	Milhares de reais	
	31-03-18	31-03-17
Alta Administração: Total de remunerações recebidas pela alta administração	32.224	17.514

- (1) As remunerações recebidas no primeiro trimestre por membros da alta administração que deixaram de desempenhar suas funções em 31 de março de 2018 alcançaram 10 milhares de euros, equivalentes a 39 milhares de reais (460 milhares de euros, equivalentes a 1.539 milhares de reais em 31 de março de 2017).
- (2) O número de pessoas pertencentes à administração geral do Banco excluindo os diretores executivos passou de 17, em 31 de março de 2017, a 19 na mesma data de 2018.

As remunerações variáveis anuais (ou gratificações) recebidas correspondentes ao exercício de 2017, tanto dos diretores como dos demais membros da alta Administração, foram incluídas nas informações sobre remunerações que constam no Relatório Anual do exercício mencionado. Da mesma forma, as remunerações variáveis incluídas nos resultados de 2018, que serão submetidas à aprovação do Conselho de Administração, constarão na demonstração financeira anual.

Fundos e planos de aposentadorias da alta administração

	Milhares de euros	
	31-03-18	31-03-17
Alta Administração: Fundos de aposentadorias: Provisões e/ou contribuições (1) Fundos de aposentadorias: Direitos acumulados (2)	1.430 67.548	3.214 61.850

	Milhares de reais	
	31-03-18	31-03-17
Alta Administração: Fundos de aposentadorias: Provisões e/ou contribuições (1) Fundos de aposentadorias: Direitos acumulados (2)	5.702 269.361	10.752 206.950

- (1) Correspondem às provisões e/ou contribuições efetuadas nos primeiros trimestres de 2018 e 2017, a título de aposentadorias.
- (2) Corresponde aos direitos acumulados pelos membros da alta administração em relação à aposentadoria. Além disso, antigos membros da alta administração tinham, em 31 de março de 2018 e em 31 de março de 2017, direitos acumulados desta natureza no valor de 187.797 milhares de euros (748.874 milhares de reais) e 175.864 milhares de euros (588.437 milhares de reais), respectivamente.

5. Ativos financeiros

a) Composição e discriminação

A seguir, são discriminados os ativos financeiros do Grupo, diferentes dos saldos correspondentes às seções de Caixa, saldos em Bancos Centrais e outros depósitos à vista e Derivativos - hedge accounting, em 31 de março de 2018 (IFRS 9) e 31 de dezembro de 2017 (IAS 39), apresentados por natureza e categorias para fins de avaliação:

	Milhões de euros				
	31-03-18 (*)				
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	Ativos financeiros a custo amortizado
Derivativos	55.567	-	-	-	-
Instrumentos de patrimônio	17.941	2.696	-	2.929	-
Instrumentos de dívida	32.059	2.058	3.086	119.267	41.047
Empréstimos e adiantamentos	19.024	328	50.046	1.089	874.407
Bancos centrais	-	-	8.452	-	16.888
Instituições de crédito	8.394	-	21.206	-	33.326
Clientes	10.630	328	20.388	1.089	824.193
Total	124.591	5.082	53.132	123.285	915.454

	Milhões de reais				
	31-03-18 (*)				
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	Ativos financeiros a custo amortizado
Derivativos	227.482	-	-	-	-
Instrumentos de patrimônio	73.449	11.036	-	11.991	-
Instrumentos de dívida	131.242	8.427	12.633	488.257	168.039
Empréstimos e adiantamentos	77.884	1.344	204.881	4.458	3.579.646
Bancos centrais	-	-	34.602	-	69.137
Instituições de crédito	34.365	-	86.813	-	136.428
Clientes	43.519	1.344	83.466	4.458	3.374.081
Total	510.057	20.807	217.514	504.706	3.747.685

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

	Milhões de euros				
	31-12-17				
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Derivativos	57.243	-	-	-	-
Instrumentos de patrimônio	21.353	933	4.790	-	-
Instrumentos de dívida	36.351	3.485	128.481	17.543	13.491
Empréstimos e adiantamentos	10.511	30.364	-	885.470	-
Bancos centrais	-	-	-	26.278	-
Instituições de crédito	1.696	9.889	-	39.567	-
Clientes	8.815	20.475	-	819.625	-
Total	125.458	34.782	133.271	903.013	13.491

	Milhões de reais				
	31-12-17				
	Ativos financeiros mantidos para negociação	Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Derivativos	227.421	-	-	-	-
Instrumentos de patrimônio	84.832	3.705	19.031	-	-
Instrumentos de dívida	144.419	13.844	510.443	69.696	53.599
Empréstimos e adiantamentos	41.760	120.631	-	3.517.884	-
Bancos centrais	-	-	-	104.401	-
Instituições de crédito	6.740	39.288	-	157.195	-
Clientes	35.020	81.343	-	3.256.288	-
Total	498.432	138.180	529.474	3.587.580	53.599

b) Ajuste de valor por impairment da carteira de ativos financeiros a custo amortizado

A seguir, apresentamos as movimentações realizadas nos primeiros trimestres findos em 31 de março de 2018 e (IFRS 9) e 2017 (IAS 39), no saldo das provisões que cobrem as perdas por pelo valor recuperável dos ativos que compõem o saldo da seção de ativos financeiros a custo amortizado:

	Milhões de euros	
	31-03-18 (*)	31/03/2017
Saldo no início do período	26.656	24.899
Provisões com base nos resultados do período	2.632	2.886
Das quais:		
Provisões com base nos resultados	5.494	5.036
Recuperação de provisões com base nos resultados	(2.862)	(2.150)
Eliminação de créditos incobráveis contra provisões	(2.890)	(3.623)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	(329)	(62)
Saldo no encerramento do período	26.069	24.100
Dos quais:		
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	17.052	15.067
Dos quais, por risco-país	26	29
Outros ativos	9.017	9.033
Dos quais:		
Calculados individualmente	6.676	6.384
Calculados coletivamente	19.393	17.716

	Milhões de reais	
	31-03-18 (*)	31/03/2017
Saldo no início do período	105.903	85.417
Provisões com base nos resultados do período	10.496	9.658
Das quais:		
Provisões com base nos resultados	21.911	16.851
Recuperação de provisões com base nos resultados	(11.415)	(7.193)
Eliminação de créditos incobráveis contra provisões	(11.524)	(12.122)
Diferenças de câmbio e outros movimentos	1.848	(1.494)
Saldo no encerramento do período	106.723	81.459
Dos quais:		
Ativos ajustados pela perda de valor recuperável	69.809	50.928
Dos quais, por risco-país	108	97
Outros ativos	36.914	30.531
Dos quais:		
Calculados individualmente	27.330	21.579
Calculados coletivamente	79.393	59.880

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

Os ativos recuperados nos três primeiros meses de 2018 e 2017 alcançam 345 e 477 milhões de euros (1.377 e 1.598 milhão de reais), respectivamente. Considerando estes valores, o impairment registrado de ativos financeiros a custo amortizado é de 2.287 e 2.409 milhões de euros (9.119 e 8.060 milhões de reais), respectivamente.

c) Ativos duvidosos da carteira de ativos financeiros a custo amortizado

Apresentamos a seguir os detalhes das movimentações realizadas nos trimestres findos em 31 de março de 2018 (IFRS 9) e 2017 (IAS 39), no saldo dos ativos financeiros classificados a custo amortizado e considerados como duvidosos em razão de seu risco de crédito:

	Milhões de euros	
	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	37.275	33.350
Entradas líquidas	2.358	1.814
Transferências a baixa por prejuízo	(2.890)	(3.623)
Mudança de escopo	-	18
Diferenças de câmbio e outros	146	542
Saldo no encerramento do período	36.889	32.101

	Milhões de reais	
	31/03/2018	31/03/2017
Saldo no início do período	148.091	114.408
Entradas líquidas	9.403	6.070
Transferências a baixa por prejuízo	(11.524)	(12.122)
Mudança de escopo	-	60
Diferenças de câmbio e outros	5.045	84
Saldo no encerramento do período	151.015	108.500

Esse montante, uma vez deduzidas suas provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Grupo em relação ao valor descontado dos fluxos que espera recuperar dos ativos em curso anormal.

d) Valor justo dos ativos financeiros não registrados em valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação entre o valor com o qual estão registrados os ativos financeiros do Grupo, que são avaliados com um critério distinto do valor justo, e seu valor justo correspondente em 31 de março de 2018 (IFRS 9) e 31 de dezembro de 2017 (IAS 39):

	Milhões de euros			Milhões de euros	
	31-03-18 (*)			31-12-17	
	Valor registrado	Valor justo		Valor registrado	Valor justo
Ativos financeiros a custo amortizado			Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e adiantamentos	874.407	885.844	Empréstimos e adiantamentos	885.470	895.645
Bancos centrais	16.888	16.906	Bancos centrais	26.278	26.301
Depósitos em entidades de crédito	33.326	33.520	Depósitos em entidades de crédito	39.567	39.887
Empréstimos a clientes	824.193	835.418	Empréstimos a clientes	819.625	829.457
Instrumentos de dívida	41.047	40.918	Instrumentos de dívida	31.034	31.094
ATIVO	915.454	926.762	ATIVO	916.504	926.739

	Milhões de reais			Milhões de reais	
	31-03-18 (*)			31-12-17	
	Valor registrado	Valor justo		Valor registrado	Valor justo
Ativos financeiros a custo amortizado			Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e adiantamentos	3.579.646	3.626.468	Empréstimos e adiantamentos	3.517.884	3.558.308
Bancos centrais	69.137	69.210	Bancos centrais	104.401	104.491
Depósitos em entidades de crédito	136.428	137.224	Depósitos em entidades de crédito	157.195	158.467
Empréstimos a clientes	3.374.081	3.420.034	Empréstimos a clientes	3.256.288	3.295.350
Instrumentos de dívida	168.039	167.510	Instrumentos de dívida	123.295	123.533
ATIVO	3.747.685	3.793.978	ATIVO	3.641.179	3.681.841

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

Os principais métodos de avaliação e as informações utilizadas para estimar o valor justo dos ativos financeiros da tabela anterior são descritos na Nota 51.c da demonstração financeira consolidada do exercício de 2017, levando em consideração a IFRS 9 que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

6. Ativos não correntes disponíveis para venda

Indicamos a seguir os detalhes da seção ativos não correntes mantidos para venda do Grupo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresentados por natureza:

	Milhões de euros	
	31/03/2018	31-12-17
Ativo tangível	5.875	11.661
<i>Dos quais:</i>		
<i>Bens recuperados</i>	5.611	11.566
<i>Dos quais, ativos imobiliários na Espanha*</i>	4.601	10.533
<i>Outros ativos tangíveis mantidos para venda</i>	264	95
Outros ativos	33	3.619
	5.908	15.280

	Milhões de reais	
	31/03/2018	31-12-17
Ativo tangível	24.053	46.325
<i>Dos quais:</i>		
<i>Bens recuperados</i>	22.971	45.949
<i>Dos quais, ativos imobiliários na Espanha*</i>	18.836	41.847
<i>Outros ativos tangíveis mantidos para venda</i>	1.082	376
Outros ativos	131	14.382
	24.184	60.707

(*) Em março de 2018, foi materializado o acordo da operação do negócio imobiliário do Popular com o Blackstone (Nota 2).

Em 31 de março de 2018, as coberturas constituídas para o total de ativos não correntes à venda representavam 49% (50% em 31 de dezembro de 2017). As provisões líquidas efetuadas nos primeiros trimestres desses exercícios chegaram a 69 e 84 milhões de euros, respectivamente (253 e 280 milhões de reais, respectivamente) e as recuperações realizadas nesses períodos alcançaram 5 e 13 milhões de euros (22 e 43 milhões de reais) respectivamente.

Sem considerar esse acordo (ver Nota 2), no primeiro trimestre de 2018, o Grupo vendeu imóveis recuperados no valor de 234 milhão de euros (933 milhões de reais) cujo valor bruto alcançava 357 milhões de euros (1.424 milhão de reais), estando provisionados 142 milhões de euros (566 milhões de reais). As referidas vendas geraram lucros de 19 milhões de euros (75 milhões de reais).

Além disso, foram vendidos outros ativos tangíveis no valor de 49 milhões de euros (195 milhões de reais), gerando um lucro de 3 milhões de euros (12 milhões de reais).

7. Ativo tangível

a) Movimentações no período

Nos três primeiros meses de 2018 e 2017 efetuaram-se aquisições de itens de ativo tangível no valor de 2.137 e 1.731 milhão de euros (8.522 e 5.792 milhões de reais), respectivamente.

Além disso, nos três primeiros meses de 2018 e 2017, houve alienações de itens de ativo tangível no valor líquido contábil de 1.214 e 933 milhões de euros (4.842 e 3.121 milhões de reais), respectivamente, gerando lucros líquidos de 18 e 11 milhões de euros (72 e 39 milhões de reais), respectivamente.

b) Perdas por depreciação

Nos primeiros trimestres de 2018 e 2017, verificaram-se perdas por depreciação de itens de ativo tangível (principalmente correspondentes a ativos cedidos em leasings operacionais) no valor de 10 e 12 milhões de euros (40 e 41 milhões de reais), registradas na seção Depreciação do valor de ativos não financeiros da demonstração do resultado condensada consolidada.

c) Compromissos de compra de itens de imobilizado tangível

Em 31 de março de 2018 e 2017, o Grupo não mantinha compromissos significativos de compra de itens de imobilizado tangível.

8. Ativo intangível

a) Ágio

Segue abaixo a discriminação da seção “Ativo intangível - Ágio” em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, em função das unidades geradoras de caixa que o originam:

	Milhões de euros	
	31/03/2018	31-12-17
Santander UK	8.493	8.375
Banco Santander (Brasil), S.A.	4.841	4.988
Bank Zachodni WBK S.A.	2.454	2.473
Santander Consumer USA Holdings Inc.	1.954	2.007
Santander Bank, National Association	1.667	1.712
Santander Consumer Alemanha	1.217	1.217
Santander Asset Management	1.173	1.173
Banco Santander Totta, S.A.	1.040	1.040
Banco Santander (Chile)	670	676
Santander Consumer Bank (Países Nórdicos)	504	518
Grupo Financiero Santander (México)	434	413
Outras sociedades (*)	1.165	1.177
	25.612	25.769

	Milhões de reais	
	31/03/2018	31-12-17
Santander UK	34.770	33.275
Banco Santander (Brasil), S.A.	19.816	19.816
Bank Zachodni WBK S.A.	10.045	9.826
Santander Consumer USA Holdings Inc.	7.998	7.974
Santander Bank, National Association	6.823	6.802
Santander Consumer Alemanha	4.980	4.833
Santander Asset Management	4.802	4.660
Banco Santander Totta, S.A.	4.258	4.132
Banco Santander (Chile)	2.743	2.685
Santander Consumer Bank (Países Nórdicos)	2.062	2.057
Grupo Financiero Santander (México)	1.776	1.641
Outras sociedades (*)	4.776	4.675
	104.849	102.376

(*) Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 inclui 248 milhões de euros do Banco Popular Español, S.A. (1.015 e 933 milhões de reais, respectivamente).

No primeiro trimestre de 2018, verificou-se uma redução do ágio no valor de 157 milhões de euros (2.473 milhões de reais) em decorrência de variações cambiais (ver Nota 11), as quais, de acordo com a norma vigente, foram registradas com base na seção outro resultado abrangente – Elementos que podem ser reclassificados nos resultados – Conversão de divisas do patrimônio líquido por intermédio das demonstrações do resultado abrangente condensadas consolidadas.

A Nota 17 da demonstração financeira consolidada correspondente ao exercício anual findo em 31 de dezembro de 2017 inclui detalhes dos procedimentos seguidos pelo Grupo para analisar a potencial perda de valor do Ágio em relação ao seu valor recuperável e para registrar as perdas, quando aplicável.

De acordo com o que foi mencionado anteriormente, e com base na análise realizada das informações disponíveis sobre a evolução das diferentes unidades geradoras de caixa que pudessem destacar a existência de indícios de reduções no valor do ágio, os administradores do Grupo concluíram que, no primeiro trimestre de 2018, não houve perdas de valor que exigissem o registro de provisão para perdas.

b) Outro ativo intangível

Nos três primeiros meses de 2018 e 2017, não houve perdas significativas pelo ajuste pelo valor recuperável.

9. Passivos financeiros

a) Composição e discriminação

A seguir, são discriminados os passivos financeiros do Grupo, que não os saldos correspondentes a Derivativos - hedge accounting em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, apresentados por natureza e categorias para fins de avaliação:

	Milhões de euros			Milhões de euros		
	31-03-18 (*)			31-12-17		
	Passivos financeiros mantidos para negociação	Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	Passivos financeiros mantidos para negociação	Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado
Derivativos	54.163	-	-	57.892	-	-
Posições em títulos de curto prazo	20.474	-	-	20.979	-	-
Depósitos	20.535	57.261	882.906	28.753	55.971	883.320
Bancos centrais	-	9.345	73.920	282	8.860	71.414
Instituições de crédito	1.654	15.439	93.005	292	18.166	91.300
Clientes	18.881	32.477	715.981	28.179	28.945	720.606
Instrumentos de dívida emitidos	-	2.445	221.540	-	3.056	214.910
Outros passivos financeiros	-	-	30.067	-	589	27.839
Total	95.172	59.706	1.134.513	107.624	59.616	1.126.069

	Milhões de reais			Milhões de reais		
	31-03-18 (*)			31-12-17		
	Passivos financeiros mantidos para negociação	Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	Passivos financeiros mantidos para negociação	Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado
Derivativos	221.731	-	-	230.000	-	-
Posições em títulos de curto prazo	83.816	-	-	83.348	-	-
Depósitos	84.067	234.416	3.614.447	114.230	222.369	3.509.343
Bancos centrais	1	38.258	302.616	1.120	35.201	283.721
Instituições de crédito	6.772	63.202	380.746	1.158	72.172	362.725
Clientes	77.294	132.956	2.931.085	111.952	114.996	2.862.897
Instrumentos de dívida emitidos	-	10.010	906.941	-	12.143	853.816
Outros passivos financeiros	-	1	123.088	-	2.339	110.600
Total	389.614	244.427	4.644.476	427.578	236.851	4.473.759

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

b) Informação sobre emissões, recompras ou reembolsos de instrumentos de dívida emitidos

A composição do saldo de instrumentos de dívida emitidos de acordo com sua natureza é a seguinte:

	Milhões de euros	
	31/03/2018	31-12-17
Bônus e títulos de dívida em circulação	177.624	176.719
Subordinados	23.789	21.382
Notas promissórias e outros títulos	22.572	19.865
Total dos instrumentos de dívida emitidos	223.985	217.966

	Milhões de reais	
	31/03/2018	31-12-17
Bônus e títulos de dívida em circulação	727.160	702.086
Subordinados	97.385	84.951
Notas promissórias e outros títulos	92.406	78.922
Total dos instrumentos de dívida emitidos	916.951	865.959

A seguir, apresentamos os detalhes, em 31 de março de 2018 e 2017, do saldo pendente dos instrumentos de dívida que, até as datas mencionadas, haviam sido emitidos pelo Banco ou qualquer outra instituição do Grupo, excluindo notas promissórias. Apresentamos também os detalhes referentes às movimentações ocorridas no referido saldo nos três primeiros meses de 2018 e 2017:

	Milhões de euros					
	31/03/2018					
	Saldo pendente inicial 01/01/2018	Perímetro	Emissões	Recompras ou reembolsos	Ajustes por taxa de câmbio e outros	Saldo pendente final 31/03/2018
Bônus e títulos de dívida em circulação	176.719	-	17.438	(14.528)	(2.005)	177.624
Subordinados	21.382	-	2.750	(83)	(260)	23.789
Total bônus e títulos de dívida em circulação e passivos subordinados emitidos	198.101	-	20.188	(14.611)	(2.265)	201.413

	Milhões de reais					
	31/03/2018					
	Saldo pendente inicial 01/01/2018	Perímetro	Emissões	Recompras ou reembolsos	Ajustes por taxa de câmbio e outros	Saldo pendente final 31/03/2018
Bônus e títulos de dívida em circulação Subordinados	702.086	-	69.537	(57.933)	13.470	727.160
	84.951	-	10.966	(331)	1.799	97.385
Total bônus e títulos de dívida em circulação e passivos subordinados emitidos	787.037	-	80.503	(58.264)	15.269	824.545

	Milhões de euros					
	31/03/2017					
	Saldo pendente inicial 01/01/2017	Perímetro	Emissões	Recompras ou reembolsos	Ajustes por taxa de câmbio e outros	Saldo pendente final 31/03/2017
Bônus e títulos de dívida em circulação Subordinados	183.278	-	14.837	(20.803)	(974)	176.338
	19.873	-	1.050	(61)	137	20.999
Total bônus e títulos de dívida em circulação e passivos subordinados emitidos	203.151	-	15.887	(20.864)	(837)	197.337

	Milhões de reais					
	31/03/2017					
	Saldo pendente inicial 01/01/2017	Perímetro	Emissões	Recompras ou reembolsos	Ajustes por taxa de câmbio e outros	Saldo pendente final 31/03/2017
Bônus e títulos de dívida em circulação Subordinados	628.733	-	49.644	(69.606)	(12.747)	596.024
	68.176	-	3.513	(204)	(510)	70.975
Total bônus e títulos de dívida em circulação e passivos subordinados emitidos	696.909	-	53.157	(69.810)	(13.257)	666.999

Em março de 2018, o Banco Santander, S.A. comunicou que realizou uma colocação de participações preferenciais contingentemente conversíveis em novas ações ordinárias do Banco, com exclusão do direito de subscrição preferencial de seus acionistas e no montante nominal de 1.500 milhão de euros (a "Emissão" e as "PPCC").

A emissão foi realizada pelo valor nominal e a remuneração das "PPCC", cujo pagamento está sujeito a determinadas condições, sendo também discricionária, ficou estabelecida em 4,75% anual para os primeiros sete anos, revisando-se, a partir de então, a cada cinco anos, aplicando uma margem de 409,7 pontos-base sobre a Taxa Mid-Swap em euros a cinco anos (5-year Euro Mid-Swap Rate).

c) Outras emissões garantidas pelo Grupo

Em 31 de março de 2018 e 2017, não existiam instrumentos de dívida significativos emitidos por instituições associadas ou por terceiros (alheios ao Grupo) que estivessem garantidos pelo Banco ou qualquer outra instituição do Grupo.

d) Valor justo dos passivos financeiros não registrados em valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação entre o valor com o qual estão registrados os passivos financeiros do Grupo que são avaliados com um critério distinto do valor justo e seu valor justo correspondente em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	Milhões de euros			
	31/03/2018		31-12-17	
	Valor registrado	Valor justo	Valor registrado	Valor justo
Depósitos:	882.906	880.761	883.320	883.880
Bancos centrais	73.920	73.267	71.414	70.713
Instituições de crédito	93.005	93.125	91.300	91.767
Clientes	715.981	714.369	720.606	721.400
Instrumentos de dívida emitidos	221.540	226.479	214.910	221.276
Outros passivos	30.067	29.851	27.839	27.615
Passivo	1.134.513	1.137.091	1.126.069	1.132.771

	Milhões de reais			
	31/03/2018		31-12-17	
	Valor registrado	Valor justo	Valor registrado	Valor justo
Depósitos:	3.614.447	3.605.659	3.509.343	3.511.567
Bancos centrais	302.616	299.940	283.721	280.936
Instituições de crédito	380.746	381.235	362.725	364.581
Clientes	2.931.085	2.924.484	2.862.897	2.866.050
Instrumentos de dívida emitidos	906.941	927.160	853.816	879.107
Outros passivos	123.088	122.204	110.600	109.712
Passivo	4.644.476	4.655.023	4.473.759	4.500.386

Os principais métodos de avaliação e informações utilizadas para estimar o valor justo dos passivos da tabela anterior são descritos na Nota 51.c das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2017, distintos dos mencionados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

10. Provisões

a) Provisões para Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego e Outras remunerações aos funcionários a longo prazo

A variação verificada no saldo das seções de Pensões e outras obrigações de benefícios definidos pós-emprego e Outras remunerações aos funcionários em longo prazo desde 31 de dezembro de 2017 até 31 de março de 2018, deve-se principalmente a menores perdas atuariais do trimestre como consequência das variações das premissas atuariais (ver nota 11.c).

b) Provisões para Obrigações legais e passivos contingentes e Outras Provisões

A seguir, apresentamos os detalhes do saldo, em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, das seções Provisões para obrigações legais e passivos contingentes e Outras provisões por cada tipo de provisão. Os tipos de provisões foram determinados por meio de agrupamento de itens de natureza similar:

	Milhões de euros	
	31/03/2018	31-12-17
Provisões para impostos	982	1.006
Provisões para processos trabalhistas (Brasil)	876	868
Provisões para outros processos de natureza jurídica	1.352	1.307
Provisão para compensação a clientes (<i>customer remediation</i>)	820	885
Provisões decorrentes do marco normativo	106	101
Provisão para reestruturação	335	360
Outros	1.290	1.314
	5.761	5.841

	Milhões de reais	
	31/03/2018	31-12-17
Provisões para impostos	4.020	3.997
Provisões para processos trabalhistas (Brasil)	3.587	3.448
Provisões para outros processos de natureza jurídica	5.533	5.195
Provisão para compensação a clientes (<i>customer remediation</i>)	3.357	3.517
Provisões decorrentes do marco normativo	434	401
Provisão para reestruturação	1.371	1.431
Outros	5.285	5.220
	23.587	23.209

Além disso, apresentamos a seguir informações relevantes para cada um dos tipos de provisão mostrados na tabela anterior:

As provisões para impostos incluem provisões para processos de natureza fiscal.

As provisões para processos trabalhistas (Brasil) compreendem processos ajuizados por sindicatos, associações, promotorias e ex-funcionários que reclamam direitos trabalhistas a que, no seu entender, fazem jus, principalmente ao pagamento de horas extras e outros direitos de caráter trabalhista, incluindo litígios relativos ao pagamento de aposentadorias. O número e a natureza de tais processos, que são habituais em instituições bancárias no Brasil, justificam a classificação destas provisões em uma categoria ou tipo separado dos demais. O Grupo determina as provisões associadas a estes litígios em função da experiência anterior de pagamentos realizados em razão de litígios de natureza similar. Nos casos em que os litígios não se enquadram nos anteriores, é realizada uma avaliação individualizada, determinando o valor da provisão em função da situação de cada processo e da avaliação de riscos realizada pelos assessores jurídicos.

As provisões para outros processos de natureza legal incluem as provisões para processos judiciais, arbitrais ou administrativos (distintos daqueles incluídos em outras categorias ou tipos de provisão detalhados separadamente) iniciados contra as empresas do Grupo Santander.

Entre as provisões para compensações a clientes (*customer remediation*) foi incluído o custo estimado para efetuar pagamentos a título de correção de erros relativos a vendas de determinados produtos no Reino Unido e o montante estimado das cláusulas solo do Banco Popular. No cálculo da provisão para indenizações a clientes, utiliza-se a melhor estimativa da provisão realizada pela Administração, que se baseia nas estimativas sobre o número de reclamações que serão recebidas e, das quais, o número daquelas que serão autorizadas, bem como o pagamento médio estimado por caso.

Dentro das provisões derivadas do marco normativo, incluem-se principalmente as referentes ao FSCS (Financial Services Compensation Scheme) e Bank Levy no Reino Unido, e na Polônia, as relacionadas com a Banking Tax.

As provisões para reestruturação incluem somente as despesas diretas resultantes de processos de reestruturação efetuados pelas diferentes instituições do Grupo.

A nota 10.c apresenta informações qualitativas sobre os principais litígios.

A política geral do Grupo consiste em registrar provisões para os processos de natureza fiscal e jurídica em que se avalia que o risco de perda é provável, e não se registram provisões quando o risco de perda é possível ou remoto. Os montantes a provisionar são calculados de acordo com a melhor estimativa do montante necessário para liquidar a ação judicial correspondente, com base, entre outros, em uma análise individualizada dos fatos e opiniões jurídicas dos assessores internos e externos ou levando em consideração a média histórica de perdas resultantes de demandas de tal natureza. A data definitiva da saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para o Grupo depende de cada uma das obrigações. Em alguns casos, as obrigações não têm um prazo fixo de liquidação e, em outros casos, dependem dos processos legais em andamento.

As variações verificadas nos saldos nas seções de obrigações legais e passivos contingentes e outras provisões são detalhadas na Nota 10.b. Em relação ao Brasil, os principais encargos nas demonstrações do resultado em março de 2018 correspondem a 48 milhões de euros (191 milhões de reais) provenientes de contingências civis e 59 milhões de euros (235 milhão de reais) derivados de reclamações de natureza trabalhista. Este aumento é compensado parcialmente pelo uso das provisões disponíveis, das quais 52 milhões de euros (207 milhões de reais) correspondem a pagamentos de natureza trabalhista e 37 milhões de euros (148 milhões de reais) a pagamentos de natureza civil. Por sua vez, no Reino Unido, foram liberados 2 milhões de euros (8 milhões de reais) de provisões para compensações a clientes e foram utilizados 34 milhões de euros (136 milhões de reais) de provisões para compensações a clientes. Quanto ao marco normativo, dotação de 26 milhões de euros (104 milhões de reais) que são compensados com a utilização de 37 milhões de euros (148 milhões de reais) no trimestre (Bank Levy e FSCS). Além disso, foram feitas provisões de 23 milhões de euros (92 milhões de reais) decorrentes do marco normativo, cujo pagamento foi efetuado no trimestre na Polônia. Foram utilizados 47 milhões de euros (187 milhões de reais) para compensação a clientes decorrentes de cláusulas solo procedentes do Banco Popular.

c) Litígios e outros assuntos

i. Litígios de natureza fiscal

Em 31 de março de 2018, os principais litígios de natureza fiscal que afetavam o Grupo eram os seguintes:

- Ações judiciais interpostas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e determinadas empresas de seu Grupo no Brasil questionando o aumento da alíquota de 9% a 15% na Contribuição social sobre o Lucro Líquido estabelecida pela Medida Provisória 413/2008, convalidada pela Lei 11.727/2008, existindo provisão no valor da perda estimada.
- Ações judiciais interpostas por Banco Santander, S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.) e outras instituições do Grupo para assegurar o direito de liquidar as Contribuições Sociais PIS e COFINS exclusivamente sobre as receitas resultantes de prestação de serviços. No caso do Banco Santander S.A. a ação judicial foi declarada improcedente, com recurso perante o Tribunal Regional Federal. Em setembro de 2007, sobreveio a resolução favorável do referido Tribunal, tendo recorrido a União Federal perante o Supremo Tribunal Federal. Em 23 de abril de 2015, foi publicada a decisão do Supremo Tribunal Federal, pela qual admitiu-se a trâmite o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS e recusado o recurso extraordinário interposto pelo Ministério da Fazenda em relação ao COFINS. A decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao PIS continua pendente de decisão e, no que diz respeito ao COFINS, em 28 de maio de 2015, o pleno do Supremo Tribunal Federal recusou por unanimidade o recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público, assim como os embargos de declaração apresentados posteriormente pelo mesmo Ministério Público que, em 3 de setembro de 2015, admitiu que já não procede à interposição de nenhum recurso. No caso do Banco ABN AMRO Real S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.), obteve-se uma resolução favorável em março de 2007, com recurso da União Federal perante o Tribunal Regional Federal que, em setembro de 2009, proferiu um acórdão dando parcial provimento ao recurso interposto. O Banco Santander (Brasil) S.A. apresentou recurso perante o Supremo Tribunal Federal. A Lei 12.865/2013 estabeleceu um programa de pagamentos ou adiamentos de determinadas dívidas tributárias e de Seguridade Social, exonerando do pagamento dos juros de mora as entidades que aderiram ao programa e desistiram das ações judiciais interpostas. Em novembro de 2013, o Banco Santander (Brasil) S.A. aderiu parcialmente ao programa, porém somente no que diz respeito às ações judiciais interpostas pelo antigo Banco ABN AMRO Real S.A., em relação ao período compreendido entre setembro de 2006 e abril de 2009, bem como a respeito de outras ações menores interpostas por outras instituições do Grupo. Contudo, subsistem as ações judiciais interpostas pelo Banco Santander, S.A. e relativos aos períodos anteriores a setembro de 2006 do Banco ABN AMRO Real S.A., para os quais existe uma provisão no valor da perda estimada.
- O Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil recorreram das liquidações emitidas pelas autoridades fiscais brasileiras questionando a dedução das perdas devido a empréstimos no imposto sobre lucros (IRPJ e CSLL) ao considerar que não se cumpriram os requisitos pertinentes de acordo com o previsto na legislação aplicável, sem que exista uma provisão no valor considerado como passivo contingente. Em agosto de 2017, o Banco e outras entidades do Grupo aderiram ao programa de parcelamento e pagamento de débitos tributários previsto na Medida Provisória 783/2017 em relação com distintos processos administrativos dos exercícios 1999 a 2005.
- O Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra vários municípios que exigem o pagamento do Imposto sobre Serviços sobre determinadas receitas de operações que não são classificadas como prestação de serviços. Não existe provisão no valor considerado como passivo contingente.

- Além disso, o Banco Santander (Brasil) S.A. e outras empresas do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra as autoridades fiscais em relação à contribuição à seguridade social de determinados itens que não são considerados como remuneração para efeitos trabalhistas. Existe provisão no valor da perda estimada.
- Em dezembro de 2008, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil) S.A. relativo aos impostos sobre lucros (IRPJ e CSLL) dos exercícios 2002 a 2004. As autoridades fiscais alegam que o Banco não cumpriu os requisitos legais necessários para poder deduzir a amortização do ágio resultante da aquisição do Banespa - atualmente Banco Santander (Brasil) S.A. O Banco Santander (Brasil) S.A. recorreu do auto de infração perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que, na sessão de 21 de outubro de 2011, decidiu de forma unânime anular o auto de infração. As autoridades fiscais recorreram desta decisão à instância administrativa superior. A Câmara Superior do CARF, em 11 de maio de 2017, em decisão dividida dirimida pelo voto de minerva do presidente, decidiu reverter a decisão, e julgou a favor das autoridades fiscais brasileiras. Esta decisão foi objeto de recurso de embargos de declaração, que foram desprovidos, razão pela qual se recorreu aos tribunais. Em junho de 2010, as autoridades fiscais brasileiras emitiram autos de infração sobre este mesmo aspecto em relação aos exercícios 2005 a 2007, com recurso perante o CARF e cuja resolução parcialmente estimatória de 8 de outubro de 2013 foi recorrida à instância administrativa superior. Durante 2017, em 4 de julho e 8 de novembro, a Câmara Superior do CARF decidiu a favor das autoridades fiscais brasileiras em relação a 2005 e parte de 2007. Esta decisão foi objeto de embargo de declaração. Em dezembro de 2013, as autoridades fiscais brasileiras emitiram o auto de infração correspondente ao exercício 2008, último exercício de amortização desse ágio. O Banco Santander (Brasil), S.A. recorreu do auto de infração mencionado, alcançando uma resolução favorável, e que foi objeto de recurso perante o CARF pelas autoridades fiscais brasileiras. O Grupo considera, de acordo com o parecer de seus advogados externos, que a posição das autoridades fiscais brasileiras não é correta, que existem sólidos argumentos de defesa para recorrer dos autos de infração e que, portanto, o risco de perda é remoto. Consequentemente, não foram registradas provisões por este litígio, visto que este assunto não deveria ter impacto na demonstração financeira intermediária.
- Em maio de 2003, as autoridades fiscais brasileiras emitiram autos de infração contra a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (DTVM, atualmente Produban Serviços de Informática S.A.) e o Banco Santander Brasil, S.A. (atualmente Banco Santander (Brasil) S.A.) relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) em relação a determinadas operações efetuadas pela DTVM na administração de recursos de seus clientes e pelos serviços de compensação prestados pelo Banco Santander Brasil, S.A. à DTVM em 2000, 2001 e nos dois primeiros meses de 2002. As duas instituições recorreram dos autos de infração perante o CARF, obtendo uma resolução favorável no caso da DTVM e desfavorável no caso do Banco Santander Brasil, S.A. Ambas as resoluções foram objeto de recurso pelas partes perdedoras na Câmara Superior do CARF, com decisões desfavoráveis para o Banco Santander (Brasil), S.A. e a DTVM, em 12 e 19 de junho de 2015, respectivamente. Os dois casos foram objeto de recurso em um único processo perante o poder judiciário, sendo estabelecida uma provisão no valor da perda estimada.

- Em dezembro de 2010, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Santander Seguros, S.A. (Brasil), atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência, S.A., como sucessor resultante da fusão do ABN AMRO Brasil Dois Participações, S.A. relativo ao imposto sobre lucros (IRPJ e CSLL) do exercício 2005. As autoridades fiscais questionam o tratamento fiscal aplicado à venda das ações da Real Seguros, S.A. realizada nesse exercício. A entidade apresentou um recurso de reposição contra esse auto de infração e, posteriormente, um recurso perante o CARF, sendo que a União Federal e a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência, S.A. recorreram da resolução parcialmente favorável. Como anterior entidade dominante do Santander Seguros S.A. (Brasil), o Banco Santander (Brasil) S.A. é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo. Não existe provisão em relação a este litígio por ser considerado um passivo contingente.
- Em junho de 2013, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil) S.A. como responsável pelo imposto sobre ganho de capital supostamente obtido no Brasil pela Sterrebeeck B.V., instituição não residente no Brasil, por ocasião da operação de “incorporação de ações” realizada em agosto de 2008. Como resultado da referida operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. adquiriu a totalidade das ações do Banco ABN AMRO Real S.A. e da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. mediante a entrega, aos sócios destas instituições, de novas ações do Banco Santander (Brasil) S.A., emitidas em um aumento de capital realizado para esse efeito. As autoridades fiscais alegam que, na citada operação, a Sterrebeeck B.V. gerou uma renda tributável no Brasil, devido à diferença entre o valor de emissão das ações do Banco Santander (Brasil) S.A. recebidas e o custo de aquisição das ações entregues na permuta. Após o indeferimento, por parte da Delegacia da Receita Federal, do recurso de reposição interposto, o Grupo, em dezembro de 2014, recorreu perante o CARF que, em março de 2018, em decisão dividida, dirimida pelo voto de qualidade do presidente, o indeferiu. Contra esta resolução, serão interpostos o embargo de declaração e posterior recurso perante a instância administrativa superior do próprio CARF. O Grupo considera, de acordo com o parecer de seus advogados externos, que a posição das autoridades fiscais brasileiras não é correta, que existem sólidos argumentos de defesa para recorrer do auto de infração e que, portanto, o risco de perda é remoto. Consequentemente, o Grupo não registrou provisões por este litígio, visto que este assunto não deveria ter impacto na demonstração financeira intermediária.
- Em novembro de 2014, as autoridades fiscais brasileiras emitiram um auto de infração contra o Banco Santander (Brasil), S.A. em relação ao imposto sobre lucros (IRPJ e CSLL) do exercício 2009 questionando a dedutibilidade fiscal da amortização do ágio do Banco ABN AMRO Real S.A., aplicada antes da absorção deste banco pelo Banco Santander (Brasil), S.A. e admitindo aquelas praticadas após a mencionada fusão. O Banco Santander (Brasil) S.A., de acordo com o parecer de seus advogados externos, recorreu desse auto perante a Delegacia da Receita Federal, obtendo resolução favorável em julho de 2015. Tal resolução foi objeto de recurso pelas autoridades fiscais brasileiras perante o CARF, que decidiu a favor destas e, portanto, o Banco apresentou um recurso perante a Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF em novembro de 2016. Não existe provisão em relação a este litígio por ser considerado um passivo contingente.
- Além disso, o Banco Santander (Brasil) S.A. mantém recursos em relação a autos de infração iniciados pelas autoridades fiscais questionando a dedutibilidade fiscal da amortização do ágio gerado na aquisição do Banco Comercial e de Investimento Sudameris, S.A. Não existe provisão em relação a esta questão por ser considerada um passivo contingente.
- O Banco Santander (Brasil) S.A. e outras sociedades do Grupo no Brasil mantêm processos administrativos e judiciais contra as autoridades fiscais brasileiras pela não admissão de compensações de tributos com créditos derivados de outras categorias tributárias, sem que exista provisão pelo valor considerado como passivo contingente.

- Ação judicial interposta por Sovereign Bancorp Inc. (atualmente Santander Holdings USA Inc.) reclamando a aplicação de uma dedução por dupla tributação internacional sobre os impostos pagos no exterior nos exercícios 2003 a 2005 com respeito a um trust criado pela Santander Holdings USA, Inc. em relação a operações de financiamento com um banco internacional. A Santander Holdings USA Inc. considerava que, de acordo com a norma fiscal aplicável, tinha direito a abonar as citadas deduções, bem como as despesas de emissão e financiamento associadas. Além disso, se o resultado final desta ação fosse favorável aos interesses da Santander Holdings USA, Inc., seria efetuada a devolução dos montantes creditados pela instituição em relação a esta questão, correspondentes aos exercícios de 2006 e 2007. Em 13 de novembro de 2015, o juiz de distrito julgou a favor da Santander Holdings USA, Inc. ordenando a devolução dos montantes liquidados em relação aos exercícios de 2003 a 2005. O Governo dos Estados Unidos recorreu da sentença do Juiz de Distrito perante o Tribunal de Apelação e, em 16 de dezembro de 2016, esse Tribunal reformou a sentença do Juiz de Distrito no que tange à importância econômica da operação do trust e das deduções por dupla tributação reclamadas relativas a essa operação, remetendo o caso ao Juiz de Distrito para que se pronunciasse sobre certas questões dependentes de solução, incluindo a reclamação de devolução e a procedência da imposição de sanções. Em 16 de março de 2017, a Santander Holdings USA, Inc. solicitou ao Supremo Tribunal dos EUA a admissão a trâmite de um recurso contra a decisão do Tribunal de Apelação, e em 26 de junho de 2017 o Tribunal rejeitou a admissão, pelo que a remessa do processo ao Juiz de Distrito ordenada pelo Tribunal de Apelação deverá seguir seu curso. As partes se encontram à espera da decisão do Juiz de Distrito sobre a petição do Santander Holdings Inc. de realização de um juízo sumário relativo às questões pendentes de resolução. A perda estimada em relação a este litígio se encontra provisionada.
- Em 2007, a Comissão Europeia iniciou uma investigação no Reino da Espanha de ajudas do Estado em relação ao artigo 12.5 do antigo Texto Revisado da Lei do Imposto sobre Sociedades. A esse respeito, a Comissão adotou a Decisão 2011/5/CE de 28 de outubro de 2009, sobre as operações de aquisição na UE e a Decisão 2011/282/UE, de 12 de janeiro de 2011, sobre as operações de aquisição de empresas com participação não residentes na UE, declarando que a dedução regulamentada no artigo 12.5 constituía uma ajuda estatal ilegal. O Banco Santander e outras empresas recorreram destas decisões perante o Tribunal Geral da União Europeia. Em novembro de 2014, o Tribunal Geral proferiu uma sentença anulando essas decisões, sendo esta sentença objeto de recurso pela Comissão perante o Tribunal de Justiça. Em dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça da União Europeia proferiu uma sentença aprovando o recurso de cassação e ordenando a devolução do expediente ao Tribunal Geral, que deverá proferir uma nova sentença analisando os demais motivos de anulação invocados pelos reclamantes que, por sua vez, poderá ser objeto de recurso perante o Tribunal de Justiça. O Grupo, de acordo com a assessoria de seus advogados externos, não registrou provisões por estes litígios, por considerá-los um passivo contingente.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias existiam outros litígios fiscais menos significativos.

ii. Litígios de natureza legal

Em 31 de março de 2018, os principais litígios de natureza legal que afetavam o Grupo eram os seguintes:

- Compensação a clientes (*customer remediation*): reclamações associadas à venda de determinados produtos financeiros (principalmente seguros de proteção de pagamentos - PPI) pelo Santander UK a seus clientes. Em 31 de março de 2018, a provisão para esta categoria alcançava 327 milhões de libras (374 e 1.531 milhões de euros e reais, respectivamente).

- Delforca: Conflito originado por equity swaps contratados pela Gaesco (atualmente Delforca 2008, S.A.) sobre ações da Imobiliária Colonial, S.A. Na primeira arbitragem, proferiu-se um laudo favorável ao Banco, que logo foi anulado por questões relativas ao presidente do tribunal arbitral e a uma das provas instadas pela Delforca. Perante uma segunda arbitragem iniciada pelo Banco, e depois que este obteve judicialmente um embargo cautelar a seu favor (atualmente renunciado), a Delforca apresentou sua declaração de insolvência. Anteriormente, a Delforca e sua matriz, Mobiliária Monesa, S.A., iniciaram outros processos reclamando danos e prejuízos em virtude da atuação do Banco perante tribunais de ordem civil em Madri, que logo foram arquivados e, atualmente, o Santander encontra-se suspenso.

No processo de insolvência, o Tribunal do Comércio 10 de Barcelona declarou a suspensão do processo de arbitragem, a resolução da convenção de arbitragem, a falta de reconhecimento do crédito contingente do Banco e o descumprimento do Banco, tendo desprovido a petição do Banco de concluir o processo por não existir situação de insolvência. Após os recursos de apelação propostos pelo Banco, a Audiência Provincial de Barcelona revogou todas essas decisões, com exceção da decisão relativa ao indeferimento da conclusão do processo de insolvência, o que ocasionou a retomada da arbitragem, em que foi determinado laudo parcial rechaçando as exceções processuais propostas pela Delforca, decisão que foi impugnada pela Delforca. A Delforca recorreu das resoluções em cassação que rejeitam a resolução da convenção de arbitragem e declaram o reconhecimento de crédito contingente a favor do Banco. Além disso, a Delforca e sua matriz demandaram, perante o Juiz do processo de insolvência, a devolução do depósito em garantia executado pelo Banco na liquidação dos swaps, estando estes processos em tramitação. O Banco não possui provisões registradas por este processo.

- Antigos funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A., Santander Banespa, Cia. de Arrendamento Mercantil: reclamação iniciada em 1998 pela associação de aposentados do Banespa (AFABESP) em nome de seus associados solicitando o pagamento de uma gratificação semestral contemplada inicialmente nos estatutos da instituição, caso esta última obtivesse rendimento, sendo sua distribuição aprovada por seu Conselho de Administração. A gratificação não foi paga em 1994 e 1995 por falta de lucro do banco e, a partir de 1996 e até o ano 2000, foi paga parcialmente, conforme deliberação do Conselho de Administração, tendo sido eliminada a referida cláusula em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho determinou que o banco pagasse esta gratificação semestral em setembro de 2005, e o banco recorreu da resolução do Tribunal Regional perante o Tribunal Superior do Trabalho ("TST") e, posteriormente, perante o Supremo Tribunal Federal ("STF"). O primeiro confirmou a sentença condenatória proferida contra o banco, e o segundo não admitiu o recurso extraordinário interposto pelo banco mediante decisão monocrática de um dos ministros do citado Tribunal, mantendo-se também a sentença condenatória proferida contra o banco. O banco e a associação recorreram desta decisão, tendo sido admitido somente o recurso interposto pelo Banco, que será julgado pelo pleno do STF. Recentemente, o STF proferiu uma resolução sobre um assunto de uma terceira parte que defende uma das principais teses suportadas pelo Banco. O Banco não possui provisões registradas por este processo.

- Planos Econômicos: assim como as demais instituições do sistema bancário, o Santander Brasil é objeto de demandas de clientes, a maioria deles depositantes, bem como de ações civis coletivas da mesma natureza, ocasionadas por uma série de modificações legislativas relativas ao cálculo da inflação (planos econômicos), considerando os demandantes que seus direitos foram violados em razão da aplicação destes ajustes de forma imediata. Em abril de 2010, o Superior Tribunal da Justiça (STJ) fixou o prazo de prescrição destas ações civis coletivas em cinco anos, como defendiam os bancos, em lugar dos vinte anos reivindicados pelos demandantes, o que provavelmente reduzirá de forma significativa o número de ações e os valores reclamados. No que se refere ao mérito da causa, as resoluções têm sido, até o momento, adversas para os bancos, existindo dois processos interpostos perante o STJ e o Supremo Tribunal Federal (STF) com os quais se pretende resolver a questão de forma definitiva. Em agosto de 2010, o STJ pronunciou uma sentença na qual, embora desse razão aos demandantes sobre o fundo, excluía da reclamação um dos planos, reduzindo o valor da mesma e confirmando novamente o prazo de prescrição de cinco anos. Em seguida, o STF proferiu uma medida cautelar que, basicamente, suspende os processos em andamento, até que este órgão prolate uma decisão definitiva sobre o assunto. Atualmente, existem diversos recursos propostos perante o STF, em que se discutem várias questões relativas a este assunto.

No final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram um acordo com o objeto de por fim às disputas judiciais relacionadas com os Planos Econômicos. As discussões se concentraram em determinar a quantidade que se devia pagar a cada cliente afetado, de acordo com o saldo que tinha em poupança no momento do Plano. Finalmente, o valor total dos pagamentos dependerá da quantidade de adesões havidas e do número de poupadores que tenham demonstrado em juízo a existência da conta e saldo na data em que os índices foram alterados. Os termos do acordo firmado pelas partes foram submetidos à homologação do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem corresponde a última palavra sobre a viabilidade do acordo. Considera-se que as provisões feitas para cobrir os riscos que poderiam decorrer de "planos econômicos", incluindo os resultantes do acordo pendente de aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, são suficientes.

- Em dezembro de 2008, a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (SEC) suspendeu a empresa Bernard L. Madoff Investment Securities LLC (Madoff Securities) por suposta fraude. A exposição dos clientes do Grupo, por intermédio do subfundo Optimal Strategic US Equity (Optimal Strategic), era de 2.330 milhões de euros, dos quais 2.010 milhões de euros correspondiam a investidores institucionais e clientes de banco privado internacional, e os 320 milhões de euros restantes faziam parte das carteiras de investimentos de clientes de banco privado do Grupo na Espanha, que tinham a condição de investidores qualificados.

Na data destas demonstrações financeiras intermediárias existiam determinadas demandas contra empresas do Grupo relacionadas a esta questão. O Grupo considera que sempre atuou com a diligência devida e que a venda desses produtos foi sempre transparente e de acordo com as normas aplicáveis e aos procedimentos estabelecidos. O risco de perda é, portanto, considerado remoto ou imaterial.

- Em abril de 2016, a Direção de Concorrência da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência ("CNMC") iniciou uma investigação administrativa sobre várias instituições financeiras, incluindo o Banco Santander, relativas a possíveis práticas colusórias ou acordos de fixação de preços, assim como de troca de informações comercialmente sensíveis relacionadas a instrumentos financeiros derivativos empregados como hedge do risco de taxa de juros em empréstimos consorciados. De acordo com a Direção de Concorrência, esta conduta poderia constituir uma infração do artigo 1 da Lei 15/2007, de 3 de julho, de Defesa da Concorrência, assim como do artigo 101 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. Em 13 de fevereiro de 2018, a CNMC publicou sua decisão pela qual sancionou o Santander, Sabadell, BBVA e o Caixa Bank com 91 milhões de euros (23,9 milhões de euros para o Santander) por oferecer derivativos da taxa de juros descumprindo o artigo 1 da Lei 15/2007, de 3 de julho, de Defesa da Concorrência, bem como o artigo 101 do Tratado de Funcionamento da União Europeia. (Caso S/DC/0579/16 Derivativos Financeiros). De acordo com a CNMC, há evidência de que havia coordenação entre entidades financeiras para acordar o preço dos derivativos e oferecê-los aos clientes, em cada caso, a um preço diferente do preço de mercado. A Audiência Nacional recorreu desta decisão.
- Cláusulas solo: como consequência da aquisição do Banco Popular Español S.A., o Grupo está exposto a operações relevantes com cláusulas solo. As denominadas "cláusulas solo" ou de limitação mínima são aquelas em virtude das quais o prestatário aceita uma taxa de juros mínima a pagar ao prestamista, independentemente da taxa de juros de referência aplicável. O Banco Popular Espanhol S.A. tem "cláusulas solo" incluídas em determinadas operações de ativo com clientes. Em relação a este tipo de cláusulas, a situação do Banco Popular é descrita a seguir:

Em 21 de dezembro de 2016, o Tribunal de Justiça da União Europeia declarou contrária ao direito da União Europeia a doutrina estabelecida por meio da Sentença da Sala 1ª do Tribunal Supremo de 9 de maio de 2013, em virtude da qual era limitado o efeito retroativo da nulidade das cláusulas solo, de forma que só procedia a devolução dos montantes cobrados em aplicação destas cláusulas a partir de 9 de maio de 2013. Posteriormente, a Sentença da Sala 1ª do Tribunal Supremo de 24 de fevereiro de 2017, resolvendo um recurso de cassação de outra entidade, adaptou sua jurisprudência na matéria à Sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia de 21 de dezembro de 2016 e, em particular, considerou que seu pronunciamento de 9 de maio de 2013, determinado no âmbito de uma ação coletiva, não causava efeito de coisa julgada em relação às demandas individuais que consumidores poderiam requerer.

Os pronunciamentos judiciais antes mencionados e a situação social em relação às cláusulas solo levaram o Governo espanhol a estabelecer, com a aprovação do Real Decreto-lei 1/2017, de 20 de janeiro, de medidas urgentes de proteção de consumidores em matéria de cláusulas solo, um procedimento voluntário e extrajudicial para que os consumidores que se considerem afetados pela eventual nulidade de uma cláusula solo possam reclamar sua devolução. Em todo caso, esta norma limita-se a estabelecer essa via extrajudicial de resolução de conflitos, mas não introduz nenhuma novidade que afete os critérios sobre a validade das cláusulas.

Em 2015 e 2016 o Banco Popular fez provisões extraordinárias que, depois da sentença do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 21 de dezembro de 2016, foram atualizadas com objetivo de cobrir o efeito da potencial devolução do excesso de juros cobrados por aplicação das cláusulas somente entre a data de contratação dos correspondentes empréstimos hipotecários e maio de 2013. O montante das provisões do Grupo em 31 de março de 2018 para esse fim foi de 176 milhões de euros (721 milhões de reais). A esse título, depois da compra do Banco Popular, o Grupo utilizou provisões no montante de 285 milhões de euros (1.137 milhões de reais), principalmente, por devoluções realizadas como consequência do processo extrajudicial antes mencionado.

Outros aspectos: considerando que a declaração em resolução do Banco Popular, a amortização e a conversão de seus instrumentos de capital e a posterior transmissão ao Banco Santander das ações resultantes da citada conversão em exercício do instrumento de resolução da venda do negócio da instituição, tudo isso conforme a norma do marco único de resolução citado na nota 3, não tem precedentes na Espanha nem em nenhum outro Estado membro da União Europeia, apresentaram-se recursos contra a decisão da Junta Única de Resolução, contra a decisão do FROB aprovada em execução da anterior, assim como reclamações frente ao Banco Popular Español, S.A., ao Banco Santander e outras instituições do Grupo Santander derivadas de ou vinculadas à aquisição do Banco Popular. Desde a aquisição do Banco Popular pelo Banco Santander, diversos investidores, assessores ou operadores financeiros anunciaram sua intenção de analisar e, se for o caso, confirmaram, a interposição de reclamações de diversas índoles em relação à referida aquisição. Em relação aos possíveis recursos ou reclamações, não é possível prever a totalidade das pretensões concretas que ocorreriam, nem suas implicações econômicas (particularmente quando é possível que as eventuais reclamações não quantifiquem suas pretensões, aleguem interpretações jurídicas novas, ou envolvam um elevadíssimo número de partes). O custo estimado das potenciais compensações aos acionistas do Banco Popular Español, S.A. foi registrado conforme explicado na Nota 3.

Neste contexto, é preciso considerar que o resultado dos processos judiciais é incerto, em particular, no caso de demandas com pedidos em montante indeterminado, de causas que se fundamentam em questões jurídicas sobre as quais não existem precedentes judiciais, de processos que envolvem um grande número de partes ou cujo andamento se encontra em uma fase bem preliminar.

O Banco e as demais empresas do Grupo são objeto de demandas e, portanto, estão envolvidos em processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos derivados da atividade creditícia, das relações trabalhistas e de outras questões comerciais ou fiscais.

Com as informações disponíveis, o Grupo considera que, em 31 de março de 2018, estimou de forma confiável as obrigações associadas a cada processo e reconheceu, quando necessário, a necessidade de provisões adequadas que cubram razoavelmente os passivos que possam resultar, se for o caso, destas questões fiscais e legais. Além disso, considera que as responsabilidades que possam resultar de tais processos não terão, em conjunto, um efeito adverso significativo nos negócios, na situação financeira nem nos resultados das operações do Grupo.

11. Patrimônio líquido

Nos primeiros trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, não houve nenhuma outra variação quantitativa ou qualitativa nos recursos próprios do Grupo, além das indicadas na demonstração condensada consolidada de mutações do patrimônio líquido.

a) Capital

Como consequência da operação de aquisição do Banco Popular Español, S.A. descrita na Nota 2, e para reforçar e otimizar a estrutura de recursos próprios do Banco para dar cobertura adequada à referida aquisição, o Grupo, com data de 3 de julho de 2017, informou que o Comitê Executivo do Banco Santander, S.A. acordou aumentar o capital social deste último em um montante de 729 milhões de euros (2.734 milhões de reais), mediante a emissão e colocação em circulação de 1.458.232.745 novas ações ordinárias da mesma classe e série que as ações atualmente em circulação e com direito de subscrição preferencial para os acionistas.

A emissão das novas ações foi realizada por seu valor nominal de cinquenta centavos de euro (€ 0,50), mais um prêmio de emissão de 4,35 euros por ação, com o que a taxa de emissão total das novas ações foi de 4,85 euros por ação e o montante efetivo total do aumento de capital (incluindo nominal e prêmio de emissão) foi de 7.072 milhões de euros (26.520 milhões de reais).

Cada ação em circulação outorgou um direito de subscrição preferencial, durante o período de subscrição preferencial que ocorreu de 6 a 20 de julho de 2017, sendo necessários 10 direitos de subscrição preferencial para subscrever 1 ação nova.

Por escritura pública com data de 7 de novembro de 2017, foi efetuada uma ampliação de capital com distribuição gratuita de ações no valor de 48 milhões de euros (184 milhões de reais), por intermédio do qual foi implementado o programa Santander Dividendo Elección, mediante a emissão de 95.580.136 ações (0,6% do capital social).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2018, o capital social do Banco era representado por 16.136.153.582 ações, com nominal de 8.068 milhões de euros (21.195 milhões de reais), em ambos os casos.

b) Detalhamento de Outro resultado abrangente – Itens que não serão reclassificados nos resultados e Itens que podem ser reclassificados nos resultados

	Milhões de euros	
	31-03-2018 (IFRS 9) (*)	31-12-2017 (IAS 39)
Outro resultado abrangente	(22.483)	(21.776)
Itens que não serão reclassificados nos resultados	(3.235)	(4.034)
Prejuízos ou lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	(3.868)	(4.033)
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-
Participações em outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em negócios conjuntos e associadas	(1)	(1)
Outros ajustes de avaliação	-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	667	
Ineficácia das coberturas de valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente [hedge]	-	
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente [hedge]	-	
Alterações do valor justo dos passivos financeiros em valor justo com alterações em resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito	(33)	
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	(19.248)	(17.742)
Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva)	(4.426)	(4.311)
Diferenças de variação cambial	(16.350)	(15.430)
Derivativos utilizados como hedge. Hedge de fluxos de caixa (parte efetiva)	18	152
Alterações do valor justo dos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	1.740	
Instrumentos de hedge (elementos não designados)	-	
Ativos financeiros disponíveis para venda		2.068
Instrumentos de dívida		1.154
Instrumentos de patrimônio		914
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas em investimentos em negócios conjuntos e associadas	(230)	(221)

	Milhões de reais	
	31-03-2018 (IFRS 9) (*)	31-12-2017 (IAS 39)
Outro resultado abrangente	73.020	64.754
Itens que não serão reclassificados nos resultados	(13.246)	(16.029)
Prejuízos ou lucros atuariais em planos de pensão de benefícios definidos	(15.835)	(16.023)
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-
Participações em outras receitas e despesas reconhecidas de investimentos em negócios conjuntos e associadas	(3)	(6)
Outros ajustes de avaliação	-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	2.729	-
Ineficácia das coberturas de valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente [hedge]	-	-
Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente [hedge]	-	-
Alterações do valor justo dos passivos financeiros em valor justo com alterações em resultados atribuíveis a alterações no risco de crédito	(137)	-
Itens que podem ser reclassificados nos resultados	86.266	80.783
Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva)	(18.120)	(17.127)
Diferenças de variação cambial	98.129	89.971
Derivativos utilizados como hedge. Hedge de fluxos de caixa (parte efetiva)	75	604
Alterações do valor justo dos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	7.124	-
Instrumentos de hedge (elementos não designados)	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8.213
Instrumentos de dívida	-	4.583
Instrumentos de patrimônio	-	3.630
Ativos não correntes classificados como mantidos para venda	-	-
Participação em outras receitas e despesas reconhecidas em investimentos em negócios conjuntos e associadas	(942)	(878)

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

c) Outro resultado abrangente - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefícios definidos

O saldo da seção Outro resultado abrangente - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensões de benefícios definidos abrange os ganhos ou perdas atuariais e o rendimento dos ativos sujeitos ao plano, menos os custos de administração e impostos próprios do plano e qualquer modificação nos efeitos do limite do ativo, excluindo os montantes incluídos nos juros líquidos sobre o passivo (ativo) líquido por benefícios definidos. A variação é apresentada nas Demonstrações do Resultado Abrangente Consolidadas.

No primeiro trimestre de 2018, os ganhos (-) perdas atuariais alcançaram 235 milhões de euros (937 milhões de reais); cujo principal impactos é:

- Redução de 227 milhões de euros (905 milhões de reais) nas perdas atuariais acumuladas correspondentes aos negócios do Grupo no Reino Unido, principalmente devido aos ganhos resultantes da variação na taxa de desconto (aumento de 2,49% para 2,60%), bem como à evolução da inflação (aumento de 3,11% para 3,15%).

Além disso, as diferenças na seção de ganhos e perdas atuariais acumulados implicam uma redução de 8 milhões de euros (32 milhões de reais) como consequência da evolução das taxas de câmbio e outros efeitos, principalmente no Brasil (desvalorização do real) e no Reino Unido (valorização da libra).

d) Outro resultado abrangente - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente

Inclui o montante líquido das variações de valor justo não realizadas dos instrumentos de patrimônio em valor justo com alterações em outro resultado abrangente.

A seguir, apresentamos os detalhes da composição do saldo, em 31 de março de 2018 (IFRS 9) da seção Outro resultado abrangente - Itens que não serão reclassificados nos resultados - Alterações do valor justo dos instrumentos de patrimônio avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente em função da origem geográfica do emissor:

	Milhões de euros			
	31-03-18 (*)			
	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/ (Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo
Instrumentos de patrimônio				
Doméstico				
Espanha	13	(206)	(193)	577
Internacional				
Resto da Europa	178	(78)	100	626
Estados Unidos	37	-	37	126
América Latina e outros	735	(12)	723	1.600
	963	(296)	667	2.929
Dos quais:				
Negociados	835	(20)	815	1.978
Não negociados	128	(276)	(148)	951

	Milhões de reais			
	31-03-18 (*)			
	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/ (Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo
Instrumentos de patrimônio				
Doméstico				
Espanha	53	(843)	(790)	2.362
Internacional				
Resto da Europa	729	(319)	410	2.563
Estados Unidos	151	-	151	516
América Latina e outros	3.007	(49)	2.958	6.550
	3.940	(1.211)	2.729	11.991
Dos quais:				
Negociados	3.416	(82)	3.334	8.098
Não negociados	524	(1.129)	(605)	3.893

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

e) Outro resultado abrangente - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior (parte efetiva) e Conversão de divisas.

A seção "outro resultado abrangente – Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Hedge de investimentos líquidos em negócios no exterior" (parte eficaz) inclui o montante líquido das variações de valor dos instrumentos de cobertura em coberturas de investimentos líquidos em negócios no exterior, na parte das variações consideradas como cobertura eficaz.

A seção "Outro resultado abrangente – Itens que podem ser classificados nos resultados – Conversão de divisas" inclui o montante líquido das diferenças cambiais com origem nas seções não monetárias cujo valor justo é ajustado em contrapartida no patrimônio líquido e das quais são geradas ao converter a euros os saldos das instituições consolidadas cuja moeda funcional for diferente do euro.

A variação líquida de ambas as seções reconhecida no primeiro trimestre de 2018, incluída nas demonstrações condensadas consolidadas do resultado abrangente, reflete o efeito gerado pela desvalorização das divisas, principalmente do dólar dos EUA e do real. Dessa variação, uma perda aproximada de 157 milhão de euros corresponde à avaliação conforme a taxa de câmbio de fechamento do ágio do trimestre (Nota 8).

f) Outro resultado abrangente - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Alterações do valor justo dos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente

Inclui o montante líquido das variações de valor justo não realizadas dos instrumentos de dívida em valor justo com alterações em outro resultado abrangente.

A seguir, apresentamos os detalhes da composição do saldo, em 31 de março de 2018 (IFRS 9) e 31 de dezembro de 2017 (IAS 39), da seção Outro resultado abrangente - Itens que podem ser reclassificados nos resultados - Alterações do valor justo dos instrumentos de dívida avaliados em valor justo com alterações em outro resultado abrangente em função do tipo de instrumento e da origem geográfica do emissor:

	Milhões de euros							
	31-03-18 (*)				31-12-17			
	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/ (Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/ (Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo
Instrumentos de dívida								
Dívida pública e de bancos centrais								
<i>Espanha</i>	1.055	(24)	1.031	45.939	660	(25)	635	48.217
<i>Resto da Europa</i>	423	(9)	414	15.834	306	(24)	282	20.244
<i>América Latina e outros</i>	495	(108)	387	39.297	404	(129)	275	39.132
Dívida privada	95	(187)	(92)	19.286	90	(128)	(38)	20.888
	2.068	(328)	1.740	120.356	1.460	(306)	1.154	128.481
Instrumentos de patrimônio								
Doméstico								
<i>Espanha</i>	-	-	-	-	5	(2)	3	1.373
Internacional								
<i>Resto da Europa</i>	-	-	-	-	166	(2)	164	979
<i>Estados Unidos</i>	-	-	-	-	14	(5)	9	560
<i>América Latina e outros</i>	-	-	-	-	744	(6)	738	1.878
	-	-	-	-	929	(15)	914	4.790
Dos quais:								
<i>Negociados</i>	-	-	-	-	828	(5)	823	2.900
<i>Não negociados</i>	-	-	-	-	101	(10)	91	1.890
	-	-	-	-	2.389	(321)	2.068	133.271

	Milhões de reais							
	31-03-18 (*)				31-12-17			
	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/ (Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo	Ganhos por avaliação	Perdas por avaliação	Ganhos/ (Perdas) líquidos por avaliação	Valor justo
Instrumentos de dívida								
Dívida pública e de bancos centrais								
<i>Espanha</i>	4.319	(98)	4.222	188.067	2.622	(99)	2.523	191.561
<i>Resto da Europa</i>	1.732	(37)	1.695	64.821	1.216	(95)	1.121	80.427
<i>América Latina e outros</i>	2.026	(442)	1.584	160.874	1.605	(513)	1.092	155.468
Dívida privada	389	(766)	(377)	78.953	356	(509)	(153)	82.987
	8.466	(1.343)	7.124	492.715	5.799	(1.216)	4.583	510.443
Instrumentos de patrimônio								
Doméstico								
<i>Espanha</i>	-	-	-	-	20	(8)	12	5.455
Internacional								
<i>Resto da Europa</i>	-	-	-	-	660	(8)	652	3.889
<i>Estados Unidos</i>	-	-	-	-	55	(20)	35	2.226
<i>América Latina e outros</i>	-	-	-	-	2.955	(24)	2.931	7.461
	-	-	-	-	3.690	(60)	3.630	19.031
Dos quais:								
<i>Negociados</i>	-	-	-	-	3.290	(20)	3.270	11.521
<i>Não negociados</i>	-	-	-	-	400	(40)	360	7.510
	-	-	-	-	9.489	(1.276)	8.213	529.474

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

12. Informação segmentada

Para efeitos de gestão do Grupo, o nível principal de segmentação é por áreas geográficas, apresentando cinco segmentos: quatro áreas operacionais e o Centro Corporativo. As áreas operacionais abrangem todos os negócios que o Grupo desenvolve nelas, a saber: Europa Continental, Reino Unido, América Latina e Estados Unidos, baseadas na localização dos ativos.

A seguir, apresentamos uma distribuição das Receitas Ordinárias nos segmentos geográficos utilizados pelo Grupo. Para efeitos do disposto no quadro a seguir, são consideradas receitas ordinárias aquelas registradas nas seções "Receitas de juros, Receitas de dividendos, Receitas de comissões, ganhos ou perdas com a alienação de ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos; Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação; Ganhos ou perdas por ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados, Ganhos por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados, líquidos; Ganhos resultantes de hedge accounting, líquidos e outras receitas operacionais das demonstrações do resultado consolidadas anexas correspondentes aos primeiros trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

Segmentos	Receitas ordinárias (Milhões de euros)					
	Receitas ordinárias procedentes de clientes externos		Receitas ordinárias entre segmentos		Total receitas ordinárias	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Europa Continental	4.491	4.340	680	148	5.171	4.488
Reino Unido	2.557	2.241	(413)	(21)	2.144	2.220
América Latina	8.926	10.540	(77)	(183)	8.849	10.357
Estados Unidos	1.979	2.322	58	43	2.037	2.365
Atividades Corporativas	139	11	540	1.402	679	1.413
Ajustes e eliminações de receitas ordinárias entre segmentos	-	-	(788)	(1.389)	(788)	(1.389)
Total	18.092	19.454	-	-	18.092	19.454

Segmentos	Receitas ordinárias (Milhões de reais)					
	Receitas ordinárias procedentes de clientes externos		Receitas ordinárias entre segmentos		Total receitas ordinárias	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Europa Continental	17.910	14.521	2.710	494	20.620	15.015
Reino Unido	10.198	7.499	(1.647)	(71)	8.551	7.428
América Latina	35.595	35.266	(306)	(611)	35.289	34.655
Estados Unidos	7.892	7.770	230	144	8.122	7.914
Atividades Corporativas	551	39	2.154	4.691	2.705	4.730
Ajustes e eliminações de receitas ordinárias entre segmentos	-	-	(3.141)	(4.647)	(3.141)	(4.647)
Total	72.146	65.095	-	-	72.146	65.095

Além disso, apresentamos a seguir uma conciliação entre o resultado consolidado depois de impostos do Grupo correspondente aos primeiros trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017, detalhada por segmentos de negócio, e o resultado antes de impostos exibido nas demonstrações do resultado consolidadas desses períodos:

Segmentos	Resultado consolidado (Milhões de euros)	
	31/03/2018	31/03/2017
Europa Continental	1.024	851
Reino Unido	326	423
América Latina	1.306	1.245
Estados Unidos	174	138
Atividades corporativas	(421)	(471)
Resultado total dos segmentos abrangidos	2.409	2.186
(+/-) Resultados não atribuídos	-	-
(+/-) Eliminação de resultados internos (entre segmentos)	-	-
(+/-) Outros resultados	-	-
(+/-) Impostos sobre lucros e/ou resultado de operações descontinuadas	1.280	1.125
Resultado antes de impostos	3.689	3.311

Segmentos	Resultado consolidado (Milhões de reais)	
	31/03/2018	31/03/2017
Europa Continental	4.082	2.849
Reino Unido	1.300	1.416
América Latina	5.208	4.164
Estados Unidos	694	461
Atividades corporativas	(1.677)	(1.575)
Resultado total dos segmentos abrangidos	9.607	7.315
(+/-) Resultados não atribuídos	-	-
(+/-) Eliminação de resultados internos (entre segmentos)	-	-
(+/-) Outros resultados	-	-
(+/-) Impostos sobre lucros e/ou resultado de operações descontinuadas	5.104	3.763
Resultado antes de impostos	14.711	11.078

13. Partes vinculadas

São consideradas partes vinculadas ao Grupo, além das instituições controladas, associadas e coligadas, o pessoal-chave da Administração do Banco (membros do Conselho de Administração, diretores gerais e familiares próximos), assim como instituições sobre as quais o pessoal-chave possa exercer uma influência ou controle significativo.

A seguir, indicamos as transações realizadas pelo Grupo, nos três primeiros meses de 2018 e 2017, com as partes vinculadas ao mesmo, distinguindo entre acionistas significativos, membros do Conselho de Administração do Banco e diretores gerais do Banco, instituições do Grupo e outras partes vinculadas. As condições das transações com as partes vinculadas equivalem às das transações realizadas em condições de mercado ou tiveram a aplicação das remunerações em espécie correspondentes:

Despesas e receitas	Milhões de euros				
	31/03/2018				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Despesas:					
Despesas financeiras	-	-	1	-	1
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Serviços recebidos	-	-	-	-	-
Compra de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Ajustes de valor por dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-
Prejuízos com baixa ou alienação de ativos	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	28	-	28
	-	-	29	-	29
Receitas:					
Receitas financeiras	-	-	16	3	19
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-
Vendas de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Lucros com baixa ou alienação de ativos	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	193	2	195
	-	-	209	5	214

	Milhões de reais				
	31/03/2018				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Despesas e receitas					
Despesas:					
Despesas financeiras	-	-	4	-	4
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Serviços recebidos	-	-	-	-	-
Compra de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Ajustes de valor por dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-
Prejuízos com baixa ou alienação de ativos	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	112	-	112
	-	-	116	-	116
Receitas:					
Receitas financeiras	-	-	64	12	76
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-
Vendas de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Lucros com baixa ou alienação de ativos	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	770	8	778
	-	-	834	20	854

	Milhões de euros				
	31/03/2018				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Outras transações					
Compras de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: créditos e contribuições de capital (mutuante)	-	2	500	54	556
Contratos de leasing (arrendador)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de créditos e contratos de leasing (arrendador)	-	1	207	27	235
Vendas de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: empréstimos e contribuições de capital (mutuário)	-	10	109	13	132
Contratos de leasing (arrendatário)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de empréstimos e contratos de leasing (arrendatário)	-	1	299	10	310
Garantias e avais prestados	-	-	-	32	32
Garantias e avais recebidos	-	-	-	-	-
Compromissos assumidos	-	-	219	-	219
Compromissos/garantias cancelados	-	-	258	-	258
Dividendos e outras remunerações distribuídas	-	2	-	9	11
Outras operações	-	-	(10)	-	(10)

	Milhões de reais				
	31/03/2018				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Outras transações					
Compras de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: créditos e contribuições de capital (mutuante)	-	8	2.047	221	2.276
Contratos de leasing (arrendador)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de créditos e contratos de leasing (arrendador)	-	4	847	111	962
Vendas de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: empréstimos e contribuições de capital (mutuário)	-	41	446	53	540
Contratos de leasing (arrendatário)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de empréstimos e contratos de leasing (arrendatário)	-	4	1.224	41	1.269
Garantias e avais prestados	-	-	-	131	131
Garantias e avais recebidos	-	-	-	-	-
Compromissos assumidos	-	-	897	-	897
Compromissos/garantias cancelados	-	-	1.056	-	1.056
Dividendos e outras remunerações distribuídas	-	8	-	37	45
Outras operações	-	-	(41)	-	(41)

	Milhões de euros				
	31/03/2017				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Despesas e receitas					
Despesas:					
Despesas financeiras	-	-	2	-	2
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Serviços recebidos	-	-	-	-	-
Compra de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Ajustes de valor por dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-
Prejuízos com baixa ou alienação de ativos	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	4	-	4
	-	-	6	-	6
Receitas:					
Receitas financeiras	-	-	13	2	15
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-
Vendas de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Lucros com baixa ou alienação de ativos	-	-	5	-	5
Outras receitas	-	-	143	1	144
	-	-	161	3	164

	Milhões de reais				
	31/03/2017				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Despesas e receitas					
Despesas:					
Despesas financeiras	-	-	7	-	7
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Serviços recebidos	-	-	-	-	-
Compra de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Ajustes de valor por dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa	-	-	-	-	-
Prejuízos com baixa ou alienação de ativos	-	-	-	-	-
Outras despesas	-	-	13	-	13
	-	-	20	-	20
Receitas:					
Receitas financeiras	-	-	43	7	50
Contratos de gestão ou colaboração	-	-	-	-	-
Transferências de P&D e contratos de licença	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-
Leasing	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-
Vendas de bens (concluídas ou em andamento)	-	-	-	-	-
Lucros com baixa ou alienação de ativos	-	-	17	-	17
Outras receitas	-	-	478	3	481
	-	-	538	10	548

	Milhões de euros				
	31-03-17				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Outras transações					
Compras de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: créditos e contribuições de capital (mutuante)	-	-	125	4	129
Contratos de leasing (arrendador)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de créditos e contratos de leasing (arrendador)	-	2	34	27	63
Vendas de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: empréstimos e contribuições de capital (mutuário)	-	1	94	71	166
Contratos de leasing (arrendatário)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de empréstimos e contratos de leasing (arrendatário)	-	7	130	9	146
Garantias e avais prestados	-	-	-	70	70
Garantias e avais recebidos	-	-	-	-	-
Compromissos assumidos	-	1	2	7	10
Compromissos/garantias cancelados	-	1	-	3	4
Dividendos e outras remunerações distribuídas	-	2	-	8	10
Outras operações	-	-	8	5	13

Outras transações	Milhões de reais				
	31-03-17				
	Acionistas significativos	Administradores e diretores	Empresas ou instituições do Grupo	Outras partes vinculadas	Total
Compras de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: créditos e contribuições de capital (mutuante)	-	-	515	16	531
Contratos de leasing (arrendador)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de créditos e contratos de leasing (arrendador)	-	8	140	111	259
Vendas de ativos tangíveis, intangíveis ou outros ativos	-	-	-	-	-
Acordos de financiamento: empréstimos e contribuições de capital (mutuário)	-	4	387	292	683
Contratos de leasing (arrendatário)	-	-	-	-	-
Amortização ou cancelamento de empréstimos e contratos de leasing (arrendatário)	-	29	535	37	601
Garantias e avais prestados	-	-	-	288	288
Garantias e avais recebidos	-	-	-	-	-
Compromissos assumidos	-	4	8	29	41
Compromissos/garantias cancelados	-	4	-	12	16
Dividendos e outras remunerações distribuídas	-	8	-	33	41
Outras operações	-	-	33	21	54

Além dos detalhes apresentados anteriormente, existiam contratos de seguros vinculados a pensões no valor de 233 milhões de euros (954 milhões de reais) em 31 de março de 2018 (259 milhões de euros e 874 milhões de reais em 31 de março de 2017).

14. Exposições fora do balanço

As exposições fora do balanço compreendem compromissos de empréstimo, garantias financeiras e outros compromissos concedidos, tanto os revogáveis como os irrevogáveis.

As Garantias financeiras concedidas compreendem garantias financeiras, como os avais financeiros, derivativos de crédito vendidos e riscos por derivativos contratados por conta de terceiros; as não financeiras que incluem avais técnicos e demais garantias não financeiras concedidas e as cartas de crédito irrevocáveis.

Os Compromissos de empréstimo concedidos compreendem todas as exposições fora de balanço que não se enquadrem na definição de garantias concedidas; entre outros, inclui aquelas disponíveis por terceiros.

	Milhões de euros	
	31/03/2018	31-12-17
Compromissos de empréstimo concedidos	217.319	207.671
<i>dos quais Duvidosos</i>	<i>165</i>	<i>81</i>
Garantias financeiras concedidas	16.221	14.499
Duvidosos	451	254
Avais financeiros	15.567	14.033
Derivativos de crédito vendidos	203	212
Outros compromissos concedidos	63.670	64.917
Outras garantias concedidas	35.749	34.618
<i>Dos quais duvidosos</i>	<i>837</i>	<i>991</i>
Outros compromissos	27.921	30.299

	Milhões de reais	
	31/03/2018	31-12-17
Compromissos de empréstimo concedidos	889.660	825.057
<i>dos quais Duvidosos</i>	674	323
Garantias financeiras concedidas	66.406	57.602
Duvidosos	1.846	1.009
Avais financeiros	63.727	55.750
Derivativos de cto vendidos	833	843
Outros compromissos concedidos	260.652	257.910
Outras garantias concedidas	146.350	137.535
<i>Dos quais duvidosos</i>	3.425	3.938
Outros compromissos	114.302	120.375

Em 31 de março de 2017, o Grupo mantinha provisões para garantias e compromissos contingentes concedidos no valor de 848 milhões de euros (3.472 milhões de reais) e 617 milhões de euros (2.449 milhões de reais) em 31 de dezembro de 2017.

15. Quadro médio de funcionários e número de agências

A seguir, apresentamos os detalhes do quadro médio de funcionários do Grupo e do Banco, por gênero, correspondente aos primeiros trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017:

Quadro médio de funcionários	Banco		Grupo	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Homens	11.526	11.691	91.437	83.480
Mulheres	9.816	9.793	110.982	105.069
	21.342	21.484	202.419	188.549

Número de agências em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Número de agências	Grupo	
	31/03/2018	31-12-17
Espanha	4.542	4.546
Exterior	9.095	9.151
	13.637	13.697

16. Outras informações

a) Técnicas de avaliação dos ativos e passivos financeiros

O quadro a seguir resume os valores justos no encerramento de 31 de março de 2018 (IFRS 9) e 31 de dezembro de 2017 (IAS 39), respectivamente, dos ativos e passivos financeiros indicados a seguir, classificados de acordo com as diferentes Metodologias de avaliação seguidas pelo Grupo para determinar seu valor justo:

	Milhões de euros			Milhões de euros		
	31-03-2018 (*)			31-12-2017		
	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	50.476	74.115	124.591	58.215	67.243	125.458
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	2.042	3.040	5.082			
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	2.816	50.316	53.132	3.823	30.959	34.782
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	106.551	16.734	123.285			
Ativos financeiros disponíveis para venda (1)				113.258	18.802	132.060
Derivativos – hedge accounting (ativo)	-	7.718	7.718	-	8.537	8.537
Passivos financeiros mantidos para negociação	21.409	73.763	95.172	21.828	85.796	107.624
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	715	58.991	59.706	769	58.847	59.616
Derivativos – hedge accounting (passivo)	6	8.067	8.073	8	8.036	8.044
Passivos abrangidos por contratos de seguros	-	850	850	-	1.117	1.117

	Milhões de reais			Milhões de reais		
	31-03-2018 (*)			31-12-2017		
	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total	Cotações publicadas em mercados Ativos (Nível 1)	Modelos Internos (Nível 2 e 3)	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	206.645	303.412	510.057	231.282	267.150	498.432
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	8.362	12.445	20.807			
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	11.530	205.984	217.514	15.183	122.997	138.180
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	436.200	68.506	504.706			
Ativos financeiros disponíveis para venda (1)				449.965	74.698	524.663
Derivativos – hedge accounting (ativo)	-	31.595	31.595	-	33.915	33.915
Passivos financeiros mantidos para negociação	87.644	301.970	389.614	86.719	340.859	427.578
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	2.927	241.500	244.427	3.058	233.793	236.851
Derivativos – hedge accounting (passivo)	25	33.024	33.049	30	31.926	31.956
Passivos abrangidos por contratos de seguros	-	3.481	3.481	-	4.439	4.439

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(1) Além dos instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo apresentados na tabela anterior em 31 de dezembro de 2017, havia instrumentos de patrimônio, registrados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, avaliados pelo seu custo no valor de 1.211 milhão de euros (4.811 milhões de reais), respectivamente.

Os instrumentos financeiros em valor justo e determinados pelas cotações publicadas em mercados ativos (Nível 1) compreendem dívida pública, dívida privada, derivativos negociados em mercados organizados, ativos securitizados, ações, posições em títulos de curto prazo e títulos de renda fixa emitidos.

Nos casos em que as cotações não possam ser observadas, a Administração faz a melhor estimativa do preço que o mercado estabeleceria utilizando, para isso, seus próprios modelos internos. Na maioria das vezes, esses modelos internos empregam dados baseados em parâmetros observáveis de mercado, como informações significativas (Nível 2) e, em limitadas ocasiões, utilizam informações significativas não observáveis em dados de mercado (Nível 3).

Para apurar essas estimativas, utilizamos diversas técnicas, incluindo a extrapolação de dados observáveis do mercado. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no momento inicial é o preço da transação, salvo quando o valor de tal instrumento possa ser obtido de outras transações realizadas no mercado com o mesmo instrumento ou similar, ou quando possa ser avaliado usando uma técnica de avaliação onde as variáveis utilizadas incluam somente dados observáveis no mercado, principalmente taxas de juros.

Durante o primeiro trimestre de 2018, o Grupo não realizou transferências significativas de instrumentos financeiros entre níveis distintos dos incluídos na tabela de movimentos de nível 3.

O Grupo desenvolveu um processo formal para a avaliação sistemática e a gestão de instrumentos financeiros, implementado globalmente em todas as unidades do Grupo. O esquema de gestão desse processo distribui responsabilidades entre duas divisões independentes: a Tesouraria (responsável pelo desenvolvimento, marketing e gestão diária dos produtos financeiros e os dados de mercado) e Riscos (assume a validação periódica dos modelos de avaliação e os dados de mercado, o processo de cálculo das métricas de risco, as políticas de aprovação de novos procedimentos, a gestão do risco de mercado e a implementação de políticas de ajustes de avaliação). A aprovação de um novo produto implica uma sequência de diferentes passos (pedido, desenvolvimento, validação, integração nos sistemas corporativos e revisão da qualidade) antes de sua implementação. Este processo assegura que os sistemas de avaliação foram devidamente revisados e que são estáveis antes de serem utilizados.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 detalham os produtos e as famílias de derivativos mais importantes, com as respectivas técnicas de avaliação e informações, por tipo de ativo.

No encerramento de março de 2018, foram registrados ajustes de CVA (Credit Valuation Adjustment) no valor de 290 milhões de euros (1.150 milhão de reais) (-10% em relação ao fechamento de dezembro de 2017) e ajustes de DVA (Debt Valuation Adjustment) no valor de 212 milhões de euros (-3,6%) (839 milhões de reais). A diminuição deve-se aos spreads de crédito, que se reduziram em porcentagens em torno de 10% nos prazos mais líquidos.

A seguir, apresentamos os instrumentos financeiros em valor justo, cuja avaliação baseia-se em modelos internos (Nível 2 e Nível 3), em 31 de março de 2018 (IFRS 9) e em 31 de dezembro de 2017 (IAS 39):

		Milhões de euros		Milhões de euros		Técnicas de avaliação	Principais hipóteses
		Valores justos calculados utilizando modelos internos em 31-03-18 (*)		Valores justos calculados utilizando modelos internos em 31-12-17			
		Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3		
ATIVOS		149.292	2.631	124.178	1.363		
Ativos financeiros mantidos para negociação		73.644	471	66.806	437		
Instituições de crédito		8.395	-	1.696	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes (c)		10.630	-	8.815	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida e de património		422	32	335	32	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Derivativos		54.197	439	55.960	405		
Swaps		43.635	180	44.766	189	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez
Opções sobre taxas de câmbio		431	46	463	5	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros		4.207	154	4.747	162	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Futuros sobre taxas de juros		3	-	2	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Opções sobre índices e valores		1.463	15	1.257	5	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Outros		4.458	44	4.725	44	Método do Valor atual, Modelos avançado de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI, Crédito, Outros
Derivativos – hedge accounting		7.701	17	8.519	18		
Swaps		7.066	17	7.896	18	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de juros		21	-	13	-	Modelo Black	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade
Outros		614	-	610	-	Método do valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros e outros
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados		2.003	1.037			Método do valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e EO, Dividendos, Outros
Instrumentos de património		654	386				
Instrumentos de dívida		1.167	505				
Empréstimos e adiantamentos (a)		182	146				
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		50.316	-	30.677	282		
Bancos Centrais		8.452	-	-	-	Método do valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instituições de crédito		21.207	-	9.889	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes		20.388	-	20.403	72	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, HPI
Instrumentos de dívida e de património		269	-	385	210	Método do Valor Atual	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		15.628	1.106				Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e EO, Dividendos, Crédito, Outros
Instrumentos de património		466	835				
Instrumentos de dívida		14.335	9				
Empréstimos e adiantamentos		827	262				
Ativos financeiros disponíveis para venda				18.176	626		
Dívida e Instrumentos de património				18.176	626	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
PASSIVOS:		141.445	226	153.600	196		
Passivos financeiros mantidos para negociação		73.554	209	85.614	182		
Bancos centrais		-	-	282	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instituições de crédito		1.654	-	292	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes		18.883	-	28.179	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida emitidos		-	-	-	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Derivativos		53.017	209	56.860	182		
Swaps		40.197	113	45.041	100	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez, HPI
Opções sobre taxas de câmbio		493	17	497	9	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros		5.450	18	5.402	19	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre índices e valores		1.667	61	1.527	41	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Futuros sobre taxas de juros e renda variável		2	-	1	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI
Outros		5.208	-	4.392	13	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, HPI, Crédito, Outros
Posições em títulos de curto prazo		-	-	1	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e património líquido
Derivativos – hedge accounting		8.058	9	8.029	7		
Swaps		7.622	9	7.573	7	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de juros		205	-	287	-	Modelo Black	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e liquidez
Outros		231	-	169	-	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros e outros
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		58.983	8	58.840	7	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro		850	-	1.117	-		

		Milhões de reais		Milhões de reais			
		Valores justos calculados utilizando modelos internos em 31-03-18 (*)		Valores justos calculados utilizando modelos internos em 31-12-17			
		Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3		
						Técnicas de avaliação	Principais hipóteses
ATIVOS		611.168	10.774	493.339	5.421		
Ativos financeiros mantidos para negociação		301.485	1.927	265.413	1.737		
Instituições de crédito		34.369	-	6.738	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes (c)		43.517	-	35.021	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida e de patrimônio		1.728	131	1.331	127	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Derivativos		221.871	1.796	222.323	1.610		
Swaps		178.633	737	177.851	751	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez
Opções sobre taxas de câmbio		1.764	188	1.839	20	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros		17.223	630	18.859	644	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Futuros sobre taxas de juros		12	-	8	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Opções sobre índices e valores		5.989	61	4.994	20	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e equity, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI
Outros		18.250	180	18.772	175	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI, Crédito, Outros
Derivativos – hedge accounting		31.525	70	33.843	72		
Swaps		28.927	70	31.370	72	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de juros		86	-	52	-	Modelo Black	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade
Outros		2.512	-	2.421	-	Método do valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados		8.200	4.245			Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e EO, Dividendos, Outros
Instrumentos de patrimônio		2.678	1.580				
Instrumentos de dívida		4.777	2.067				
Empréstimos e adiantamentos (a)		745	598				
Ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		205.984	-	121.872	1.125		
Bancos Centrais		34.601	-				
Instituições de crédito		86.818	-	39.288	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes		83.464	-	81.054	290	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, HPI
Instrumentos de dívida e de patrimônio		1.101	-	1.530	835	Método do Valor Atual	Preços de Mercado FX, Curvas de taxa de juros
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente		63.974	4.532			Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e EO, Dividendos, Crédito, Outros
Instrumentos de patrimônio		1.908	3.418				
Instrumentos de dívida		58.680	37				
Empréstimos e adiantamentos		3.386	1.077				
Ativos financeiros disponíveis para venda				72.211	2.487		
Dívida e Instrumentos de patrimônio				72.211	2.487	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
PASSIVOS:		579.048	927	610.238	779		
Passivos financeiros mantidos para negociação		301.113	857	340.136	723		
Bancos centrais		-	-	1.120	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instituições de crédito		6.771	-	1.160	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Clientes		77.302	-	111.952	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Instrumentos de dívida emitidos		-	-	-	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Derivativos		217.040	857	225.900	723		
Swaps		164.558	463	178.943	397	Método do Valor Atual, Gaussian Copula (b)	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Basis, Liquidez, HPI
Opções sobre taxas de câmbio		2.018	70	1.975	36	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre taxas de juros		22.311	74	21.462	75	Modelo Black, modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Liquidez
Opções sobre índices e valores		6.824	250	6.067	163	Modelo Black-Scholes	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Futuros sobre taxas de juros e renda variável		8	-	4	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, Liquidez, HPI
Outros		21.321	-	17.449	52	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e EQ, Dividendos, Correlação, HPI, Crédito, Outros
Posições em títulos de curto prazo		-	-	4	-	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX e patrimônio líquido
Derivativos – hedge accounting		32.987	37	31.898	28		
Swaps		31.202	37	30.087	28	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX, Crédito, Basis
Opções sobre taxas de juros		839	-	1.140	-	Modelo Black	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX e liquidez
Outros		946	-	671	-	Método do Valor atual, Modelos avançados de volatilidade das ações e outros	Curvas de taxa de juros, Superfícies de Volatilidade, Preços de Mercado FX, Crédito, Liquidez, Outros
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados		241.467	33	233.765	28	Método do Valor Atual	Curvas de taxa de juros, Preços de Mercado FX
Passivos abrangidos por contratos de seguros ou resseguro		3.481	-	4.439	-		

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

- (a) Inclui, principalmente, empréstimos a curto prazo e aquisições temporárias de ativos com clientes corporativos (principalmente empresas de corretagem e investimento).
- (b) Inclui derivativos de risco de crédito com um valor justo líquido de 0 milhões de euros (0 milhões de reais) registrado nos balanços patrimoniais consolidados. Estes ativos e passivos são avaliados utilizando o Modelo Standard de Gaussian Copula.

As avaliações obtidas pelos modelos internos poderiam ser diferentes se tivessem sido aplicados outros métodos ou outras hipóteses no risco de juros, nos diferenciais de risco de crédito, de risco de mercado, de risco de câmbio, ou em suas correlações e volatilidades correspondentes. Apesar disso, os administradores do Banco consideram que o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados no balanço consolidado, bem como os resultados gerados por estes instrumentos financeiros, são razoáveis.

Instrumentos financeiros de Nível 3

A seguir, são descritos os principais instrumentos financeiros do Grupo avaliados com dados não observáveis de mercado que constituem informações significativas dos modelos internos (Nível 3):

- Instrumentos (empréstimos, instrumentos de dívida e derivativos) vinculados ao HPI (*Home Price Index*) na carteira do Santander UK. Mesmo quando as técnicas de avaliação destes instrumentos possam ser as mesmas utilizadas para avaliar produtos similares (valor atual no caso dos empréstimos e instrumentos de dívida, Black-Scholes para derivativos), os principais fatores usados na avaliação destes instrumentos são a taxa HPI à vista, a taxa de crescimento dessa taxa, a volatilidade as taxas de mortalidade, os quais não são sempre observáveis no mercado e, portanto, esses instrumentos seriam considerados ilíquidos.
 - Taxa HPI à vista: em alguns instrumentos, é utilizada a taxa NSA HPI à vista, diretamente observável e publicada mensalmente. Em outros, em que há a necessidade de utilizar as taxas HPI regionais (que são publicadas trimestralmente), são realizados ajustes para refletir a diferente composição de ambas as taxas e adequá-las à composição regional da carteira do Santander UK.
 - Taxa de crescimento HPI: nem sempre é diretamente observável no mercado, sobretudo com prazos longos; é estimada em função das cotações existentes. Para refletir a incerteza implícita em tais estimativas, são feitos ajustes com base na análise da volatilidade histórica do HPI, que incorporam reversões na média.
 - Volatilidade HPI: a volatilidade a longo prazo não é diretamente observável no mercado; porém, é estimada a partir de cotações a um prazo mais curto e efetuando um ajuste para refletir a incerteza existente, com base no desvio-padrão da volatilidade histórica em diferentes períodos de tempo.
 - Taxas de mortalidade: baseiam-se em tabelas oficiais publicadas, ajustadas para refletir a composição da carteira de clientes deste tipo de produtos no Santander UK.
- Derivativos de negociação sobre taxas de juros canceláveis (opção Bermuda) em que a principal informação não observável é a reversão à média das taxas de juros.
- Derivativos de negociação sobre taxas de juros, tomando como subjacente as securitizações de ativos e com a velocidade de amortização (CPR, Conditional Prepayment Rate - Taxa de Pré-pagamento Condicional) como principal input não observável.

O valor líquido registrado nos resultados do primeiro trimestre de 2018 resultante dos modelos de avaliação cujas informações significativas consistem em dados não observáveis de mercado (Nível 3) alcança 25 milhões de euros (100 milhões de reais) de perdas.

A seguir, apresentamos o efeito, em 31 de março de 2018 (IFRS 9), sobre o valor justo dos principais instrumentos financeiros classificados como de Nível 3 de uma variação razoável nas premissas empregadas na avaliação. Tais efeitos foram determinados aplicando as faixas prováveis de avaliação das principais informações não observáveis detalhadas na tabela a seguir:

Carteira/Instrumento (Nível 3) (*)	Técnicas de avaliação	Principais informações não observáveis	Faixa	Média ponderada	Impactos (em milhões de euros)	
					Cenário Desfavorável	Cenário Favorável
Ativos financeiros mantidos para negociação Derivativos	Método do valor atual	Curvas sobre índices TAB (**) Taxas de longo prazo em MXN	(a) (a)	(a) (a)	(0,4) (0,1)	0,4 0,1
	Método de valor atual, Black Scholes modificado	Taxa de crescimento prefixada do HPI HPI à vista	0%-5% n/a	2,52% 767.37(****)	(25,1) (8,8)	24,6 8,8
	Modelo de curva gaussiana	Volatilidade cambial a longo prazo	9%-17%	13,9%	(2,9)	0,4
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Probabilidade de default Reversão para a média da taxa de juros	0%-5% (2%)-2%	2,41% 0,0%	(2,4) (1,1)	2,2 1,1
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente Instrumentos de dívida e participações em capital	Método do valor atual, outros	Contingências por litígios	0%-100%	35%	(22,3)	12,0
	Método do valor atual, outros	Índice de inadimplência e pagamento antecipado, custo de capital, taxa de crescimento de lucros a longo prazo	(a)	(a)	(0,9)	0,9
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados Crédito a clientes	Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de opções europeias sobre HPI, usando o modelo de Black-Scholes Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de HPI prefixadas, usando o modelo do valor atual	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,65%	(6,7)	5,9
		Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,52%	(10,7)	10,5
		HPI à vista	n/a	767.37(****)	(15,4)	15,4
Passivos financeiros mantidos para negociação Derivativos	Método do valor atual Black Scholes modificado	Taxa de crescimento forward HPI à vista	0%-5% n/a	2,41% 715.01(****)	(8,0) (9,1)	7,4 9,9
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas sobre índices TAB (**) Reversão para a média da taxa de juros	(a) (2%)-2%	(a) 1,0%	- (0,6)	- 0,6
		Reversão para a média da taxa de juros	0,0001-0,03	0,01(****)	-	0,0
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	0,0001-0,03	0,01(****)	-	0,0
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	-	-	-	-	(b)	(b)

Carteira/Instrumento	Técnicas de avaliação	Principais informações não observáveis	Faixa	Média ponderada	Impactos (em milhões de reais)	
					Cenário Desfavorável	Cenário Favorável
(Nível 3) (*)						
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Derivativos	Método do valor atual	Curvas sobre índices TAB (**)	(a)	(a)	(1,8)	1,8
	Método de valor atual, Black Scholes modificado	Taxas de longo prazo em MXN	(a)	(a)	(0,3)	0,3
		Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,52%	(102,6)	100,9
		HPI à vista	n/a	767.37(***)	(36,0)	36,0
	Modelo de curva gaussiana	Volatilidade cambial a longo prazo	9%-17%	13,9%	(11,8)	1,8
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Probabilidade de default	0%-5%	2,41%	(9,7)	9,0
		Reversão para a média da taxa de juros	(2%)-2%	0,0%	(4,7)	4,7
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente						
Instrumentos de dívida e participações em capital	Método do valor atual, outros	Contingências por litígios	0%-100%	35%	(91,2)	49,1
	Método do valor atual, outros	Índice de inadimplência e pagamento antecipado, custo de capital, taxa de crescimento de lucros a longo prazo	(a)	(a)	(3,6)	3,6
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados						
Crédito a clientes	Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de opções europeias sobre HPI, usando o modelo de Black-Scholes	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,65%	(27,3)	24,2
Instrumentos de dívida e participações em capital	Conjunto ponderado por probabilidades (conforme taxas previstas de mortalidade) de HPI prefixadas, usando o modelo do valor atual	Taxa de crescimento prefixada do HPI	0%-5%	2,52%	(43,7)	42,9
		HPI à vista	n/a	767.37(***)	(63,2)	63,2
Passivos financeiros mantidos para negociação						
Derivativos	Método do valor atual Black Scholes modificado	Taxa de crescimento forward	0%-5%	2,41%	(32,7)	30,5
		HPI à vista	n/a	715.01(***)	(37,4)	40,7
	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Curvas sobre índices TAB (**)	(a)	(a)	-	-
		Reversão para a média da taxa de juros	(2%)-2%	1,0%	(2,3)	2,3
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	Modelos avançados multifatoriais de taxas de juros	Reversão para a média da taxa de juros	0,0001-0,03	0,01(****)	-	0,0
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	-	-	-	-	(b)	(b)

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) TAB: "Taxa Ativa Bancária" - taxas médias de juros de depósitos para 30, 90, 180 e 360 dias, publicadas pela Associação de Bancos e Instituições Financeiras (ABIF) do Chile, em moeda nominal (peso chileno) e em termos reais, ajustadas pela inflação (Unidade de Fomento - UF).

(***) Há um índice de HPI nacional e índices regionais. O valor HPI à vista reflete a média ponderada dos índices que correspondam às posições de cada carteira. O impacto observado consiste em um movimento de 10%.

(****) Valor médio teórico do parâmetro. A alteração realizada no cenário favorável é de 0,0001 a 0,03. O cenário desfavorável não é considerado por não haver margem para um movimento de baixa a partir do nível do parâmetro atual.

(a) O exercício foi feito para as informações não observáveis descritas na coluna "Principais informações não observáveis" em cenários prováveis. A faixa e o valor médio ponderado empregados não são mostrados porque a simulação foi feita de forma conjunta para suas diferentes informações ou variantes (p.ex., a informação TAB consiste em curvas de vetor-prazo para as quais existem também curvas nominais e indexadas à inflação), não sendo possível detalhar o resultado de forma isolada por tipologia de informação. No caso da curva TAB, obtém-se resultado em face de movimentos de +/-100 pb para a sensibilidade conjunta a esse índice em CLP e UF. O mesmo aplica-se às taxas de juros em MXN.

(b) O Grupo calcula o efeito potencial sobre a avaliação de cada um destes instrumentos de forma conjunta, não importando se sua avaliação individual seja positiva (Ativo) ou negativa (Passivo), detalhando tal efeito conjunto associado aos instrumentos correspondentes classificados no ativo do balanço consolidado.

Finalmente, apresentamos a seguir a movimentação dos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 no primeiro trimestre de 2018:

Milhões de euros (*)	01-01-2018	Movimentação							31-03-2018
	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras/ Emissões	Vendas/ Amortizações	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Transferências de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	437	-	(6)	-	27	-	11	2	471
Instrumentos de dívida e de patrimônio	32	-	-	-	-	-	-	-	32
Derivativos	405	-	(6)	-	27	-	11	2	439
<i>Swaps</i>	189	-	-	-	(9)	-	-	-	180
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	5	-	-	-	40	-	-	1	46
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	162	-	(3)	-	(5)	-	-	-	154
<i>Opções sobre índices e valores</i>	5	-	(1)	-	-	-	11	-	15
<i>Outros</i>	44	-	(2)	-	1	-	-	1	44
Derivativos – Hedge accounting (Ativo)	18	-	-	-	(1)	-	-	-	17
<i>Swaps</i>	18	-	-	-	(1)	-	-	-	17
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	1.050	-	(4)	-	(12)	-	-	3	1.037
Clientes	150	-	(3)	-	(2)	-	-	1	146
Instrumentos de dívida	518	-	(1)	-	(14)	-	-	2	505
Instrumentos de patrimônio	382	-	-	-	4	-	-	-	386
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	1.259	34	(22)	-	-	(165)	-	-	1.106
TOTAL DO ATIVO	2.764	34	(32)	-	14	(165)	11	5	2.631
Passivos financeiros mantidos para negociação	182	-	(3)	-	(13)	-	43	-	209
Derivativos	182	-	(3)	-	(13)	-	43	-	209
<i>Swaps</i>	100	-	-	-	(11)	-	24	-	113
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	9	-	-	-	7	-	-	1	17
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	19	-	-	-	(1)	-	-	-	18
<i>Opções sobre índices e valores</i>	41	-	(3)	-	(1)	-	24	-	61
<i>Outros</i>	13	-	-	-	(7)	-	(5)	(1)	-
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	7	-	-	-	2	-	-	-	9
<i>Swaps</i>	7	-	-	-	2	-	-	-	9
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	7	-	-	-	-	-	-	1	8
TOTAL DO PASSIVO	196	-	(3)	-	(11)	-	43	1	226

	01-01-2018	Movimentação							31-03-2018
Milhões de reais (*)	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)	Compras/ Emissões	Vendas/ Amortizações	Liquidações	Alterações em valor justo reconhecidas nos resultados	Alterações em valor justo reconhecidas no patrimônio	Transferências de níveis	Outros	Valor justo calculado com modelos internos (Nível 3)
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.737	-	(24)	-	108	-	44	62	1.927
Instrumentos de dívida e de patrimônio	127	-	-	-	-	-	-	4	131
Derivativos	1.610	-	(24)	-	108	-	44	58	1.796
<i>Swaps</i>	751	-	-	-	(36)	-	-	22	737
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	20	-	-	-	160	-	-	8	188
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	644	-	(12)	-	(20)	-	-	18	630
<i>Opções sobre índices e valores</i>	20	-	(4)	-	-	-	44	1	61
<i>Outros</i>	175	-	(8)	-	4	-	-	9	180
Derivativos – Hedge accounting (Ativo)	72	-	-	-	(4)	-	-	2	70
<i>Swaps</i>	72	-	-	-	(4)	-	-	2	70
Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	3.774	-	(16)	-	(48)	-	-	535	4.245
Clientes	539	-	(12)	-	(8)	-	-	79	598
Instrumentos de dívida	1.862	-	(4)	-	(56)	-	-	265	2.067
Instrumentos de patrimônio	1.373	-	-	-	16	-	-	191	1.580
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	5.011	136	(88)	-	-	(658)	-	131	4.532
TOTAL DO ATIVO	10.594	136	(128)	-	56	(658)	44	730	10.774
Passivos financeiros mantidos para negociação	723	-	(12)	-	(52)	-	172	26	857
Derivativos	723	-	(12)	-	(52)	-	172	26	857
<i>Swaps</i>	397	-	-	-	(44)	-	96	14	463
<i>Opções sobre taxa de câmbio</i>	36	-	-	-	28	-	-	6	70
<i>Opções sobre taxa de juros</i>	75	-	-	-	(4)	-	-	3	74
<i>Opções sobre índices e valores</i>	163	-	(12)	-	(4)	-	96	7	250
<i>Outros</i>	52	-	-	-	(28)	-	(20)	(4)	-
Derivativos – Hedge accounting (Passivo)	28	-	-	-	8	-	-	1	37
<i>Swaps</i>	28	-	-	-	8	-	-	1	37
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	28	-	-	-	-	-	-	5	33
TOTAL DO PASSIVO	779	-	(12)	-	(44)	-	172	32	927

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

b) Exposição do Grupo nos países periféricos da Europa

Em 31 de março de 2018 (IFRS 9) e em 31 de dezembro de 2017 (IAS 39), a discriminação (por tipos de instrumentos financeiros) da exposição das instituições de crédito do Grupo a riscos de soberania dos países periféricos da Europa, assim como as posições de curto prazo mantidas com eles, levando em consideração o perímetro estabelecido pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) nas análises feitas sobre as necessidades de capital das instituições de crédito europeias (ver Nota 54 da demonstração financeira consolidada do exercício 2017), era a seguinte:

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de março de 2018 (**)									
	Milhões de euros (*)								
	Instrumentos de dívida					Clientes (***)	Exposição direta líquida total (****)	MtM Derivativos (****)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros a custo amortizado			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	5.262	(4.790)	35.199	-	7.337	15.767	58.775	356	-
Portugal	155	(162)	4.384	-	273	3.302	7.952	-	-
Itália	555	(394)	2.109	-	410	17	2.697	(5)	5

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de março de 2018 (**)									
	Milhões de reais (*)								
	Instrumentos de dívida					Clientes (***)	Exposição direta líquida total (****)	MtM Derivativos (****)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros a custo amortizado			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	21.542	(19.609)	144.098	-	30.036	64.547	240.614	1.457	-
Portugal	635	(663)	17.947	-	1.118	13.518	32.555	-	-
Itália	2.272	(1.613)	8.634	-	1.678	70	11.041	(20)	20

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) Informação preparada com critérios EBA. Além disso, existe dívida pública no balanço de seguradoras no valor de 12.508 milhões de euros (51.205 milhões de reais) (dos quais 10.683, 1.360 e 2 milhões de euros (43.734, 5.568, 1.895 e 8 milhões de reais) correspondem a Espanha, Portugal, Itália e Irlanda, respectivamente) e exposições fora de balanço que não de derivativos – compromissos e riscos contingentes - no valor de 3.382 milhões de euros (13.846 milhões de reais) (2.878, 82 e 422 milhões de euros (11.782, 336 e 1.728 milhões de reais) com Espanha, Portugal e Itália respectivamente).

(***) São apresentados sem considerar as correções de valor constituídas (62 milhões de euros - 254 milhões de reais).

(****) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

(*****) Dentro das exposições diretas no Balanço, incluem-se 11.779 milhões de euros (48.221 milhões de reais) correspondentes ao Banco Popular e concentrados principalmente em valores representativos da dívida do Banco Popular.

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2017 (*)									
	Milhões de euros								
	Instrumentos de dívida					Crédito à Clientes (**)	Exposição direta líquida total (****)	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos Financeiros mantidos até o vencimento			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	6.940	(2.012)	37.748	1.585	1.906	16.470	62.637	(21)	-
Portugal	208	(155)	5.220	232	3	3.309	8.817	-	-
Itália	1.962	(483)	4.613	-	-	16	6.108	(5)	5

Risco soberano por país do emitente/devedor em 31 de dezembro de 2017 (*)									
	Milhões de reais								
	Instrumentos de dívida					Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total	MtM Derivativos (***)	
	Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Posições em títulos de curto prazo	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos Financeiros mantidos até o vencimento			Risco direto	Risco indireto (CDS)
Espanha	27.572	(7.993)	149.969	6.297	7.572	65.434	248.851	(83)	-
Portugal	826	(616)	20.739	922	12	13.146	35.029	-	-
Itália	7.795	(1.919)	18.327	-	-	64	24.267	(20)	20

(*) Informação preparada com critérios EBA. Além disso, existe dívida pública no balanço de seguradoras no valor de 11.673 milhões de euros (46.376 milhões de reais) (dos quais 10.079, 1.163 e 431 milhões de euros (40.043, 4.620 e 1.712 milhões de reais) correspondem a Espanha, Portugal e Itália, respectivamente) e exposições fora de balanço que não de derivativos – compromissos e riscos contingentes - no valor de 3.596 milhões de euros (14.287 milhões de reais) (3.010, 146 e 440 milhões de euros (11.958, 580 e 1.748 milhões de reais) com Espanha, Portugal e Itália respectivamente).

(**) São apresentados sem considerar as correções de valor constituídas (31 milhões de euros - 123 milhões de reais).

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

(****) Dentro das exposições diretas no Balanço, incluem-se 19.601 milhões de euros (77.873 milhões de reais) concentrados principalmente em valores representativos da dívida no Grupo Banco Popular.

Por outro lado, discriminamos a seguir os outros riscos a que o Grupo está sujeito nos países mencionados com outras contrapartes (setor privado, bancos centrais e outras instituições públicas não consideradas como risco de soberania) em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017:

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de março de 2018 (****)										
	Milhões de euros (*)									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total (****)	MtM Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros a custo amortizado			Derivados diferentes de CDSs	CDSs
Espanha	35.312	10.848	493	2.486	360	4.785	209.946	264.230	3.198	11
Portugal	742	-	184	115	-	4.083	34.972	40.096	1.323	-
Itália	18	5.632	409	862	-	-	9.798	16.719	202	-
Grécia	-	-	-	-	-	-	58	58	30	-
Irlanda	-	-	45	537	841	33	2.376	3.832	117	-

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de março de 2018 (****)										
	Milhões de reais (*)									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total (****)	MtM Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	Ativos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros a custo amortizado			Derivados diferentes de CDSs	CDSs
Espanha	144.560	44.410	2.018	10.177	1.474	19.589	859.477	1.081.705	13.092	45
Portugal	3.038	-	753	471	-	16.715	143.168	164.145	5.416	-
Itália	74	23.056	1.674	3.529	-	-	40.111	68.444	827	-
Grécia	-	-	-	-	-	-	237	237	123	-
Irlanda	-	-	184	2.198	3.443	135	9.727	15.687	479	-

(*) Ver reconciliação da IAS 39 em 31 de dezembro de 2017 para a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 (Nota 1.b).

(**) Além disso, o Grupo conta com exposições fora do balanço diferentes de derivativos - compromissos e riscos contingentes - no valor de 79.512, 9.461, 4.666, 201 e 762 milhões de euros (325.506, 38.731, 19.102, 823 e 3.119 milhões de reais) dos quais o Grupo Banco Popular 10.582 milhões de euros (43.321 milhões de reais) com contrapartes na Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda, respectivamente.

(***) São apresentados sem considerar os ajustes por valorização nem as correções de valor por impairment constituídas de 10.951 milhões de euros (44.831 milhões de reais), sendo que aproximadamente 3.607 milhões de euros (14.766 milhões de reais) procedem da exposição do Grupo Banco Popular.

(****) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

(*****) Dentro das exposições diretas no Balanço, incluem-se 76.013 milhões de euros e 311.182 milhões de reais) concentrados principalmente em créditos a clientes no Grupo Banco Popular.

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de dezembro de 2017 (*)										
	Milhões de euros									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total (****)	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Derivativos excluindo CDSs	CDSs
Espanha	36.091	6.932	623	4.784	2.880	-	210.976	262.286	2.299	2
Portugal	761	178	160	764	4.007	106	35.650	41.626	1.416	-
Itália	17	2.416	438	1.010	-	-	10.015	13.896	211	5
Grécia	-	-	-	-	-	-	56	56	30	-
Irlanda	-	-	20	476	584	-	1.981	3.061	79	-

Risco com as outras contrapartes por país do emissor/devedor em 31 de dezembro de 2017 (*)										
	Milhões de reais									
	Depósitos em bancos centrais	Aquisições temporárias de ativos	Instrumentos de dívida				Crédito a clientes (**)	Exposição direta líquida total (****)	Derivativos (***)	
			Ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mantidos até o vencimento			Derivativos excluindo CDSs	CDSs
Espanha	143.386	27.540	2.475	19.006	11.442	-	838.187	1.042.036	9.134	8
Portugal	3.023	707	636	3.035	15.919	421	141.634	163.375	5.626	-
Itália	68	9.599	1.740	4.013	-	-	39.789	55.209	838	20
Grécia	-	-	-	-	-	-	222	222	119	-
Irlanda	-	-	79	1.891	2.320	-	7.870	12.160	314	-

(*) Além disso, o Grupo conta com exposições fora do balanço diferentes de derivativos - compromissos e riscos contingentes - no valor de 81.072, 8.936, 4.310, 200 e 714 milhões de euros (322.091, 35.502, 17.123, 795 e 2.837 milhões de reais) dos quais o Grupo Banco Popular 15.460 milhões de euros (61.421 milhões de reais) com contrapartes em Espanha, Portugal, Itália, Grécia e Irlanda, respectivamente.

(**) São apresentados sem considerar os ajustes por valorização nem as correções de valor por impairment constituídas de 10.653 milhões de euros (42.323 milhões de reais), sendo que aproximadamente 3.986 milhões de euros (15.836 milhões de reais) procedem da exposição do Grupo Banco Popular.

(***) Derivativos diferentes de CDS referem-se à exposição dos derivativos em função da localização da contrapartida, independentemente da localização do subjacente. CDS refere-se à exposição dos CDS em função da localização do subjacente.

(****) Dentro das exposições diretas no Balanço, incluem-se 83.625 milhões de euros e 332.234 milhões de reais correspondentes ao Banco Popular concentrados principalmente em créditos a clientes.

A seguir, apresentamos informações sobre os valores nominais correspondentes aos CDS descritos nas tabelas anteriores em 31 de março 2018 e 31 de dezembro de 2017:

31/03/2018							
Milhões de euros							
		Valor nominal			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	399	443	(44)	(4)	15	11
Portugal	Soberania	24	127	(103)	(1)	1	-
	Outros	1	1	-	-	-	-
Itália	Soberania	65	551	(486)	-	5	5
	Outros	377	244	133	(7)	7	-

31/03/2018							
Milhões de reais							
		Valor nominal			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	1.633	1.813	(180)	(16)	61	45
Portugal	Soberania	98	520	(422)	(4)	4	-
	Outros	4	4	-	-	-	-
Itália	Soberania	266	2.256	(1.990)	-	20	20
	Outros	1.543	999	544	(29)	29	-

31-12-17							
Milhões de euros							
		Valor nominal			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	324	499	(175)	(3)	5	2
Portugal	Soberania	25	128	(103)	(1)	1	-
	Outros	1	1	-	-	-	-
Itália	Soberania	25	450	(425)	-	5	5
	Outros	225	201	24	(3)	8	5

31-12-17							
Milhões de reais							
		Valor nominal			Valor justo		
		Comprado	Vendido	Líquido	Comprado	Vendido	Líquido
Espanha	Soberania	-	-	-	-	-	-
	Outros	1.287	1.982	(695)	(12)	20	8
Portugal	Soberania	99	508	(409)	(4)	4	-
	Outros	4	4	-	-	-	-
Itália	Soberania	99	1.787	(1.688)	-	20	20
	Outros	894	799	95	(12)	32	20

BANCO SANTANDER, S.A. e empresas do Grupo Santander

Relatório da Administração intermediário consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2018

Cenário externo geral

O Grupo Santander desenvolveu sua atividade em um ambiente econômico que continuou a se fortalecer, com perspectivas de que o crescimento mundial fique em aproximadamente 4% em 2018, acima dos registrados nos últimos anos. As economias avançadas nas quais o Banco desenvolve sua atividade melhoraram o ritmo, sobretudo na Zona do Euro e nos Estados Unidos, enquanto nas emergentes a recuperação está se consolidando no Brasil e na Argentina, e o México fortaleceu sua posição.

Por sua vez, as taxas de juros nos Estados Unidos e no México aumentaram no primeiro trimestre, enquanto o Brasil continuou com seu processo de reduções. Os demais bancos centrais mantiveram suas principais referências.

Por último, o euro se fortaleceu no trimestre em relação às moedas dos principais países em que o Grupo opera.

- Zona do Euro (PIB: +2,5% em 2017). Houve uma aceleração da expansão, reduzindo as divergências por países. Apesar disso, a inflação continua baixa e os aumentos salariais são moderados. O BCE está reduzindo as compras de ativos, porém, suas mensagens sugerem que manterá as taxas de juros sem alterações em 2018.
- Espanha (PIB: +3,1% em 2017). O PIB manteve um forte crescimento, com uma composição equilibrada entre demanda interna e exportações que permitiu conservar um superávit exterior (2% de PIB). A taxa de desemprego baixou para 16,6% no quarto trimestre de 2017 e a inflação se manteve reduzida (1,2% em março).
- Polônia (PIB: +4,5% em 2017). O PIB cresceu com força em 2017. Com o crescimento do emprego, a taxa de desemprego diminuiu para 4,5% no quarto trimestre de 2017 (mínimo histórico). Em fevereiro, a inflação ficou em 1,3% (abaixo do objetivo do Banco Central). A taxa de juros oficial não sofreu alterações (1,5%).
- Portugal (PIB: +2,7% em 2017). As perspectivas para 2018 são de moderação, mas com um crescimento equilibrado. A taxa de desemprego continuou baixando (8,1% no quarto trimestre de 2017) e a inflação foi de 0,7% em fevereiro. O déficit público diminuiu para 1,1% do PIB em 2017.
- Reino Unido (PIB: +1,8% em 2017). A economia manteve um crescimento bastante estável em 2017 (1,8% vs 1,9% em 2016). A inflação (2,7% em fevereiro), afetada pela depreciação acumulada da libra, diminuirá em 2018. A taxa de desemprego (4,3%) continua muito próxima do pleno emprego. A taxa de juros oficial (0,5%) poderia aumentar em maio.
- Brasil (PIB: +1,0% em 2017). A economia consolidou sua recuperação no quarto trimestre de 2017, com o apoio do consumo privado e do investimento. A inflação permanece em taxas reduzidas, 2,7% em março (inferior ao objetivo de 4,5%) e o Banco Central continuou cortando a taxa oficial, chegando a 6,50% em março, o mínimo histórico.
- México (PIB: +2,0% em 2017). Houve uma aceleração do PIB no quarto trimestre de 2017, impulsionado pelo setor de serviços e pelas exportações. Em março a inflação foi moderada, de 5,0%, e as expectativas em médio prazo se mantêm inalteradas. No primeiro trimestre de 2018, o Banco Central aumentou a taxa oficial em 25 p.b., que alcançou 7,50%.

- Chile (PIB: +1,5% em 2017). A economia registrou uma importante aceleração no segundo semestre, com uma recuperação incipiente dos investimentos. A inflação continua baixa, em 1,8% em março, e o Banco Central mantém a taxa de juros oficial em 2,5%, sem modificações desde maio de 2017.
- Argentina (PIB: +2,9% em 2017). O PIB cresceu para taxas próximas a 4% no segundo semestre de 2017, impulsionado pela solidez dos investimentos. A inflação aumentou ligeiramente no primeiro trimestre de 2018, devido ao aumento de tarifas, mas as expectativas de moderação para 2018 continuam.
- Estados Unidos (PIB: +2,3% em 2017). O PIB manteve um crescimento sólido no quarto trimestre de 2017 e a taxa de desemprego diminuiu para 4,1%. A inflação permanece moderada, mas vem ganhando impulso e o Fed continua normalizando sua política monetária. Em março aumentou a taxa dos fundos federais em 25 p.b., chegando a 1,5-1,75%.

Resumo do período para o Grupo Santander

No primeiro trimestre de 2018, o Grupo Santander desenvolveu sua atividade em um ambiente econômico mais positivo que nos últimos anos. Nesse ambiente, a solidez do nosso negócio nos permitiu alcançar um crescimento do lucro do Grupo de dois dígitos. O RoTE situa-se entre os melhores dos bancos europeus e continuamos compatibilizando o crescimento do balanço com a melhora dos índices de capital.

1. Crescimento

A estratégia do Santander foca na vinculação e na fidelização de clientes. Assim, o número de clientes vinculados aumentou em 3,3 milhões nos últimos doze meses (+22%), com um incremento tanto em pessoas físicas como em empresas. O número de clientes digitais aumentou em 5,2 milhões desde março de 2017, como reflexo do fortalecimento da multicanalidade. Esses aumentos foram favorecidos pela incorporação dos clientes do Banco Popular em março de 2018.

Nos últimos doze meses e em moeda local os créditos avançaram 13%, com crescimentos nos principais segmentos e em 9 das 10 principais unidades. Os recursos aumentaram 16%, com maiores saldos à vista, a prazo e dos fundos de investimento. Crescimento em 8 das 10 principais unidades.

2. Rentabilidade

A maior vinculação de clientes gera um forte crescimento das receitas de comissões, enquanto a digitalização e a excelência operacional permitem manter um índice de eficiência de 47,4%, em linha com o encerramento de 2017.

O crescimento de receitas, a gestão de despesas e a melhora do custo do crédito permitiram um aumento do lucro atribuível de 10%. Sem o efeito das taxas de câmbio, o aumento foi de 22%, com crescimento em 8 das 10 principais unidades. Por sua vez, o RoTE subiu para 12,4%.

3. Solidez

CET1 fully loaded de 11,00%. Aumento de 16 p.b. no trimestre e de 34 p.b. em doze meses. Em termos de phase-in, o índice de capital total é de 14,66% e o CET1 de 11,19%, cumprindo os índices mínimos exigidos pelo BCE de 12,156% no índice total e 8,656% no CET1.

O índice de inadimplência melhorou novamente no trimestre, ficando em 135 p.b. desde a entrada do Popular em junho de 2017. A cobertura subiu 5 p.p. no trimestre, favorecida pela primeira aplicação do IFRS 9.

4. Áreas de negócios (variações sem impacto de taxa de câmbio)

A Europa continental obteve um lucro atribuível de 931 milhões de euros no primeiro trimestre de 2018, com um aumento anual de 21%. Este crescimento apoia-se principalmente no aumento de receitas comerciais e foi favorecido em parte pela integração do Banco Popular e pelo aumento da participação na Santander Asset Management. Todas as unidades aumentaram o lucro nesse período.

Reino Unido: um ambiente com algumas incertezas devido ao Brexit e à elevada concorrência, o lucro atribuível foi de 320 milhões de euros, 21% inferior ao do primeiro trimestre de 2017. Esta evolução reflete a pressão nas margens, investimentos em projetos estratégicos e regulatórias, e o aumento das provisões em relação ao primeiro trimestre de 2017, no qual o custo do crédito foi praticamente zero.

América Latina: lucro de 1.099 milhões de euros, com um aumento anual de 23%. Este crescimento apoia-se principalmente na boa evolução da margem de juros e comissões, como reflexo do crescimento de volumes, melhora de spreads e uma maior vinculação. As despesas cresceram principalmente devido ao plano de investimentos no México e à ampliação e transformação da rede na Argentina, que também foi afetada pela incorporação da divisão de banco de varejo do Citibank. O crescimento das provisões é explicado pelo aumento de volumes e por algum caso pontual do GCB.

EUA: lucro de 125 milhões de euros, 52% superior ao de março de 2017, principalmente devido aos maiores resultados de operações financeiras, às menores provisões e ao controle de despesas, que compensam a queda das receitas associada aos menores volumes e à diminuição de spreads, e às menores comissões de *servicing*.

Resultados do Grupo Santander

A seguir, detalhamos a evolução dos resultados do período janeiro-março de 2018, comparados com os de janeiro-março de 2017.

Demonstrações consolidadas
Milhões de euros

	1T'18	1T'17
Receitas de juros	13.340	14.523
Despesas de juros	(4.886)	(6.121)
Margem de juros	8.454	8.402
Receitas de dividendos	35	41
Resultado de instituições avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	178	133
Receitas de comissões	3.738	3.587
Despesas por comissões	(784)	(743)
Ganhos ou perdas com ativos e passivos financeiros não avaliados em valor justo com alterações no resultado	127	156
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros mantidos para negociação	449	769
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros não destinados à negociação avaliados obrigatoriamente em valor justo com alterações nos resultados	5	
Ganhos ou perdas por ativos e passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	16	(12)
Ganhos ou perdas resultantes de derivativos	(29)	(37)
Diferenças de câmbio líquidas	(73)	(304)
Outras receitas operacionais	411	427
Outras despesas operacionais	(390)	(404)
Receitas de ativos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	910	743
Despesas de passivos abrangidos por contratos de seguro ou resseguro	(896)	(729)
Margem bruta	12.151	12.029
Despesas administrativas	(5.151)	(4.914)
Despesas com pessoal	(3.000)	(2.912)
Outras despesas administrativas	(2.151)	(2.002)
Amortização	(613)	(629)
Provisões ou reversão de provisões	(370)	(665)
Provisão para perdas com ativos financeiros não avaliados em valor justo com alterações nos resultados	(2.297)	(2.416)
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	(10)	
Ativos financeiros pelo custo amortizado	(2.287)	
Ativos financeiros avaliados por custo		(7)
Ativos financeiros disponíveis para venda		—
Empréstimos e recebíveis		(2.409)
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		—
Provisão para perdas com investimentos em negócios conjuntos ou associadas	—	—
Provisão ou reversão com ativos não financeiros	(9)	(51)
Ativos tangíveis	(10)	(12)
Ativos intangíveis	—	—
Outros	1	(39)
Ganhos ou perdas com a alienação de ativos não financeiros, líquidos	20	11
Deságio reconhecido no resultado	—	—
Ganhos ou perdas procedentes de ativos não correntes disponíveis para vendas de operações descontinuadas	(42)	(54)
Ganhos ou perdas antes de impostos	3.689	3.311
Despesas ou receitas de impostos sobre os resultados das atividades continuadas	(1.280)	(1.125)
Ganhos ou perdas depois de impostos	2.409	2.186
Ganhos ou perdas depois de impostos procedentes de atividades descontinuadas	—	—
Resultado do período	2.409	2.186
Atribuível a acionistas não controladores (participações não controladoras)	355	319
Atribuível aos proprietários da controladora	2.054	1.867

Para facilitar a comparação entre ambos os períodos, apresentamos a seguir a demonstração de resultados resumida, que adicionalmente apresenta margens diferentes daquelas da demonstração anterior, bem como a margem líquida.

Demonstração de resultados de gestão resumida

Milhões de euros

	1T'18	1T'17
Margem de juros	8.454	8.402
Comissões líquidas	2.955	2.844
Resultados líquidos de operações financeiras	493	573
Outras receitas	249	211
Margem bruta	12.151	12.029
Despesas totais	(5.764)	(5.543)
Despesas administrativas	(5.151)	(4.915)
Despesas de pessoal	(3.000)	(2.912)
Outras despesas administrativas	(2.151)	(2.002)
Amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(613)	(629)
Margem líquida	6.387	6.486
Provisões para perdas com créditos	(2.282)	(2.400)
Perdas com outros ativos	(24)	(68)
Outros resultados e provisões	(392)	(707)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro (ordinário)	3.689	3.311
Imposto de renda	(1.280)	(1.125)
Lucro líquido das operações continuadas (ordinário)	2.409	2.186
Resultado de operações descontinuadas (líquida)	—	—
Lucro líquido do período (ordinário)	2.409	2.186
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	355	319
Lucro líquido atribuível à Controladora (ordinário)	2.054	1.867
Líquido de ganhos e saneamentos	—	—
Lucro líquido atribuível à Controladora	2.054	1.867

Resultados

No primeiro trimestre do exercício de 2018, o lucro atribuível ao Grupo foi de 2.054 milhões de euros, 10% superior ao obtido no primeiro trimestre de 2017.

Essa evolução foi afetada positivamente pela incorporação do Banco Popular e pela maior participação no Santander Asset Management, e negativamente, pelas taxas de câmbio.

Sem a incidência das taxas de câmbio, o avanço registrado em relação ao primeiro trimestre de 2017 foi de 22%.

Nos comentários que figuram a seguir, e a fim de oferecer uma melhor comparação e análise da gestão realizada, não foi considerada a evolução das taxas de câmbio.

Receitas

Nossa estrutura de receitas, em que a margem de juros e as comissões representam 94% do total de receitas, muito acima da média dos nossos competidores, permite seu crescimento consistente e recorrente. Dessa forma, a margem bruta registrou um aumento de 11%, com os detalhes a seguir:

A margem de juros subiu 11%. Tal crescimento deveu-se aos maiores volumes de créditos e depósitos, principalmente nos países emergentes, com a entrada do Banco Popular, e à gestão de margens.

Por unidades todas subiram, com exceção do Reino Unido, que foi afetado pela pressão de margens na nova produção e saldos SVR (Standard Variable Rates), e dos Estados Unidos, que foram afetados pela redução de saldos na carteira de veículos e pela diminuição de spreads. Essas receitas menores foram compensadas com menores provisões.

As receitas de comissões subiram 14%, acelerando em relação aos anos anteriores, como reflexo da maior atividade e vinculação dos nossos clientes, junto com uma estratégia de crescimento em serviços e produtos de maior valor agregado e em áreas de baixo consumo de capital, nas quais se enquadra o aumento da participação no Santander Asset Management. Por negócios, registrou-se um aumento tanto das procedentes do Banco Comercial (77% do total) como das do GCB e Wealth Management.

Das demais receitas, os resultados por operações financeiras (ROF), que representam apenas 4% das receitas, diminuiram 4% e o conjunto de dividendos, equivalência patrimonial e outros aumentaram em 58 milhões de euros, em parte devido aos maiores resultados por *leasing* nos Estados Unidos.

Despesas

As despesas subiram 13%, como consequência do perímetro e da inflação em alguns países. Em termos reais (sem inflação nem perímetro), aumento de 2%, principalmente em virtude dos investimentos em transformação e digitalização. As medidas de otimização em curso nos processos de integração serão refletidas na consecução de sinergias futuras.

Por unidades, destaque para as quedas em termos reais de despesas de Portugal e dos Estados Unidos, e que permaneceram praticamente estáveis no Santander Consumer Finance, na Polônia e no Chile. Os principais aumentos foram registrados no México, em virtude do plano de investimentos em infraestrutura; na Argentina, devido à incorporação do Citibank, ao efeito da revisão do convênio salarial e aos investimentos em transformação e tecnologia; e no Reino Unido, devido aos investimentos que estão sendo feitos em projetos regulatórios, em tecnologia e em transformação.

Por último, leve aumento no Brasil, derivado do crescimento do negócio, e na Espanha, nos quais aumentam em doze meses, mas já se observa uma redução trimestral, como primeiros reflexos do plano de otimização.

Em resumo, mantemos nosso foco na excelência operacional para continuarmos sendo líderes no setor em termos de eficiência, enquanto trabalhamos para melhorar a experiência dos nossos clientes.

Provisões de crédito

Em riscos, boa evolução dos índices de qualidade do crédito. Tanto o índice de inadimplência como o de cobertura e o custo do crédito melhoraram em relação ao encerramento de 2017. Por sua vez, as provisões de crédito aumentaram na maior parte das geografias como consequência, em parte, dos crescimentos em volumes e, em parte, devido às maiores vendas de carteiras e liberações realizadas no ano passado.

Com essa evolução, o custo do crédito passou de 1,17% em março de 2017 para 1,04% em março de 2018, mantendo-se melhor que o objetivo que anunciamos no Investor Day.

Outros resultados e provisões

O conjunto de outros resultados e provisões contabiliza uma cifra negativa de 416 milhões de euros, 42% inferior à do primeiro trimestre de 2017. Nesses itens, são contabilizadas provisões de natureza muito diversa, assim como ganhos, perdas e depreciação de ativos. A forte queda em relação ao ano passado ocorreu principalmente devido ao Brasil, sendo motivada por menores provisões para contingências legais e trabalhistas.

Lucro e rentabilidade

O lucro antes de impostos aumentou 23% e o lucro atribuível 22%, com uma taxa fiscal de 35%, ligeiramente superior à do ano passado.

Registra-se também aumento do RoTE (12,4%) e do RoRWA (1,59%) em relação ao primeiro trimestre de 2017 e ao acumulado do ano de 2017. Ambos são os maiores dos dois últimos exercícios.

O lucro por ação (LPA) ficou em 0,120 euros, igual ao do primeiro trimestre de 2017, e foi afetado pela ampliação de capital realizada no ano passado.

Balanço do Grupo Santander (números com variações março 2018 – dezembro 2017)

A seguir, apresentamos o balanço resumido no encerramento de março de 2018, comparado com o de dezembro de 2017.

Balço patrimonial resumido consolidado

Milhões de euros

	Mar-18	Dez-17
Ativo		
Dinheiro, saldos em dinheiro em bancos centrais e outros depósitos à vista	100.673	110.995
Ativos financeiros mantidos para negociar	124.591	125.458
<i>Instrumentos de dívida</i>	32.059	36.351
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	17.941	21.353
<i>Empréstimos e abonos a clientes</i>	10.630	8.815
<i>Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito</i>	8.394	1.696
<i>Derivativos</i>	55.567	57.243
Ativos financeiros por valor justo com alterações em resultados	58.214	34.781
<i>Empréstimos e abonos a clientes</i>	20.716	20.475
<i>Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito</i>	29.658	9.889
<i>Outros (instrumentos de dívida e de patrimônio)</i>	7.840	4.417
Ativos financeiros em valor justo com alterações em outro resultado abrangente	123.285	133.271
<i>Instrumentos de dívida</i>	119.267	128.481
<i>Instrumentos de patrimônio</i>	2.929	4.790
<i>Empréstimos e abonos a clientes</i>	1.089	—
<i>Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito</i>	—	—
Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	915.454	916.504
<i>Instrumentos de dívida</i>	41.047	31.034
<i>Empréstimos e abonos a clientes</i>	824.193	819.625
<i>Empréstimos e abonos a bancos centrais e entidades de crédito</i>	50.214	65.845
Investimentos em negócios conjuntos e associados	9.155	6.184
Ativos tangíveis	21.912	22.975
Ativos intangíveis	28.523	28.683
<i>Ágio</i>	25.612	25.769
<i>Outros ativos intangíveis</i>	2.911	2.914
Outros ativos	56.663	65.454
Total ativo	1.438.470	1.444.305
Passivo e patrimônio líquido		
Passivos financeiros mantidos para negociar	95.172	107.624
<i>Depósitos de clientes</i>	18.881	28.179
<i>Obrigação por emissão de títulos</i>	—	—
<i>Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito</i>	1.654	574
<i>Derivativos</i>	54.163	57.892
<i>Outros</i>	20.474	20.979
Passivos financeiros designados em valor justo com alterações nos resultados	59.706	59.617
<i>Depósitos de clientes</i>	32.477	28.945
<i>Obrigação por emissão de títulos</i>	2.445	3.056
<i>Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito</i>	24.784	27.027
<i>Outros</i>	—	589
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	1.134.513	1.126.069
<i>Depósitos de clientes</i>	715.981	720.606
<i>Obrigação por emissão de títulos</i>	221.540	214.910
<i>Depósitos captados junto à bancos centrais e à instituições de crédito</i>	166.925	162.714
<i>Outros</i>	30.067	27.839
Passivos abrangidos por contratos de seguro	850	1.117
Provisões	14.284	14.490
Outros passivos	28.479	28.556
Total passivo	1.333.004	1.337.472
Fundos próprios	117.451	116.265
<i>Capital</i>	8.068	8.068
<i>Reservas</i>	107.329	103.608
<i>Lucro líquido atribuível à Controladora</i>	2.054	6.619
<i>Menos: dividendos e remunerações</i>	—	(2.029)
Outro resultado global acumulado	(22.483)	(21.777)
Participação de acionistas não controladores	10.498	12.344
Patrimônio líquido total	105.466	106.832
Total passivo e patrimônio líquido	1.438.470	1.444.305

Nota: Em razão da aplicação da NIIF 9 com data 1 de janeiro de 2018 e a eleição de não reexpresar os estados financeiros comparativos, tal e como permite a própria norma, os estados financeiros do primeiro trimestre de 2018 não podem ser comparados com os de períodos anteriores. Deste modo, para facilitar a comparabilidade, considerando a escassa significatividade das reclassificações de carteiras e mudança das respectivas nomenclaturas, as de 2017 foram reorganizadas de acordo com seu propósito e método de avaliação. O ajuste da primeira aplicação, em 1 de janeiro de 2018, implicou um aumento das carteiras avaliadas em valor justo de 1,8% e uma diminuição das avaliadas a custo amortizado de 0,8% incluindo o aumento do fundo de depreciação desses ativos de aproximadamente 2.000 milhões de euros. O débito no patrimônio líquido foi de cerca de menos de 1.500 milhão de euros.

Para uma melhor avaliação da gestão do Grupo Santander no período considerado, os comentários que figuram a seguir são realizados sem o efeito das taxas de câmbio, embora para o conjunto do Grupo praticamente não interferem na evolução dos saldos, tanto de créditos como de recursos.

O crédito líquido concedido a clientes registrou um aumento de 1% em relação ao encerramento de 2017.

Em termos brutos e sem “reverse repos”, o crédito praticamente não registrou variação (+0,3%), com a seguinte evolução por geografias:

- Aumento de 3% nas emergentes, entre as quais destacam-se Argentina (+11%), Chile (+3%) e Brasil (+3%).
- Por outro lado, o conjunto de países desenvolvidos mantém seus saldos estáveis.

Estes créditos mostraram uma estrutura equilibrada: pessoas físicas (46%), consumo (16%), PME e empresas (28%) e GCB (10%).

No lado do passivo, os depósitos de clientes diminuíram 1%.

Sem considerar os “repos”, os depósitos praticamente se repetem e, por sua vez, os fundos de investimento registram um avanço de 2%.

Assim, o conjunto de recursos (depósitos sem “repos” e fundos de investimento) praticamente não registrou variação (+0,5%) em relação a dezembro de 2017, devido à queda em Espanha e Reino Unido, aumentando, por sua vez, nas demais unidades. Por regiões:

- Todas as unidades em mercados emergentes aumentaram em suas moedas, destacando-se o crescimento da Argentina e do Brasil.
- Com respeito aos desenvolvidos, também apresentaram evolução positiva, com as únicas reduções na Espanha, onde estamos seguindo uma estratégia de redução de saldos caros procedentes do Banco Popular, e no Reino Unido, onde também estão sendo reduzidos os saldos a prazo.

Os recursos de clientes mostraram uma estrutura bem diversificada por produtos: 59% corresponde aos saldos à vista, 22% aos saldos a prazo e 19% aos fundos de investimento.

A evolução dos créditos e recursos fez com que o índice de créditos sobre depósitos ficasse em 112% (109% no encerramento de 2017).

Junto à captação de depósitos de clientes, o Grupo Santander considera como de valor estratégico a continuação de uma política seletiva de emissão nos mercados internacionais de renda fixa, procurando adaptar a frequência e o volume das operações do mercado às necessidades estruturais de liquidez de cada unidade, bem como à receptividade de cada mercado.

Nos três primeiros meses de 2018, realizaram-se:

- Emissões de médio e longo prazo de títulos de dívida sênior no valor de 4.678 milhões de euros e de covered bonds colocados no mercado no valor de 1.566 milhões de euros. Securitizações colocadas no mercado no valor de 3.645 milhões de euros.
- Emissões elegíveis a TLAC (Total Loss-Absorbing Capacity) com o objetivo de fortalecer a situação do Grupo, no montante de 6.154 milhões de euros (senior non-preferred: 3.404 milhões; dívida subordinada: 1.250 milhões; preferenciais: 1.500 milhões).
- Por sua vez, os vencimentos de dívida em médio e longo prazo foram de 8.016 milhões de euros.

O acesso do Grupo aos mercados de financiamento de atacado, bem como as despesas relativas às emissões, dependem, em parte, das classificações das agências de rating.

Em 31 de março de 2018, as classificações da dívida em longo prazo com as principais agências eram: A3 com a Moody's, A- com a Fitch, A- com a S&P e A com a DBRS.

A metodologia das agências limita, em alguns casos, o rating de um banco acima do rating soberano de sua sede.

Em 6 de abril de 2018, a S&P melhorou a classificação de A- para A, após o aumento do rating soberano espanhol; em 12 de abril, a DBRS subiu sua classificação de A para A (alto), e em 17 de abril, a Moody's melhorou a sua de A3 para A2. Assim, o Santander mantém uma classificação acima da dívida soberana de sua sede com essas agências. Essas classificações superiores ao rating soberano são reconhecimentos da solidez financeira e da diversificação do Santander.

Gestão do risco

O índice de inadimplência do Grupo foi de 4,02% em 31 de março de 2018, com o qual mantém uma tendência favorável e uma melhora de seis pontos-base em relação ao encerramento de dezembro de 2017 (4,08%).

Por sua vez, a cobertura aumentou cinco pontos percentuais, alcançando 70%, favorecida pela entrada em vigor da norma de provisões por perda esperada (IFRS 9). Este aumento foi registrado em praticamente todas as unidades.

Exposição imobiliária na Espanha

Como foi anunciado após a aquisição do Banco Popular, e com a intenção de reduzir os ativos improdutivos do Grupo Santander a níveis pouco relevantes, em 8 de agosto do ano passado, o Banco Popular formalizou com o fundo Blackstone os contratos para a aquisição pelo fundo de 51%, e portanto do controle, do negócio imobiliário do Banco Popular integrado pela carteira de imóveis recuperados, créditos duvidosos procedentes do setor imobiliário e outros ativos relacionados com esta atividade do Banco Popular e suas filiais.

Tal e como estava previsto, no primeiro trimestre de 2018 a operação foi concluída uma vez obtidas as autorizações regulatórias pertinentes, o que permitirá ao Santander focar na integração do Popular e limita incertezas sobre possíveis perdas adicionais relacionadas com a exposição imobiliária.

O fechamento da operação implica na criação de uma empresa controlada pelo fundo Blackstone na qual o Santander participa com 49%, à qual o Banco Popular transferiu o negócio constituído pelos ativos referidos e 100% do capital social da Aliseda.

A operação não implica para o Banco Popular e o Banco Santander resultados significativos. O impacto positivo no índice CET 1 fully-loaded do Grupo Santander foi de 10 pontos-base.

Depois desta operação, o conjunto da Atividade Imobiliária na Espanha tem uma exposição líquida de 5.200 milhões de euros, com uma cobertura de 50%. Dos quais: ativos imobiliários no valor líquido de 4.000 milhões de euros e cobertura de 51% e créditos imobiliários no valor de 1.200 milhões de euros e cobertura de 43%.

Índice de solvência

Em termos regulatórios (*phased-in*), em 31 de março de 2018, o índice de capital total foi de 14,66% e o CET1, de 11,19%. Com isso, cumprimos os índices mínimos exigidos pelo Banco Central Europeu em base consolidada, que ficaram em 12,156% no índice de capital total e de 8,656% no CET1.

Em termos fully loaded, o índice CET1 em março foi de 11,00% depois de ter aumentado 16 p.b. no trimestre, com os seguintes detalhes: geração orgânica de 9 p.b.; impacto de perímetro de 8 p.b.; e outros impactos, principalmente avaliação de carteiras em valor justo de -1 p.b..

Além disso, em 1 de janeiro de 2018, entrou em vigor o IFRS 9, que implica várias modificações contábeis que afetam os índices de capital. Essa nova norma engloba a eliminação da classificação dos fundos de provisões genéricas, cujo excesso deixou de fazer parte do capital Tier 2, reduzindo o índice de capital total em 63p.b. no trimestre. O segundo impacto corresponde ao aumento de provisões por perda esperada em lugar de por perda incorrida. O Santander optou por aplicar o *phased-in* com caráter dinâmico, o que implica um calendário transitório durante cinco anos. Se a disposição transitória do IFRS 9 não tivesse sido aplicada, o impacto total no índice CET1 *fully loaded* seria de -23 pontos-base.

Áreas de negócios

Comentamos a seguir a evolução registrada pelas áreas de negócio. Em relação ao ano passado, as modificações ocorridas em sua configuração foram as seguintes:

- Atribuição dos resultados e balanços do Banco Popular às diferentes áreas geográficas, que no ano passado foram apresentados de forma independente, desde a data de sua integração. As unidades afetadas são principalmente: Espanha, Portugal e Atividade Imobiliária na Espanha.
- Com motivo da criação da unidade de Wealth Management no final do ano passado, esta passa a reportar de forma independente dentro dos negócios globais. Anteriormente, estava incluída no Banco Comercial e de Varejo. Esta alteração não causa impacto nos segmentos geográficos.
- Foi realizado um ajuste anual do perímetro do Modelo de Relação Global de clientes entre o Banco Comercial e de Varejo e o Global Corporate Banking. Esta alteração não causa impacto nos negócios por área geográfica.

As variações observadas na atividade das diversas áreas referem-se ao crédito bruto a clientes sem “reverse repos” e aos recursos de clientes, considerando como tais os depósitos sem “repos” e os fundos de investimento.

Detalhamento por regiões geográficas

Europa continental (variações sem impacto de taxa de câmbio)

Europa continental incorpora todos os negócios realizados na região.

No primeiro trimestre de 2018, a Europa Continental obteve um lucro atribuível de 931 milhões de euros, com um aumento anual de 21%. Este crescimento apoia-se principalmente no aumento de receitas comerciais e foi favorecido em parte pela integração do Banco Popular e pelo aumento da participação no Santander Asset Management.

A seguir, são fornecidas informações financeiras detalhadas sobre as principais unidades comerciais: Espanha, Portugal, Polónia e Santander Consumer Finance (que abrange todo o negócio na região, inclusive dos três países mencionados).

Espanha

O processo de integração com Banco Popular está sendo conforme o calendário, e já conta com uma única equipe de serviços centrais. Continuaremos trabalhando para efetuar a integração jurídica e, no final do ano, estaremos preparados para abordar a integração operacional do Popular nos sistemas Santander.

Também avançamos na gestão das alianças que o Banco Popular mantinha para recuperar os negócios estratégicos e facilitar a integração, com foco em melhorar a experiência dos clientes. Cabe destacar a venda para a Varde de sua participação de 49% no Wizink, ao mesmo tempo em que recuperamos o negócio de cartões e a gestão dos caixas eletrônicos do Banco Popular.

Do ponto de vista do negócio, durante o primeiro trimestre, foi lançada a primeira oferta comercial conjunta para Santander e o Popular, a conta *1I2I3 Profesional*, destinada a autônomos e microempresas.

Quanto ao balanço, em relação a dezembro, houve uma diminuição de 1% em créditos uma vez que, apesar da evolução positiva em PMEs, foram registradas quedas em crédito imobiliário e no GCB, e sazonalidade na carteira comercial. Em recursos, também um declínio de 1%, devido à estratégia seguida de redução de saldos caros procedentes do Popular.

Nos primeiros três meses de 2018, lucro atribuível de 455 milhões de euros, 26% superior ao do ano passado. Evolução afetada pela integração do Popular. Aspectos em destaque no trimestre:

- Crescimento na margem de juros de 39%, com melhora dos spreads. Aumento de 47% das receitas de comissões.
- Maiores despesas, afetadas pela integração de um negócio com níveis de eficiência piores.
- Melhora do custo do crédito.

Melhora dos indicadores de qualidade do crédito; o índice de inadimplência foi de 6,27% (6,32% em dezembro) e a cobertura ficou em 51% (47% em dezembro).

Santander Consumer Finance (variações sem impacto de taxa de câmbio)

O Santander Consumer Finance continua com o crescimento baseado em seu modelo de negócio sólido: diversificação geográfica, eficiência e sistemas de riscos e recuperações que permitem manter uma qualidade de crédito elevada.

Os focos de gestão continuam sendo reforçar a liderança no financiamento de automóveis e incrementar o financiamento ao consumo por meio da contínua evolução da proposta de valor a marcas cativas de varejo e clientes finais. Tudo isso potencializando os canais digitais.

A nova produção cresceu 9% em relação ao primeiro trimestre de 2017, apoiada nos acordos comerciais nas diferentes geografias. Por países, destacam-se Polônia, França, Espanha e Itália. O estoque de créditos manteve-se estável em relação a dezembro.

No passivo, os depósitos de clientes cresceram 4%, ficando em cerca de 37.000 milhões de euros, elemento diferencial frente aos competidores. Alia-se a isso uma elevada capacidade de recursos para o financiamento de atacado.

Em resultados, o lucro atribuível do trimestre foi de 323 milhões de euros, 4% superior ao do mesmo período do ano anterior:

- Aumento das receitas sobretudo resultante da margem de juros (menor custo financeiro e maiores volumes).
- O índice de eficiência ficou em 44,6% (-30 p.b em relação ao primeiro trimestre de 2017).
- O custo do crédito permanece em níveis baixos (0,36%), confirmando o comportamento excepcional das carteiras. O aumento das provisões de crédito em relação ao mesmo período do ano anterior deve-se às vendas de carteira e liberações de provisões realizadas em 2017.

Em termos de resultados, as principais unidades são Alemanha (77 milhões de euros), Espanha (68 milhões de euros) e países nórdicos (56 milhões de euros).

Quanto à evolução dos indicadores de qualidade do crédito em relação a dezembro, o índice de inadimplência melhorou dois pontos-base, chegando a 2,48% e a cobertura aumentou seis pontos percentuais, alcançando 107%.

Polônia (variações sem efeito das taxas de câmbio)

O principal objetivo do Banco é ser o *bank of first choice* para os clientes, respondendo e antecipando suas expectativas e necessidades.

Em canais digitais, o Banco continua sendo a referência do mercado. Nesse sentido, foi o primeiro banco do país a lançar um aplicativo que permite ao usuário realizar pagamentos com um *smartwatch* conectado a um cartão e a introduzir a tecnologia de reconhecimento facial para clientes corporativos.

Quanto ao negócio, aumento de 2% em relação a dezembro, tanto em créditos, apoiados em todos os segmentos, como em recursos de clientes; neste caso, devido à expansão dos depósitos a prazo.

No que diz respeito aos resultados, no primeiro trimestre de 2018, o lucro atribuível alcançou 63 milhões de euros, 3% superior ao do mesmo período de 2017:

- Este crescimento moderado foi afetado pela obtenção de menores resultados de operações financeiras (menos vendas de carteiras) e pela mudança de periodicidade do Fundo de Resolução, uma vez que este ano a contribuição do exercício completo ocorreu no primeiro trimestre.
- Por outro lado, forte crescimento da margem de juros (+10%) e receitas de comissões (+8%), controle de despesas e do custo do crédito.

Em qualidade do crédito, o índice de inadimplência aumentou 20 pontos-base em relação ao encerramento de 2017, chegando a 4,77%, sendo que a cobertura subiu quatro pontos percentuais, alcançando 72%.

Portugal

Em janeiro, iniciou-se o processo de integração do Banco Popular Portugal com a mudança de imagem de todas as agências para o Santander Totta e a incorporação dos funcionários na estrutura do Banco. Com esta aquisição, reforçamos a posição no mercado de empresas, particularmente de PMEs.

O programa *Mundo 1|2|3* continua sendo a principal alavanca importante para o aumento e a maior vinculação de clientes, ao mesmo tempo que continua a transformação digital, com diversos avanços no *app*, o que está permitindo aumentar as vendas por meio desses canais.

Quanto à atividade, em relação ao encerramento de 2017, créditos estáveis e aumento de 3% em recursos de clientes, em virtude do crescimento dos depósitos, tanto à vista como a prazo.

Com respeito aos resultados, o lucro atribuível até março foi de 127 milhões de euros, 1% superior ao do primeiro trimestre de 2017, afetado pela menor venda de carteiras e maior taxa fiscal. O lucro antes de impostos subiu 10%:

- O total de receitas aumentou 16% devido às receitas comerciais (+22%), uma vez que os resultados de operações financeiras diminuíram.
- As despesas operacionais cresceram 14%, o que reflete um aumento de 18% da margem líquida.
- A evolução de receitas e despesas determina um índice de eficiência de 46%, um ponto porcentual melhor que no mesmo período do ano anterior.
- Por sua vez, as provisões atingiram 8 milhões de euros frente a uma liberação no primeiro trimestre de 2017.

Em qualidade do crédito, também influiu a incorporação das carteiras do Banco Popular. O índice de inadimplência foi de 8,29% (+78 pontos-base em relação a dezembro) e a cobertura foi de 54% (62% em dezembro).

Reino Unido (variações sem impacto de taxa de câmbio)

Inclui os negócios desenvolvidos pelas diferentes unidades e agências do Grupo no país.

Sólida evolução do Santander UK em um ambiente econômico competitivo em que continuam algumas incertezas. Continuamos investindo em projetos estratégicos para melhorar a experiência dos clientes e a eficiência operacional.

Em pessoas físicas, a estratégia continua apoiando-se na solidez da rede comercial, e o programa *Mundo 1|2|3* já conta com 5,4 milhões de clientes.

Aumento da vinculação em PMEs e empresas devido à melhora da oferta de produtos digitais e internacionais para os nossos clientes de *business banking*.

Com respeito à evolução do negócio em relação a dezembro de 2017, o crédito permaneceu estável, com destaque para a evolução da produção líquida de crédito imobiliário, apoiada na gestão de preços e no foco na retenção de clientes. Em recursos, diminuição de 3%, principalmente devido à evolução dos depósitos a prazo.

Com respeito aos resultados, no primeiro trimestre de 2018, o lucro atribuível foi de 320 milhões de euros, 21% inferior ao do primeiro trimestre de 2017, devido a:

- Menos receitas, afetadas pela pressão nas margens de ativo e redução dos resultados de operações financeiras.
- Maiores investimentos em projetos regulatórios, estratégicos e em transformação digital.
- Aumento das provisões devido a casos pontuais de GCB. Apesar disso, custo do crédito de apenas 10 pontos-base.

Quanto à qualidade do crédito, a carteira manteve-se robusta e houve uma melhora dos indicadores. O índice de inadimplência foi de 1,17% (1,33% em dezembro) e a cobertura aumentou, chegando a 35% (32% em dezembro).

América Latina (variações sem impacto da taxa de câmbio)

América Latina incorpora todos os negócios realizados na região.

O lucro atribuível obtido no primeiro trimestre de 2018 foi de 1.099 milhões de euros, com um aumento anual de 23%. Este crescimento apoia-se principalmente na boa evolução da margem de juros e comissões, como reflexo do crescimento de volumes, melhora de spreads e uma maior vinculação.

As despesas cresceram principalmente devido ao plano de investimentos no México e à ampliação e transformação da rede na Argentina, que também foi afetada pela incorporação da divisão de banco comercial do Citibank. O crescimento das provisões é explicado pelo aumento de volumes e por algum caso isolado do GCB.

A seguir, proporcionamos informações financeiras detalhadas das unidades de Brasil, México, Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia.

Brasil (variações sem efeito das taxas de câmbio)

A estratégia continua com foco na rentabilidade, com a prioridade de melhorar a experiência e a satisfação dos nossos clientes.

Assim, no trimestre, cabe destacar que o faturamento de cartões de crédito continua crescendo dois dígitos, e que o *app Santander Way* introduziu uma inovação ao disponibilizar aos clientes com somente um produto (que só têm cartões) a contratação de crédito pessoal.

Em financiamento ao consumo, foi lançada uma plataforma inovadora que melhora substancialmente a experiência de compradores, vendedores e intermediários na compra e venda de veículos.

Todas estas medidas foram traduzidas em um aumento contínuo do número de clientes vinculados e digitais.

Quanto ao negócio, até a data, aumento de 3% em crédito, com destaque para os avanços em pessoas físicas, financiamento ao consumo e PMEs; e de 6% em recursos de clientes, devido ao crescimento registrado nos depósitos a prazo, devido à estratégia de substituição das letras financeiras por depósitos para melhorar a estrutura do passivo.

Com respeito aos resultados, lucro atribuível do primeiro trimestre foi de 677 milhões de euros, com um crescimento anual de 27%. Na sua evolução, destaca-se:

- A margem de juros subiu 17%, pelo efeito positivo do maior peso de financiamento ao consumo, que supera a queda da margem do passivo.
- Forte crescimento das comissões (+17%) devido à maior vinculação e transacionalidade. Destaca-se as procedentes de cartões, contas correntes, *cash management* e *foreign trade*.
- As despesas aumentaram 6% (2% sem inflação). A eficiência melhorou 1,5 ponto percentual, ficando abaixo de 34%.
- Melhora do custo do crédito (4,35% em comparação com 4,84% em março de 2017).

No que se refere à qualidade de crédito, em relação ao encerramento de 2017, o índice de inadimplência diminuiu 3 pontos-base, alcançando 5,26% e a cobertura aumentou 18 pontos percentuais, chegando a 110%.

México (variações sem efeito das taxas de câmbio)

A estratégia comercial manteve o objetivo de impulsionar o uso de canais digitais, a vinculação e a atração de novos clientes.

Até agora, mais de 3,5 milhões de clientes estão registrados no programa *Santander Plus* (dos quais 53% são novos).

Para PMEs, apresentamos uma campanha com uma das principais redes de autoatendimento para atrair e vincular seus fornecedores.

Continuamos desenvolvendo nossa proposta digital, com a nova oferta do *Súper Móvil* como canal de venda para créditos pré-aprovados.

Toda essa estratégia de vinculação e digitalização refletiu-se no forte crescimento anual de clientes vinculados (+24%) e digitais (+35%).

No que se refere ao negócio, aumento em relação ao encerramento de 2017 de 1% em crédito, e de 2% em recursos de clientes, com maiores saldos tanto em depósitos como em fundos de investimento.

O lucro atribuível do primeiro trimestre foi de 175 milhões de euros, 14% superior ao primeiro trimestre de 2017. Por linhas:

- Em receitas, a margem de juros subiu 11%, devido às taxas de juros mais elevadas e ao crescimento do crédito e dos depósitos. As comissões aumentaram 11%, principalmente as de cartões, títulos e fundos de investimento.
- As despesas aumentaram 14% devido aos novos projetos comerciais orientados a atrair e vincular clientes, e aos investimentos em andamento.
- As provisões diminuíram 8%, com uma redução do custo do crédito para menos de 3%.

Com respeito aos indicadores de qualidade do crédito, em relação a dezembro o índice de inadimplência ficou praticamente estável, ficando em 2,68%, e a cobertura aumentou 16 pontos percentuais, alcançando 114%.

Chile (variações sem efeito das taxas de câmbio)

Continuamos com foco na transformação da rede tradicional para o novo modelo de agências, com novas aberturas de agências WorkCafé no trimestre.

A oferta Santander Life, lançada no final de 2017, está tendo uma boa receptividade e está atraindo novos clientes. Consiste em uma nova forma de relacionar-se com a comunidade e os clientes por meio de produtos orientados a indivíduos de renda média-baixa. Bastante apoiado nas inovações tecnológicas, permite reduzir as despesas de abertura de contas e diminuir o risco.

Quanto à evolução do negócio, aceleração do crescimento. Em relação a dezembro de 2017, aumento de 3% tanto em crédito como em recursos de clientes. Neste caso, devido aos avanços em depósitos à vista e fundos de investimento.

No que diz respeito aos resultados, o lucro atribuível do primeiro trimestre foi de 151 milhões de euros, 8% superior ao do primeiro trimestre de 2017. Destaca-se os seguintes aspectos:

- As receitas subiram, bastante apoiadas na margem de juros, que cresceu 7%, devido ao aumento dos volumes e ao melhor *mix* do passivo. As comissões cresceram 9%, impulsionadas por aquelas procedentes de banco transaccional, pelo maior uso de cartões e por fundos de investimento.
- As despesas aumentaram menos que as receitas, permitindo uma melhora do índice de eficiência de 60 pontos-base em comparação com o primeiro trimestre de 2017, ficando em 40,3%.
- Por sua vez, o custo do crédito continua melhorando, atingindo 1,22%.

Com respeito à qualidade do crédito, o índice de inadimplência foi de 5,00% (4,96% em dezembro), e a cobertura, de 61% (58% em dezembro).

Argentina (variações sem efeito das taxas de câmbio)

O Banco continuou avançando na estratégia de digitalização e transformação: lançamento da *Online Banking individuos*, que representa uma renovação para uma experiência digital mais inovadora e próxima aos clientes, além de melhorar a plataforma do programa de pontos *SuperClub*, que permite aos usuários realizar uma navegação mais personalizada e com permuta simples.

Tudo isso permitiu aumentar, em termos anuais, o número de clientes vinculados em 19%, e dos digitais em 27%, com avanços nos níveis de transações e vendas de produtos realizadas por canais digitais.

Em março de 2017, o banco de varejo do Citibank foi consolidado no balanço e, portanto, as variações comentadas a seguir em volumes são sobre bases homogêneas. No entanto, em resultados, as cifras do primeiro trimestre de 2017 não incluem os resultados do Citibank, que foram incluídos a partir do segundo trimestre.

Em negócio, no trimestre, aumento de 11% em créditos e de 12% em recursos de clientes, com maiores saldos tanto em depósitos, principalmente a prazo, como em fundos de investimento.

No que diz respeito aos resultados, o lucro atribuível do primeiro trimestre foi de 66 milhões de euros, 11% inferior ao do primeiro trimestre de 2017.

- A estratégia comercial, os maiores volumes e a gestão de *spreads* refletem um aumento de 40% da margem de juros. As comissões subiram 23%, destacando-se as procedentes de manutenção de contas, títulos, fundos de investimento, estruturação de dívida, e compra e venda de moeda estrangeira.
- O crescimento das despesas reflete a incorporação do Citibank, o efeito da revisão do convênio salarial os investimentos em transformação e tecnologia.
- As provisões de crédito aumentaram devido aos maiores volumes e a algumas liberações realizadas em 2017 e um caso específico do GCB no primeiro trimestre de 2018.

A qualidade do crédito continuou sendo elevada: índice de inadimplência de 2,54% (2,50% em dezembro) e cobertura de 121% (100% em dezembro).

Peru (variações sem impacto das taxas de câmbio)

A estratégia continuou voltada ao segmento corporativo, às grandes empresas do país e aos clientes globais do Grupo.

Em atividade, em relação a dezembro, diminuição de 1% em crédito e de 9% em recursos de clientes, devido aos menores depósitos a prazo.

O lucro atribuível do ano foi de 8 milhões de euros, com um aumento de 9%. As receitas aumentaram 17% devido ao bom comportamento da margem de juros, das comissões e dos resultados de operações financeiras. O índice de eficiência continua excelente, atingindo 39%.

Elevada qualidade de crédito: índice de inadimplência de 0,71% e cobertura de 252%.

Uruguai (variações sem efeito das taxas de câmbio)

O Grupo continua sendo o primeiro banco privado do país, com uma estratégia orientada ao crescimento do banco de varejo e à melhora da eficiência e da qualidade dos serviços.

O Santander continua concentrado em melhorar a satisfação dos clientes e aumentar sua vinculação. Continuamos avançando na estratégia de transformação digital e na modernização de canais, conseguindo aumentar em 44% o número de clientes digitais e melhorar a penetração digital.

Quanto à atividade, até a data, registrou-se uma redução de 1% em crédito e um aumento de 3% em recursos, em virtude da evolução dos depósitos à vista.

O lucro atribuível do primeiro trimestre de 2018 foi de 32 milhões de euros, com um crescimento anual de 33%.

- As receitas aumentaram 16%, bastante apoiadas na margem de juros e, em menor medida, nas receitas de comissões. O índice de eficiência ficou em 44,4%, depois de melhorar 4,3 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2017.
- Apesar do aumento das provisões de crédito devido à aplicação do IFRS 9 e outros efeitos, o índice de inadimplência continua em níveis baixos (2,72%), a cobertura é elevada (159%) e o custo do crédito atingiu 2,35%.

Colômbia

A operação na Colômbia continua centrada em clientes GCB, Grandes Empresas e Empresas, aportando soluções em tesouraria, cobertura de riscos, comércio exterior e confirming, assim como no desenvolvimento de produtos de bancos de investimento, apoiando o plano de infraestruturas do país. Para completar esta oferta, encontra-se em trâmite a licença do Santander Securities Services Colômbia, que permitirá oferecer serviços de custódia.

Por outro lado, lançamos uma estratégia de consolidação da linha de financiamento de veículos, que permitirá alcançar a massa crítica necessária para nos consolidarmos como financiador deste mercado na Colômbia.

O trimestre voltou a fechar em nível positivo, com um lucro de 1 milhão de euros, destacando a boa evolução da margem de juros.

Estados Unidos (variações sem impacto de taxa de câmbio)

A estratégia em 2018 está focada em finalizar os temas regulatórios pendentes, aumentar a rentabilidade e otimizar a estrutura de capital.

No Santander Bank (SBNA), o foco continua sendo melhorar a experiência dos clientes e a oferta de produtos, tanto nos canais digitais como nas agências, e apoiar o crescimento do Banco Comercial e do GCB com o investimento em profissionais, produtos e tecnologia.

O objetivo do Santander Consumer USA (SCUSA) é melhorar a rentabilidade nos negócios de *prime*, *non-prime* e *leasing*, e obter uma maior satisfação dos clientes para aumentar a vinculação e a nova produção.

No que se refere à evolução do negócio, os créditos registraram uma redução de 1% desde dezembro, com menores saldos tanto no SBNA como no SC USA. Por outro lado, os recursos de clientes do Banco aumentaram 2%, diante das quedas que vinham sendo registradas em trimestres anteriores.

Em resultados, o lucro atribuível do primeiro trimestre foi de 125 milhões de euros (+52% anual), com forte crescimento tanto no SBNA como no SC USA:

- As receitas diminuíram, principalmente devido à queda da margem no SC USA por menores volumes e redução de spreads. Em sentido contrário, maiores resultados de operações financeiras e receitas provenientes das vendas de veículos em *leasing* e melhora da margem de juros no Santander Bank.
- As despesas permaneceram relativamente estáveis, com reduções no SC USA, que foram compensadas em parte por aumentos no SBNA e na Holding.
- As provisões melhoraram significativamente (-18%), impulsionadas pela forte redução no SC USA, devido à melhora da qualidade do crédito e menores volumes.

Quanto à qualidade do crédito, índice de inadimplência de 2,86% (2,79% em dezembro) e cobertura elevada de 169% (170% em dezembro).

Centro Corporativo

Além dos negócios operacionais descritos, tanto por áreas geográficas como por negócios (figuram a seguir), o Grupo mantém o Centro Corporativo.

O Centro Corporativo agrega valor ao Grupo de diversas formas: tornando a gestão do Grupo mais sólida (por intermédio de esquemas de controle e supervisão globais, e da tomada de decisões estratégicas), com fomento ao intercâmbio de melhores práticas na gestão de despesas e economias de escala. Além disso, contribui para o crescimento de das receitas do Grupo compartilhando as melhores práticas comerciais, lançando iniciativas comerciais globais e impulsionando a digitalização.

Adicionalmente, também desenvolve as funções relacionadas com a gestão financeira e do capital. Assim, administra o risco de liquidez associado ao financiamento da atividade recorrente do Grupo, às participações de carácter financeiro e à gestão da liquidez líquida relacionada com as necessidades de algumas unidades de negócio. Também é administrado de forma ativa o risco de taxas de juros e a exposição a taxas de câmbio no patrimônio e no contravalor dos resultados em euros para os próximos doze meses das unidades. Por último, quanto à gestão do capital, realiza a atribuição a cada uma das unidades.

Com respeito aos resultados, no primeiro trimestre, perda de 421 milhões de euros, contra uma perda de 468 milhões de euros no primeiro trimestre de 2017. Este melhor resultado deve-se principalmente às menores despesas associadas à cobertura das taxas de câmbio.

Além disso, a margem de juros foi afetada negativamente contra o primeiro trimestre de 2017 pelo volume de emissões realizadas na segunda metade do ano passado e no início deste, seguindo o plano de financiamento com foco principalmente nos instrumentos elegíveis a TLAC, e pela maior liquidez.

Por sua vez, as despesas mantiveram-se praticamente estáveis, como consequência das medidas de racionalização e simplificação, que compensam as realizadas em projetos globais dirigidos a transformação digital do Grupo.

Detalhamento por negócios

Banco Comercial e de Varejo (variações sem efeito das taxas de câmbio)

Contém todos os negócios de banco de clientes, incluídos os de consumo, exceto os de banco corporativo, que são administrados pelo SGCB e os de gestão de ativos e banco privado, que são administrados pela Wealth Management.

O Santander mantém o foco em três prioridades principais:

- Melhorar de forma contínua a vinculação e satisfação de nossos clientes. A estratégia 1|2|3 continua se consolidando na maioria das geografias. A Espanha lançou a conta *1/2/3 Profesional*, primeira oferta comercial conjunta do Santander e do Popular para autônomos e microempresas. No México, a oferta *Santander Plus* já conta com mais de 3,5 milhões de clientes. Por outro lado, continuamos nos diferenciando por meio de produtos inovadores, tais como: o *Trusted Profile*, que permite administrar os incidentes com os órgãos públicos remotamente para o segmento de PMEs na Polônia, o impulso do *Santander Life* no Chile para o segmento de rendas médias e o lançamento da *Cockpit* (plataforma inovadora para a compra e venda de veículos) no Brasil.
- Impulsionar a transformação digital de nossos canais, produtos e serviços. Apoiados em distintas iniciativas em todos os países, continua aumentando o número de clientes digitais do Grupo e sua contribuição para as vendas de todos os produtos.
- Melhorar a satisfação e a experiência dos nossos clientes. Para isso, continuamos lançando medidas como o programa *Movimiento Santander* no México, para nos transformar no melhor banco para os clientes. Na Espanha, o *Contact Center* do Santander foi reconhecido pelo terceiro ano consecutivo como o Primeiro Banco em Qualidade de Serviço.

O lucro atribuível foi de 1.931 milhões de euros, 22% superior ao do primeiro trimestre de 2017, impulsionado em parte pelo efeito do perímetro após a incorporação do Popular e pela boa dinâmica das receitas comerciais.

SGCB - Santander Global Corporate Banking (variações sem impacto de taxa de câmbio)

O SGCB reflete os rendimentos derivados do negócio de banco corporativo global, banco de investimento e mercados em todo o mundo, incluindo as tesourarias com gestão global (sempre depois da distribuição proveniente de clientes de Bancos Comerciais), assim como o negócio de renda variável.

O Santander mantém sua liderança na América Latina e na Europa com posições de referência em *Export Finance & Agency Finance*, Mercados de capitais de dívida e Financiamentos Estruturados.

Continuou-se avançando para ajudar os clientes globais em suas emissões de capital, proporcionando-lhes soluções de financiamento e serviços transacionais. Também continuamos adaptando nossa oferta de produtos à transformação digital do Banco.

O lucro atribuível obtido até março de 2018 foi de 483 milhões de euros, 9% inferior ao do mesmo período do ano passado, devido a menores resultados de operações financeiras, bastante elevados no primeiro trimestre de 2017. Em suma:

- Melhora na qualidade das receitas de clientes impulsionadas pelos negócios de valor agregado e comissões, que compensam o menor uso de balanço.
- Aumento dos resultados provenientes da atividade de Global Debt Financing, em especial os provenientes de Corporate Finance e Debt Capital Markets.
- Crescimento das despesas devido aos projetos de transformação e redução considerável das provisões em Espanha, Brasil e México.

Wealth Management

Após sua criação, no final de 2017, a divisão de Wealth Management lançou uma série de iniciativas estratégicas.

- Em Private Banking: o desenvolvimento de uma proposta global e conectada aproveitando a nossa presença em mais de 10 países. Além disso, está sendo desenvolvida uma proposta líder na Europa e América Latina para os clientes de elevado patrimônio (UHNW).
- Foco da Santander Asset Management (SAM) na melhora e ampliação de seu catálogo de produtos. Destaque para as estratégias de investimento em renda variável na Espanha e renda fixa na América Latina.

A transformação digital é uma prioridade, e estamos trabalhando em uma plataforma digital para Private Banking que inclua ferramentas de inteligência artificial, bem como em uma melhora geral das capacidades de SAM.

O total de ativos de clientes sob gestão é de 335 bilhões de euros e conta com 13 bilhões em créditos a clientes de private banking.

Quanto aos resultados, o lucro atribuível do primeiro trimestre de 2018 foi de 126 milhões de euros, 26% a mais que o mesmo período de 2017:

- Maiores receitas com crescimentos de 10% na margem de juros e de 68% nas comissões, principalmente devido ao aumento nos volumes administrados.
- Aumento das despesas operacionais afetado pelos investimentos no projeto UHNW.
- Este crescimento de receitas e despesas está condicionado à maior participação no Santander Asset Management.

Informações sobre Recursos Humanos

Em 31 de março de 2018, o Grupo Santander tinha 201.900 profissionais em todo o mundo, com uma idade média de 38 anos, dos quais 55% são mulheres e 45% homens.

O Santander tem o objetivo de ser um dos melhores bancos para trabalhar, capaz de atrair e reter os melhores talentos, que permita contribuir para o progresso das pessoas e das empresas, e construir um banco responsável, competitivo e sustentável.

A estratégia de recursos humanos centra-se em contar com a melhor equipe de profissionais: uma equipe diversificada, comprometida, com uma cultura comum (baseada nas condutas corporativas e na maneira de fazer as coisas simples, pessoais e justas) e preparada para prestar ao cliente um serviço diferenciado e de qualidade.

No primeiro trimestre do ano, avançamos na transformação cultural para ser o banco do futuro com diversas iniciativas.

Continuamos promovendo o modelo de gestão de desempenho MyContribution como alavanca da transformação, e que consta de quatro fases ao longo do ano. No primeiro trimestre, foram determinadas as prioridades. Este modelo baseia-se no compromisso, na meritocracia, transparência e comunicação constante e propõe uma mudança de mentalidade, promovendo a mudança cultural e orientando o desempenho ao desenvolvimento profissional e à melhora sustentável.

Continuamos incentivando o desenvolvimento dos funcionários com a mobilidade internacional. Desde o lançamento, em 2014, da Global Job Posting, plataforma corporativa que oferece a todos os profissionais a possibilidade de se informar sobre vagas em outros países, empresas ou divisões, e se candidatar, foram publicadas mais de 3.400 posições em nível global.

O Grupo Santander reconhece e apoia todos os tipos de diversidade: gênero, raça, idade, deficiência, bem como de experiências profissionais e de vida, religião, valores e crenças, orientação sexual ou personalidade. Para isso, foram definidos alguns princípios gerais, que pretendem ser um marco de atuação e de referência para assegurar e posicionar o Banco Santander como uma organização diversa e inclusiva. Este marco também tem como objetivo englobar todas as estratégias e ações desenvolvidas em cada região nessas questões, bem como reduzir a brecha salarial.

Os países, negócios e equipes criaram planos de ação destinados a reforçar seus pontos fortes e melhorar as oportunidades identificadas na Pesquisa Global de Compromisso lançada em outubro de 2017. Em linhas gerais, os planos de ação destinam-se a acelerar a mudança cultural, a incentivar um estilo de liderança mais simples, pessoal e justo; promover uma nova forma de trabalhar, bem como fomentar a comunicação e a transparência na organização.

Em linha com o anterior, estamos avançando na criação de uma nova forma de trabalhar no Banco, através de novos espaços nas agências, sem escritórios, com áreas que potencializam a colaboração, o intercâmbio de conhecimentos e dotadas de ferramentas tecnológicas que permitem estar em contato contínuo com as equipes de outros países. Essa iniciativa inclui o Flexiworking, aposta do Grupo que visa a erradicar a cultura presencial e a trabalhar de forma mais flexível e eficiente.

Foi firmado um acordo de colaboração entre o Santander e a Workday para lançar um projeto que acompanhará a transformação cultural e digital, com a implementação de uma plataforma comum de gestão de Recursos Humanos em todos os países nos quais o Grupo está presente. Esta iniciativa representa mais um passo na estratégia de gestão de pessoas e talentos do Grupo.

A isso, alia-se planos de formação, dos quais destaca-se o ALPS (Action Learning Programme Santander), programa de aprendizado destinado a talentos administrativos que, em março, concluiu a primeira edição. O ALPS combina o desenvolvimento de habilidades de liderança e resolução de problemas de negócio em um ambiente colaborador, contando com a participação da alta administração como patrocinador.

Também foi lançada a Leaders Academy Experience, uma experiência de formação para facilitar o papel dos líderes na transformação do Banco e proporcionar-lhes ferramentas e formação para que sejam aceleradores da mudança, bem como um exemplo dessa nova etapa para suas equipes e o resto da organização.

O Santander continua promovendo uma cultura de reconhecimento no Grupo por meio da StarMe Up, rede global que permite reconhecer as pessoas que aplicam os comportamentos corporativos no seu dia a dia. Com a finalidade de fomentar a colaboração, foi lançada a estrela SPF Star, que permite reconhecer equipes e grupos de pessoas que se destaquem por serem exemplos da cultura de simples, pessoa e justo. Até março, foram entregues mais de 900 mil estrelas a seus colegas.

Avançamos na implementação do BeHealthy, programa global de saúde e bem-estar. Esse programa é uma amostra do compromisso do Santander com a saúde dos seus funcionários, e para ajudá-los a adquirir hábitos saudáveis que lhes permitam ficar em forma e viver melhor.

O Santander foi reconhecido com o selo Top Employer Europe 2018 depois de ter obtido a certificação em Espanha, Polônia, Reino Unido e no Santander Consumer Finance (Áustria, Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda e Polônia). Argentina, Brasil e México conseguiram também estar nas primeiras posições do ranking Great Place To Work em suas geografias.

Informações sobre o meio ambiente e mudança climática

O Banco conta com uma estrutura definida de governança, como o comitê de sustentabilidade, presidido pelo CEO, que define e propõe as principais iniciativas do Banco em sustentabilidade, assim como as políticas corporativas e setoriais do Grupo nesta área.

Em 16 de fevereiro de 2018, o Santander publicou o Relatório de Sustentabilidade correspondente ao exercício de 2017. O relatório está à disposição no site corporativo do Banco, tendo sido verificado por PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L., auditor do Grupo.

Em 2017, o Santander participou do financiamento de 3.390 MW (megawatts) de novos projetos de energias renováveis, o que equivale ao consumo de 3,6 milhões de lares.

Os objetivos do Plano 2016-2018 de eficiência foram alcançados com um ano de antecedência. O Plano continha iniciativas destinadas a reduzir o consumo elétrico dos edifícios (-9%), reduzir o consumo de papel (-4%) e as emissões de gases de efeito estufa (-9%). Com relação a 2016, em 2017, reduziu o consumo de energia em 4,4%, as emissões de CO2 em 12,9% e o consumo de papel em 11,6%.

Além disso, a eletricidade verde representa 43% do total de eletricidade consumida no Grupo. No Reino Unido, Alemanha e Espanha corresponde a 100%.

Em 2017, o Banco Santander voltou a ser incluído no Dow Jones Sustainability Index, no qual está presente desde o ano 2000. Nono no mundo, segundo na Europa e primeiro da Espanha, obteve a categoria bronze no setor bancos.

Em janeiro de 2018, o Banco Santander realizou a revisão e aprovação anual de suas políticas relativas a sustentabilidade: política geral de sustentabilidade, política de gestão ambiental e mudança climática, política de voluntariado e política de direitos humanos, como também das políticas setoriais: defesa, energia e soft commodities. A estas últimas, foi acrescentada uma nova política elaborada pelo Banco sobre mineração e metalurgia. Além disso, publicamos pela primeira vez resumos das políticas setoriais, que já estão disponíveis no site corporativo.

Além disso, o Conselho de Administração, na reunião realizada em 13 de fevereiro de 2018, modificou o Regulamento do Conselho, que compreende, entre outras, a regulamentação de um comitê de banco responsável, sustentabilidade e cultura.

Adicionalmente, durante o primeiro trimestre:

Em 24 de março de 2018, o Banco Santander apagou, pelo nono ano consecutivo, as luzes de seus edifícios mais emblemáticos em seus 10 principais mercados e em sua rede de agências, participando da campanha Hora do Planeta do WWF (World Wildlife Fund).

O Santander, em conjunto com outros 15 grandes bancos, aderiu à iniciativa da UNEP FI para desenvolver um projeto-piloto com o objetivo de implementar as recomendações do Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD) do Financial Stability Board (FSB). Entre todos os participantes, comprometeram-se a desenvolver ferramentas analíticas e indicadores específicos para avaliar e analisar os possíveis impactos da mudança climática.

Em fevereiro de 2018, o Santander Global Corporate Banking (SGCB) atuou como único segurador e bookrunner no financiamento da expansão da filial de energia renovável da Ence no valor de 220 milhões de euros. A Ence é líder na Europa em produção de celulose de eucalipto, e líder na Espanha na gestão completa e responsável de superfícies e cultivos florestais. Sua filial de energia é a primeira empresa espanhola em produção de energia renovável com biomassa florestal e agrícola. Esta é a única energia renovável que apresenta um balanço econômico positivo graças aos lucros gerados por sua capacidade de criação de empregos, de desenvolvimento das áreas rurais e de contribuição para melhorar o meio ambiente, tanto com a captura de CO2 como com o cuidado e limpeza das montanhas, com uma redução do risco de incêndios de até 70%.

Fatos posteriores

Desde 1º de abril de 2018 até a data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias correspondentes ao primeiro trimestre de 2018, cabe destacar o seguinte fato relevante no Grupo:

- O Banco Santander comunicou que seu Conselho de Administração, bem como o do Banco Popular Español, S.A.U. ("Banco Popular"), aprovaram a fusão por absorção deste último pelo Banco Santander, de acordo com o procedimento estabelecido nos artigos 49 e 51 da Lei de Modificações Estruturais (a "Fusão").
- Consequentemente, os respectivos conselhos de administração decidiram aprovar e subscrever o projeto comum de fusão por absorção do Banco Popular (sociedade absorvida) por parte do Banco Santander (sociedade absorvente). O Banco Santander tem participação direta de 100% no Banco Popular.
- De acordo com o previsto no referido projeto, no momento da execução da Fusão, e após a obtenção da autorização necessária por parte do Ministro da Economia, Indústria e Competitividade, e uma vez satisfeitas (ou, se for o caso, renunciadas) as demais condições suspensivas às quais está sujeita a Fusão, o Banco Santander adquirirá, por sucessão universal, a totalidade dos direitos e obrigações do Banco Popular, incluindo os que tenham sido adquiridos do Banco Pastor, S.A.U. e do Popular Banca Privada, S.A.U. em virtude da fusão por absorção destes últimos pelo Banco Popular, que foi também aprovada por seus respectivos conselhos de administração e cujo registro está sujeito à efetividade da Fusão.

Glossário de Medidas Alternativas e Rendimento

A seguir, são apresentadas as informações relativas a medidas alternativas de rendimento a fim de cumprir as Diretrizes sobre Medidas Alternativas de Rendimento publicadas pela European Securities and Markets Authority (ESMA) de 5 de outubro de 2015 (Guidelines on Alternative Performance Measures, ESMA/2015/1415es). Essas informações não estão auditadas.

- O Grupo utiliza, para a gestão de seus negócios, os seguintes indicadores que permitem mensurar sua rentabilidade e eficiência, a qualidade de sua carteira de crédito, o volume de recursos próprios tangíveis por ação e o índice de créditos sobre depósitos, analisando sua evolução no tempo e comparando com os de seus concorrentes.
 - Os indicadores de **rentabilidade e eficiência** têm como objetivo mensurar o índice do resultado sobre o capital, capital tangível, ativos e ativos ponderados de risco, e o índice de eficiência permite mensurar a quantidade das despesas gerais administrativas (de pessoal e outros) e despesas por amortizações necessárias para gerar as receitas.
 - Os indicadores de **risco de crédito** permitem mensurar a qualidade da carteira de crédito e a porcentagem da carteira em mora coberta por provisões de crédito.
 - O indicador de **capitalização** calculado fornece informações sobre o volume de recursos próprios tangíveis por ação.
 - Além disso, estão incluídos **outros indicadores**. O índice de créditos sobre depósitos (Loan to Deposit, LTD) permite identificar a relação entre empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos de fundos de inadimplência) e depósitos de clientes e, portanto, avaliar em que proporção os empréstimos e adiantamentos concedidos a clientes pelo Grupo são financiados por depósitos de clientes. O Grupo utiliza também as magnitudes de empréstimos e adiantamentos brutos a clientes sem “reverse repos” e de depósitos de clientes sem “repos”. A fim de analisar a evolução do negócio tradicional de banco comercial e de varejo de concessão de créditos e captação de depósitos, são deduzidos os “reverse repos” e os “repos”, por serem principalmente produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.
- Impacto das variações das taxas de câmbio nas variações da demonstração dos resultados

O Grupo apresenta, tanto do total do Grupo como das unidades de negócio, as variações reais produzidas na demonstração de resultados, bem como as variações excluindo o impacto da variação da taxa de câmbio (sem TC), entendendo que estas últimas facilitam uma melhor análise da gestão, pois permitem identificar os movimentos ocorridos nos negócios sem considerar o impacto da conversão de cada moeda local a euros.

Essas variações excluindo o impacto da taxa de câmbio são calculadas por meio da conversão das linhas das demonstrações dos resultados das diferentes unidades que compõem o Grupo para a nossa moeda de apresentação, o euro, utilizando, para todos os períodos apresentados, a taxa de câmbio média do primeiro trimestre de 2018. As taxas de câmbio médios das principais moedas nas quais o Grupo opera são as seguintes:

Taxas de câmbio: Paridade 1 euro=moeda

	Câmbio médio	
	1T'18	1T'17
Dólar EUA	1,229	1,065
Libra	0,883	0,860
Real brasileiro	3,988	3,346
Peso mexicano	23,036	21,577
Peso chileno	739,794	697,904
Peso argentino	24,184	16,682
Zloti polonês	4,179	4,320

- **Impacto das variações das taxas de câmbio nas variações do balanço**

O Grupo apresenta, tanto do total do Grupo como das unidades de negócio, as variações reais produzidas no balanço e as variações excluindo o impacto da taxa de câmbio dos empréstimos e adiantamentos brutos a clientes (sem “reverse repos”) e dos recursos de clientes, que englobam os depósitos de clientes (sem “repos”) e os fundos de investimento. O motivo é também facilitar a análise isolando a variação nesses saldos de balanço que não estão motivados pela conversão de cada moeda local a euros.

Essas variações, excluindo o impacto da taxa de câmbio, são calculadas por meio da conversão dos empréstimos e adiantamentos a clientes (sem “reverse repos”) e dos recursos de clientes (sem “repos”) das diferentes unidades que compõem o Grupo para a nossa moeda de apresentação, o euro, utilizando, para todos os períodos apresentados, a taxa de câmbio do último dia útil de março de 2018. As taxas de câmbio finais das principais moedas nas quais o Grupo opera são as seguintes:

Taxas de câmbio: Paridade 1 euro=moeda

	Câmbio final	
	Mar-18	Dic-17
Dólar EUA	1,232	1,199
Libra	0,875	0,887
Real brasileiro	4,094	3,973
Peso mexicano	22,525	23,661
Peso chileno	743,240	736,922
Peso argentino	24,803	22,637
Zloti polonês	4,211	4,177

- **Impacto de determinados itens nas demonstrações do resultado consolidadas**

No que se refere aos resultados, neste Relatório da Administração figuram as demonstrações do resultado condensadas consolidadas do primeiro trimestre de 2018 e 2017. Nessa demonstração de resultados, todos os itens são incluídos em cada uma das linhas da demonstração de resultados em que foram registrados por natureza, incluindo os que, de acordo com a opinião do Grupo, distorcem a comparação da evolução do negócio entre ambos os períodos.

Por isso, figuram também neste Relatório da Administração a demonstração de resultados desses mesmos períodos, nas quais os valores desses itens, líquidos de impostos e dos acionistas minoritários correspondentes, são apresentados líquidos, separadamente em uma linha que o Grupo denomina “Líquido de ganhos e provisões”, e que figura justo antes do lucro atribuível ao Grupo. O Grupo considera que essas demonstrações permitem explicar de uma forma mais clara as variações dos resultados. Esses valores são subtraídos em cada uma das linhas da demonstração dos resultados, onde foram registrados por natureza.

As definições e o método de cálculo de cada um dos indicadores mencionados anteriormente são mostrados a seguir.

Rentabilidade e Eficiência

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
RoE (Return over equity)	$\frac{\text{Lucro líquido atribuível à Controladora}}{\text{Média de patrimônio líquido* (sem participação de acionistas não controladores)}}$	Este índice mensura o rendimento que os acionistas obtêm dos fundos investidos na sociedade e, portanto, a capacidade que a empresa tem de remunerar seus acionistas.
RoTE (Return over tangible equity)	$\frac{\text{Lucro líquido atribuível à Controladora}}{\text{Média de patrimônio líquido* (sem participação de acionistas não controladores) - ativos intangíveis}}$	É um indicador muito comum utilizado para avaliar a rentabilidade sobre o patrimônio tangível de uma empresa, pois mensura o rendimento que os acionistas obtêm dos fundos investidos na sociedade, uma vez deduzidos os ativos intangíveis.
RoTE ordinário	$\frac{\text{Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora}}{\text{Média de patrimônio líquido* (sem participação de acionistas não controladores) - ativos intangíveis}}$	Este indicador mensura a rentabilidade sobre os fundos próprios tangíveis de uma empresa procedentes de operações em continuidade, nas quais não será considerado o resultado das operações não recorrentes.
RoA (Return on assets)	$\frac{\text{Lucro líquido do período}}{\text{Média de ativos totais}}$	A finalidade desta métrica, muito utilizada por analistas, é mensurar a rentabilidade obtida dos ativos totais da empresa. É um indicador que reflete a eficiência na gestão dos recursos totais da empresa para gerar lucros durante um período completo.
RoRWA (Return on risk weighted assets)	$\frac{\text{Lucro líquido do período}}{\text{Média de ativos ponderados por risco}}$	A rentabilidade ajustada ao risco é uma evolução do RoA. A diferença é que relaciona o lucro com os ativos ponderados por risco assumidos pelo banco.
RoRWA ordinário	$\frac{\text{Lucro líquido ordinário do período}}{\text{Média de ativos ponderados por risco}}$	Relaciona o lucro ordinário (sem considerar os não recorrentes) com os ativos ponderados por risco assumidos pelo banco.
Eficiência	$\frac{\text{Despesas totais**}}{\text{Margem bruta}}$	Um dos indicadores mais utilizados para fazer comparações sobre a produtividade de diferentes entidades financeiras. Mensura o nível de recursos utilizados para gerar as receitas operacionais do banco.

Risco de crédito

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
Índice de inadimplência	$\frac{\text{Saldos duvidosos de empréstimos e abonos à la clientela, garantias da clientela e compromissos concedidos da clientela}}{\text{Risco total***}}$	O índice de inadimplência é uma variável muito importante na atividade das entidades financeiras, pois permite conhecer o nível de risco de crédito assumido por elas. Relaciona os riscos classificados contabilmente como duvidosos com o saldo total dos créditos concedidos, para o âmbito de clientes e riscos contingentes.
Índice de cobertura	$\frac{\text{Provisões para cobertura de perdas por deterioração do risco de empréstimos e abonos à la clientela, garantias da clientela e compromissos concedidos da clientela}}{\text{Saldos duvidosos de empréstimos e abonos à la clientela, garantias da clientela e compromissos concedidos da clientela}}$	O índice de cobertura é uma métrica fundamental no setor financeiro, pois reflete o nível de provisões contábeis sobre o total dos ativos depreciados em razão de risco de crédito (ativos duvidosos). Portanto, é um bom indicador para mensurar a solvência da entidade no caso de inadimplência ou futuras inadimplências de clientes.
Custo de crédito	$\frac{\text{Provisões para perdas com créditos de 12 meses}}{\text{Carteira de crédito média}}$	Este índice relaciona o nível de provisões contábeis por risco de crédito em um período de tempo determinado, que são necessárias em função da carteira de empréstimos concedidos a clientes e, portanto, serve para mensurar qualidade do crédito da entidade.

Valor de mercado

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
TNAV por ação (Valor contábil tangível por ação)	$\frac{\text{Valor contábil tangível****}}{\text{Número de ações sem valores próprios}}$	É um índice muito comum utilizado para mensurar o valor contábil por ação da empresa, uma vez descontados os ativos intangíveis. É útil para avaliar a quantidade que cada acionista receberia se a empresa entrasse em liquidação e se seus ativos tangíveis fossem vendidos.

Outros indicadores

Ratio	Fórmula	Relevância do uso
Ratio de créditos sobre depósitos	$\frac{\text{Crédito a clientes (líquido)}}{\text{Depósitos de clientes}}$	É um indicador da liquidez de um banco, uma vez que mensura a relação entre os fundos de que dispõe em seus depósitos de clientes com respeito ao volume total de créditos concedidos a clientes.
Crédito sem "reverse repos"	Crédito bruto a clientes (sem operações compromissadas)	A fim de analisar o negócio de banco comercial, são deduzidas as ATAs, por serem produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.
Depósitos sem "repos"	Depósitos de clientes sem operações compromissadas	A fim de analisar o negócio de banco comercial, são deduzidas as CTAs, por serem produtos do negócio de tesouraria com alta volatilidade.

(*) Patrimônio líquido = Capital e Reservas + Outro resultado abrangente + Lucro atribuível ao Grupo + Dividendos e retribuições

(**) Despesas operacionais: Despesas gerais administrativas + amortizações

(***) Risco Total = Saldos normais e duvidosos de Créditos a clientes e Garantias de clientes + Saldos duvidosos de Compromissos Contingentes de clientes.

(****) Patrimônio líquido - ativos intangíveis

Por último, apresentamos a seguir os dados numéricos de cada um dos indicadores dos períodos considerados:

Rentabilidade e eficiência	1T'18	1T'17
RoE	8,67%	8,19%
Lucro líquido atribuível à Controladora	8.216	7.469
Média de património líquido (sem participação de acionistas não controladores)	94.793	91.171
RoTE	12,42%	12,13%
Lucro líquido atribuível à Controladora	8.216	7.469
Média de património líquido (sem participação de acionistas não controladores) - ativos intangíveis	66.163	61.571
RoTE ordinário	12,42%	12,13%
Lucro líquido ordinário atribuível à Controladora	8.216	7.469
Média de património líquido (sem participação de acionistas não controladores) - ativos intangíveis	66.163	61.571
RoA	0,67%	0,65%
Lucro líquido do período	9.636	8.745
Média de ativos totais	1.439.732	1.353.495
RoRWA	1,59%	1,48%
Lucro líquido do período	9.636	8.745
Média de ativos ponderados por risco	604.296	591.933
RoRWA ordinário	1,59%	1,48%
Lucro líquido ordinário do período	9.636	8.745
Média de ativos ponderados por risco	604.296	591.933
Eficiência	47,4%	46,1%
Despesas totais	5.763	5.543
Margem bruta	12.150	12.029
Risco de crédito	Mar-18	Dez-17
Índice de inadimplência	4,02%	4,08%
Crédito a clientes e riscos contingentes non performing (sem risco país)	37.408	37.596
Risco total	930.477	920.968
Índice de cobertura	70,00%	65,20%
Provisões para cobertura de perdas por deterioração de crédito a clientes e riscos contingentes	26.173	24.529
Crédito a clientes e riscos contingentes non performing	37.408	37.596
Custo de crédito	1,04%	1,07%
Provisões para perdas com créditos de 12 meses	8.994	9.111
Carteira de crédito média	868.747	853.479
Valor de mercado	Mar-18	Dez-17
TNAV (valor contábil tangível) por ação	4,12	4,15
Valor contábil tangível	66.445	66.985
Número de ações sem valores próprios (milhões)*	16.129	16.132
Outros	Mar-18	Dez-17
Ratio créditos sobre depósitos	112%	109%
Crédito a clientes (líquido)	856.628	848.914
Depósitos de clientes	767.340	777.730

(*) Em março 2017, dado ajustado à ampliação de capital de julho 2017, para fazê-lo comparável com dezembro 2017 e março 2018.

Notas:

(1) As médias que se incluem nos denominadores do RoE, RoTE, RoA e RoRWA são calculados considerando 4 meses (de dezembro a março)

(2) Nos períodos inferiores ao ano e se houver resultados na linha "líquido de ganhos e saneamentos", o lucro utilizado para o cálculo do RoE e RoTE é o lucro ordinário atribuível anualizado, ao qual são somados aqueles resultados sem anualizar.

(3) Nos períodos inferiores ao ano e se houver resultados na linha "líquido de ganhos e saneamentos", o lucro utilizado para o cálculo do RoA e RoRWA é o resultado consolidado anualizado, ao qual são somados aqueles resultados sem anualizar.

(4) Os ativos ponderados por risco incluídos no denominador do RoRWA são calculados de acordo com os critérios definidos pela norma CRR (Capital Requirements Regulation)